

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MAURO ROBERTO DA CUNHA JUNIOR

**BALANÇO SOCIOAMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PROPOSIÇÃO
DE IMPLEMENTAÇÃO NA UFGD**

**DOURADOS – MS,
2017**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MAURO ROBERTO DA CUNHA JUNIOR

**BALANÇO SOCIOAMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PROPOSIÇÃO
DE IMPLEMENTAÇÃO NA UFGD**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (PROFIAP/UFGD), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Área de Concentração: Administração Pública Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Luci de Almeida

**DOURADOS – MS,
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C972b Cunha Junior, Mauro Roberto Da

Balanço socioambiental na administração pública: proposição de implementação na UFGD / Mauro Roberto Da Cunha Junior -- Dourados: UFGD, 2017.

121f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Vera Luci de Almeida

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Sustentabilidade. 2. Responsabilidade social. 3. IFES. 4. Balanço social. 5. BSA. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR MAURO ROBERTO DA CUNHA JUNIOR, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 14 horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "BALANÇO SOCIOAMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PROPOSIÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO NA UFGD" apresentado pelo mestrando Mauro Roberto da Cunha Junior, do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Vera Luci de Almeida/UFGD (presidente/orientadora), Prof.^a Dr.^a Jaqueline Severino da Costa /UFGD (membro titular - interno), Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes (membro titular - externo) e pelo Técnico administrativo Alex Fraga (membro - técnico). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado aprovado, fazendo jus ao título de MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 10 de abril de 2017.

Prof.^a Dr.^a Vera Luci de Almeida _____

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Severino da Costa _____

Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes _____

T.A. Alex Fraga _____

ATA HOMOLOGADA EM: ___/___/___, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA / UFGD.

Dedico este trabalho à Rozimare, muito mais que minha esposa, uma verdadeira heroína, e aos nossos filhos Ana Laura e Paulo Henrique.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Rozimare, nesta longuíssima jornada que enfrentamos juntos, literalmente correndo muito para conseguirmos os títulos de mestres.

À minha filha Ana Laura, que com tão pouca idade, soube motivar, alegrar, entender, nossa cansativa jornada nesse período.

Ao meu filho Paulo Henrique, que nasceu junto com este trabalho, por possibilitar essa nova experiência.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Vera Luci de Almeida, por acreditar neste trabalho e por saber orientar, e incentivar este mestrando “fujão”.

Aos meus colegas do PROFIAP (Turma Pioneira), pelos calorosos debates que puderam engrandecer nossos conhecimentos nesta jornada.

Aos membros da banca pelas valorosas recomendações.

A todos que de alguma forma, acabaram por contribuir com o andamento desta pesquisa.

RESUMO

O presente estudo trata da proposta de implementação do Balanço Socioambiental (BSA) na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A legislação brasileira, todavia, não obriga empresas ou órgãos públicos a utilizar de relatórios de sustentabilidade, contudo, também não as impede. Diversas empresas, divulgam anualmente algum modelo de relatório de sustentabilidade. À medida em que os fatores climáticos e ambientais interferem nas questões sociais, os relatórios de sustentabilidade abrangem transparência de divulgação de ações sociais e ambientais das entidades. Este trabalho surge na forma de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, por meio de análise documental, cujo objetivo foi elaborar um modelo de BSA aplicado à UFGD, propondo um roteiro e fluxogramas para elaboração do relatório como proposta de melhoria do *accountability* e transparência na instituição. Por fim foi elaborado um modelo de BSA com base em informações públicas disponibilizadas pela instituição. Espera-se com esta proposta de melhoria, que a entidade se mobilize a implantar o BSA proposto, servindo para a melhoria dos seus mecanismos de transparência.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Responsabilidade Social; IFES; Balanço Social; BSA.

ABSTRACT

The present study deals with the proposal for the implementation of the socio-environmental balance (SEB) at the Federal University of Grande Dourados Foundation (UFGD). The Brazilian legislation, however, does not oblige companies or public agencies to use sustainability reports, however, it does not prevent them either. Several companies, each year, disseminate some model of sustainability report. As climatic and environmental factors interfere with social issues, sustainability reports encompass transparency of the dissemination of social and environmental actions of the entities. This work arises in the form of an exploratory survey, of qualitative approach, through documentary analysis, whose objective was to elaborate a SEB model applied to UFGD, proposing a roadmap and flowcharts for the elaboration of the report as a proposal for improvement of the Accountability and transparency in the institution. Finally, a SEB model was elaborated based on public information made available by the institution. It is hoped for this improvement proposal, that the entity mobilizes to deploy the proposed SEB, serving to improve its transparency mechanisms.

Keywords: Sustainability; Social Responsibility; IFES; Social Balance Sheet; SEB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: MODELO DE ESTRUTURAÇÃO DO BSA APLICADO À UMA IFES	23
FIGURA 2: FLUXO DAS INFORMAÇÕES ATÉ A ELABORAÇÃO DO BSA.....	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PARADIGMAS DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA	26
QUADRO 2: NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: CALENDÁRIO DE CONVERGÊNCIA	67
QUADRO 3: PUBLICAÇÕES SOBRE BALANÇO SOCIAL E SUA APLICAÇÃO AO SETOR PÚBLICO	70
QUADRO 4: PRINCIPAIS LEIS BRASILEIRAS SOBRE MEIO AMBIENTE	74
QUADRO 5: NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: ANTES DA CONVERGÊNCIA (2008-2016).....	75
QUADRO 6: NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: INICIADA A CONVERGÊNCIA (2017).....	76
QUADRO 7: ESTUDOS SOBRE DISCLOSURE, ACCOUNTABILITY, TRANSPARÊNCIA E INDICADORES NO SETOR PÚBLICO	80
QUADRO 8: LISTA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
APIMEC	
A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BS	Balanço Social
BSA	Balanço Socioambiental
BVS	Bolsa de Valores Sociais
BVSA	Bolsa de Valores Socioambientais
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria Geral da união
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
e-MEC	Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LAI	Lei de Acesso à Informação
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC's	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre

UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazona
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul E Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	15
2.1	Conceitos socioambientais	15
2.2	Uma breve análise da convergência histórica dos estudos socioambientais	17
2.3	Evolução das informações contábeis do setor público no Brasil	18
2.4	Convergência contábil e relatórios de sustentabilidade no setor público	19
2.5	Estruturação de um BSA aplicado à uma IFES	23
2.6	Cultura organizacional brasileira e sua relação com o setor público	25
2.7	Legislação brasileira sobre meio ambiente e contabilidade	27
2.7.1	Legislação ambiental brasileira	28
2.7.2	Legislação contábil brasileira	29
2.8	Balanco Socioambiental como instrumento de evidenciação	32
2.9	Influências da cultura organizacional das IFES na publicação de relatórios	34
3	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1	Técnicas de pesquisa	38
3.2	Descrição da Situação Problema	43
4	CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OPORTUNIDADE DE INTERVENÇÃO	45
4.1	Apresentação e discussão das alternativas para resolução da situação problema	48
4.2	Benefícios gerados pelas alternativas indicadas para resolução da situação problema e contribuição para a organização	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55
	ANEXO A	67
	ANEXO B	68
	ANEXO C	71

ANEXO D	75
ANEXO E	76
ANEXO F	77
ANEXO G	81
APÊNDICE A	86

1 INTRODUÇÃO

Transparência, responsabilidade socioambiental, gestão pública eficiente, são temas sempre em voga nos meios acadêmicos, e também no cotidiano social, a cada ciclo de crises econômicas, escândalos políticos e de corrupção expostos na mídia retornam ao foco das discussões sociais, pressionam os representantes do povo a tomarem medidas questionáveis, sobretudo fisiologistas.

Uma das propulsoras do pensamento socioambiental é a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA S.A.), que desde o ano de 2003 possuía a Bolsa de Valores Sociais (BVS), e que a partir do ano de 2007, com a fundação do Instituto BM&FBOVESPA, se tornou Bolsa de Valores Socioambientais (BVSA). A partir do ano de 2015 a parceria com a *BrazilFoundation* possibilitou uma escolha de projetos socioambientais a serem viabilizados.

Desde o ano de 2007 os relatórios com ações ambientais tomaram maior vulto, a iniciativa da BVSA é um exemplo dessa convergência, assim como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que a nesse mesmo ano modificou a nomenclatura de seu Balanço Social (BS) para Balanço Socioambiental (BSA).

No entanto, quando se trata do setor público brasileiro, a estrutura vigente, o excesso de legalismo, excesso de burocracia, acabam por truncar iniciativas no sentido de divulgação de dados socioambientais, mesmo quando poderiam partir de entidades intrinsecamente ligadas à essa questão, a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que não publica relatórios de sustentabilidade.

O CFC (por meio da Resolução CFC n ° 1.055/2005) em conjunto com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), organizou a formação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC trabalha para que haja uma plena convergência das normas de contabilidade aos padrões internacionais, também busca uma centralização na emissão das normas nacionais, por meio da representação e dos processos democráticos. Contudo, essas normas são aplicadas à iniciativa privada.

Em outra seara, o CFC, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Tribunais de Contas Estaduais (TCE's), Tribunal de Contas da União (TCU), editou a Norma

Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual que passou a vigorar a partir do ano de 2017, transformando a sociedade como mecanismo de controle. Essas entidades acordaram que até o ano de 2021 todas as normas contábeis nacionais aplicadas ao setor público estejam convergidas com as internacionais, caminho já trilhado pelas normas aplicadas ao setor privado e pelas normas de auditoria.

Isso faz com que as informações contábeis deixem de ser focadas apenas pelos governantes e órgãos de controle, e passem a ser focadas também pela sociedade, melhorando o *accountability*. Ainda com relação ao setor público, também a partir do ano de 2017, a STN editou a sétima edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), com vigência a partir do mesmo exercício. A publicação dessa norma é um passo importante para a continuidade da convergência no setor público, uma vez que a MCASP é obrigatória para todos os órgãos públicos.

Iniciativas como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que surgiu no ano de 1999, bem como as publicações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Guia de Normas Socioambientais do CNJ, emitido no ano de 2012; e a Resolução 201, de 3 de março de 2015 (que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Gestão de Logística Sustentável) reforçam o enfoque socioambiental que apoiam o referencial deste trabalho.

O objetivo geral deste trabalho é de propor um modelo de BSA para a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tendo como objetivos específicos: a) evidenciar tipos de relatório de sustentabilidade utilizados pelas universidades federais brasileiras; b) sintetizar as informações socioambientais no Balanço Socioambiental;

Este trabalho pretende apresentar sucintamente, os conceitos envolvidos nas questões de cultura organizacional brasileira e a relação com o setor público, a convergência da legislação brasileira a respeito de contabilidade e meio ambiente, bem como o BSA como instrumento de evidenciação. Também discorrerá sobre a metodologia aplicada ao estudo e demonstrará a inter-relação das circunstâncias externas e internas que envolvem a situação-problema desta pesquisa. Posteriormente será feita a análise da situação-problema, demonstrando a oportunidade de intervenção encontrada e os possíveis benefícios advindos dela para a sociedade e também para a instituição alvo deste estudo.

2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A questão socioambiental se torna assunto notório a cada ano, a escassez de recursos naturais, a degradação ambiental, a distribuição de renda, desigualdade social, crises econômicas, forçam a sociedade a uma nova consciência socioambiental.

O setor privado toma a frente quando a questão é a evidenciação das informações socioambientais, por outro lado o setor público tem papel fundamental na fiscalização das atividades empreendidas. Grandes desastres ambientais influenciam o cotidiano social, como: rompimentos de barragens, desmatamento ilegal, vazamento de produtos químicos, entre outras atividades que colocam em risco a sobrevivência humana.

A Contabilidade é uma ciência social que surgiu juntamente com a própria civilização, além de estudar e gerar informações sobre o patrimônio da entidade, deve também considerar a importância dos estudos de natureza socioambiental (FARIA *et al.*, 2012). Desse modo, apresenta-se a seguir, uma breve revisão bibliográfica a respeito de responsabilidade socioambiental, sua relação com questões de cultura organizacional e do setor público, bem como pesquisas e estudos realizados por diversos autores acerca do tema.

2.1 Conceitos socioambientais

Com relação à responsabilidade social, foi a partir do ano de 1950 que as demandas foram intensamente direcionadas aos dirigentes empresariais, contudo, sempre contou com resistência dos mesmos, dada a predominância do critério econômico.

Somente quando se visualizava retorno lucrativo poderia ser considerado, nessa visão, a oferta de empregos à comunidade já era suficientemente importante como função social das empresas. (GUIMARÃES, 1984).

A partir do ano de 1980 surgem novas visões a respeito da responsabilidade social, considerando a função social das empresas, divididas em três grupos: o de “postura tradicional” que entendia que a missão da empresa era a de geração de lucros e dividendos aos acionistas; o “socialista” que defendia o benefício social acima do econômico das empresas; e o “progressista” que assumia postura intermediária entre o lucro (legítimo) e uma postura social compatível com a exploração de recursos pelas empresas (GUIMARÃES, 1984).

No Brasil, as questões sociais tomaram maior vulto após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), também conhecida como “Constituição Cidadã”, que com suas características formal e analítica, pormenorizaram direitos e deveres

individuais e coletivos, direitos sociais, além de outras questões. A CF (1988) também fez previsão de mecanismos de controle social e de responsabilidade fiscal.

Contudo, a CF/1988 não resolveu os problemas de desigualdade social, problemas econômicos, e o Estado brasileiro assumiu uma postura voltada à busca da estabilidade econômica, liberando-se de várias competências. O Estado livrou-se de obrigações sociais, reduziu investimentos em políticas públicas e sociais. Desse modo, abriu espaço para organizações não-governamentais e fundações empresariais, pois as empresas também tiveram seus negócios afetados pela crise sociopolítica, essas entidades tiveram papel fundamental na evolução do pensamento socioambiental (RICO, 2004).

No ano de 1981 toma forma a chamada de Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS), com a obra “A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações”, a TDSS sugere a adoção de um novo paradigma social, o paradigma paraeconômico, um modelo que se contrapõe ao paradigma de mercado. Nesse novo paradigma, as organizações de mercado teriam seu espaço social definido, acabando com sua hegemonia, o Estado deveria assumir a posição de provedora do bem-estar social. (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004; SCHROEDER; SCHROEDER, 2004).

O Estado não foi capaz de exercer o papel de provedor do bem-estar social, oferecendo serviços de baixa qualidade, dada a escassez de recursos financeiros. Isso fortaleceu as organizações empresariais, que não mais ofereciam apenas bens e serviços, mas participavam e influenciavam outras dimensões sociais, por meio do fenômeno da responsabilidade social corporativa (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004).

A TDSS propõe então que outras organizações, que não apenas as empresariais, como ONG's atuem nesse espaço. Porém, também exige que o Estado atue na formulação e implementação de políticas distributivas (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004). A coexistência dessas organizações e do poder estatal funcionaria de modo similar ao sistema de freios e contrapesos, garantindo a harmonia da teoria.

Assim, como as questões sociais fizeram, ao longo da história recente, e ainda fazem parte do cerne da estrutura social, o meio ambiente também é parte integrante dessa construção. Sociedade e meio ambiente fazem parte de um conjunto estrutural necessário à sobrevivência de qualquer civilização.

Em caminho convergente ao das questões sociais, os estudos sobre meio ambiente também evoluíram ao longo do tempo, da fase pioneira, passando pela fase política, chegando à fase de mercado. Esta última fase é marcada pelo surgimento de certificações, como as da *International Organization for Standardization* (ISO), certificados como ISO-9000 (gestão de

qualidade), ISO-14000 (gestão ambiental), e ISO-26000 (responsabilidade social empresarial), são exemplos dessa convergência (ZULAUF, 2000).

A Agenda 21 resultou como importante ferramenta da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do ano de 1992 (ECO-92), e possibilitou uma agenda brasileira, essas políticas ambientais tiveram origem na publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1987, conhecido como relatório *Brundtland*.

O relatório *Brundtland* destaca as ações anteriores das décadas de 1960 e 1970, e sua lenta evolução rumo à sustentabilidade propriamente dita. Nele se evidencia a preocupação com as questões sociais relativas à sobrevivência humana (CMMAD, 1987).

Quanto ao aspecto ambiental e a terminologia utilizada pela CMMAD (1987), o relatório adota o critério humano/ambiental: “[...] O meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, e tentar defendê-lo sem levar em conta os problemas humanos deu à própria expressão ‘meio ambiente’ uma conotação de ingenuidade em certos círculos políticos” (CMMAD, 1987, p. XIII).

O tema continua sempre em voga, com a corrente dominante apontando para a causa antropogênica ou antrópicas, ou seja, problemas ambientais causados pelo homem, verificadas bibliotecas eletrônicas de revistas científicas como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em especial quanto divulgadas por pesquisadores da área ambiental (SILVA; PAULA, 2009), contudo, outra corrente difunde que a mudança climática tem causas naturais, problemas ambientais como consequência natural do planeta.

A falta de dados históricos, e os estudos publicados ainda não são suficientes para o aprofundamento da questão climática e ambiental e sua influência na degradação dos recursos naturais, e sua consequente interferência nas questões sociais (CARNEIRO; TONIOLO, 2012; NOBRE; SAMPAIO; SALAZAR, 2007; SCHAEFFER-NOVELLI; VALE; CINTRÓN, 2015; SILVA; PAULA, 2009).

2.2 Uma breve análise da convergência histórica dos estudos socioambientais

O planeta terra tem aproximados 4,5 bilhões de anos (TORT; NOGAROL, 2013), no entanto, as primeiras publicações científicas datam do ano de 1665 (SOUZA, 2006), a sociedade, como um todo, já passou por diversas épocas e seus paradigmas sociais.

Pode-se considerar, portanto, que foi possível vivenciar uma evolução científica, social e tecnológica veloz desde o estabelecimento das sociedades, a tecnologia ligada à informação

e à automação, da aprendizagem da escrita até a *e-Science* (COSTA; CUNHA, 2014; DIAS, 1999).

Com todos os estudos voltados à capacidade humana de se integrar ao meio ambiente, sem que com isso tenha necessariamente que degradá-lo a ponto de não mais restaurá-lo, no campo legal, surge a necessidade de que a natureza passe a ser considerada um sujeito de direito. Na qual o problema é cultural, em especial ao ocidente, não haverá mudanças se a natureza não tiver equivalência e equilíbrio com a humanidade, surge então a necessidade desse equilíbrio para a desaceleração da crise socioambiental vivida (LIMA; 2012; SERRES, 1990).

2.3 Evolução das informações contábeis do setor público no Brasil

Com relação à própria questão cultural é importante observar que mesmo com os bilhões de anos do planeta, as primeiras civilizações somente surgiram há alguns milênios, em especial no oriente e muito mais recentemente no ocidente, e na maior parte do tempo estiveram envolvidas em grandes conflitos, conseqüentemente, sequer formulou-se agenda para questões socioambientais (COMPARATO, 2011).

Baseando-se nos marcos históricos, destaca-se que a realidade brasileira entrou no mapa somente há algumas centenas de anos, inclusive até o ano de 1821 tinha a liberdade de imprensa cerceada pela coroa portuguesa. Em grande parte do século XX os estudos sobre a educação brasileira eram baseados em documentos e obras produzidos por pessoas que gestaram a República e também pelos que, na década de 1920, diziam-se idealizadores do novo projeto educacional brasileiro (BARRETO; NASCIMENTO; SALES, 2013; RIBEIRO, 2012).

Em se tratando de reformas administrativas da gestão pública brasileira, eram vários os entraves que dificultavam o processo, que sempre foram vistas como políticas simbólicas, pois não atendiam aos anseios dos cidadãos brasileiros (RIBEIRO; PEREIRA; BENEDICTO, 2013).

Somente a partir do ano de 1980 é que foi possível começar a desconstrução dessa imagem de décadas, demonstrando que vigia o interesse particular e especialmente político dos grupos dominantes (RIBEIRO; PEREIRA; BENEDICTO, 2013).

A contabilidade como ciência social também acompanhou as evoluções paradigmáticas de outras áreas, dado ao avanço do crescimento econômico, em especial de países emergentes. Um dos impeditivos aos investidores, em que se destacam estrangeiros, é a falta de critérios de comparabilidade das informações contábeis para uma melhor análise (MALAQUIAS; VERGARA; SILVA, 2017).

Como solução a esse problema, o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão emissor das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), por meio da *IFRS Foundation*, propugnou a adoção das normas internacionais também ao Brasil, bastante utilizadas na iniciativa privada e normatizada pelo CPC. Em que pesem seus benefícios, desafios culturais podem causar interpretação divergente dessas normas (MALAQUIAS; VERGARA; SILVA, 2017).

O setor público brasileiro tem feito movimentos convergentes quanto à adoção das normas internacionais, contudo, a tutela é feita pela *International Federation of Accountants* (IFAC), que emite as *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB). Com essa aceção, o CFC publicou no Diário Oficial da União (DOU), em 04 de outubro de 2016, a NBC TSP – Estrutura Conceitual.

Com a publicação da NBC TSP – Estrutura Conceitual, as outras normas emitidas desde 2008 passaram a sofrer convergência com as normas internacionais, ainda no mês de outubro de 2016 foram divulgadas mais três normas, e em dezembro de 2016 outras duas normas. Há um cronograma para conversão com término para o ano de 2021 conforme ANEXO A.

O novo caminho adotado pelo CFC quebra paradigmas arraigados na cultura organizacional brasileira, e em especial no setor público, pois acaba por definir a sociedade como usuária da informação contábil, sobretudo, quando da parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Assim, a publicação do MCASP – Exercício 2017, por meio da Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, e a Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, regulando a aplicação da contabilidade no setor público, inicia um novo paradigma na contabilidade do setor público, promovendo importantes alterações na forma como ocorre o *accountability*.

2.4 Convergência contábil e relatórios de sustentabilidade no setor público

O Balanço Socioambiental (BSA) é um dos diversos modelos e pode ser considerado uma evolução dos relatórios de sustentabilidade. Nessa significação, ao longo deste estudo se recorre às mais diversas áreas científicas para comprovar a validade do mesmo.

Maldonado, Silva e Oliveira (2015) realizaram uma “Análise da produção científica da temática Balanço Social na base de dados Redalyc”, a base de dados da *Red de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal* (Redalyc) é mantida pela *Universidad Autónoma del Estado de México* (UEAM).

O levantamento realizado por Maldonado, Silva e Oliveira (2015) no período de 2001 e 2013, na base de dados Redalyc, revelou 22 artigos publicados com foco em Balanço Social e Responsabilidade Social (listados nas palavras chave, ou nos títulos), e comprovada pela análise individual do resumo, mesmo não sendo objeto de estudo desses autores, em seus resultados é possível inferir que não há aplicação ao setor público.

Em mesmo sentido, Peres e Gomes (2014) realizaram um levantamento e análise de publicações relacionadas à temática Balanço Social (BS), nos periódicos nacionais, utilizando as palavras chave “Balanço Social” e “Responsabilidade Social”, por conseguinte levantaram 45 textos e desses somente 03 são diretamente aplicados ao setor público.

No âmbito empresarial, muitas têm sido as ações de divulgação dos benefícios ou compensações ambientais proporcionadas por esse setor, entretanto, diversas ferramentas não são efetivas e acabam por não demonstrar a realidade ou mesmo distorcendo-a, com o objetivo de angariar mais aportes financeiros. Entretanto, a verificação dessas evidências por meio de auditorias independentes tem contribuído para a validação dos dados divulgados, favorecendo a publicação de relatórios de sustentabilidade mais realistas (KROETZ, 1999).

Isto ocorre, pois muitas dessas empresas buscam aporte no mercado financeiro, e os investidores, assim como a sociedade, tem aumentado sua preocupação com a questão socioambiental, no entanto, o cenário muda abruptamente quando se trata de organizações públicas, onde há pouca divulgação de suas ações, não há qualquer padronização e há pouca normatização, quando o assunto é evidência de informações socioambientais.

Ações isoladas de alguns órgãos públicos com relação à demonstração dessas informações acabam por confundir, mais do que divulgar, considerando essa falta de padronização entre setor público e iniciativa privada, os estudos ainda estão voltados, em sua maioria à segunda (LAN *et al.*, 2011).

Mesmo havendo estudos e proposições de modelos, tanto para a iniciativa privada quanto para alguns órgãos públicos, o fato é que a cultura brasileira revela que enquanto não houver obrigatoriedade, poucas empresas com interesses em grandes mercados é que farão uso do BSA com os mais variados interesses.

Enquanto não houver um amadurecimento da sociedade brasileira, em termos de fiscalização das ações estatais, não haverá agenda para proposições de melhorias nas questões de transparência e *accountability*. Na seara acadêmica surgem avanços desses estudos, mesmo que não alcancem a atividade política.

Neste sentido, alguns estudos apontam caminhos para delineamentos de modelos de BSA, sobretudo na esfera municipal (BLEIL *et al.*, 2011; DI DOMENICO *et al.*, 2015; FREY;

MARCUZZO; OLIVEIRA, 2008; MARIANO; RIBEIRO; COLAUTO, 2013; MAZZIONI; GALANTE; KROETZ, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2014; PEIXE; BECKER, 2005; PIRES, 2009; RODRIGUES; COSTA; SILVA, 2014).

A proposição de um modelo de BSA, tendo como objeto de aplicação as Instituições de Ensino Superior (IES), também é estudada por diversos autores, desses estudos somente dois são aplicados a IFES, sendo um aplicado à Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), e outro aplicado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (MARETH; SALVALAIO; RIBEIRO, 2010; MARTINS *et al.*, 2013; NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2001; PETRELLI, 2004; RESENDE *et al.*, 2008).

Para uma melhor visualização das principais publicações a respeito do BSA no setor público, tendo como objeto de estudo a proposição e/ou aplicação de modelo de Balanço Social (BS) em IES ou IFES, bem como para utilização de modelos aplicados a este trabalho, em pesquisa realizada por meio de motor de busca da internet, considerando revistas e eventos (congressos e encontros), e excluindo-se dissertações e teses, apresenta-se o ANEXO B.

Os dois estudos sobre Balanços Sociais aplicado às IFES utilizam como modelo o proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (MARTINS *et al.*, 2013; RESENDE *et al.*, 2008). O modelo IBASE é bastante aplicado a questões orçamentárias e numéricas, o que proporciona uma forma de comparabilidade de um exercício social a outro.

A fusão do conjunto dos modelos de BS IBASE aplicados às IFES, com os modelos teóricos existentes, somados ao modelo de BSA elaborado pelo CFC, bem como o Balanço Social elaborado pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), e a *expertise* da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na elaboração do seu Balanço Social, permitem a elaboração de um modelo de BSA aplicado à UFGD.

O IBASE é o precursor do Balanço Social (BS) no Brasil, porém, no sítio eletrônico do próprio instituto é possível verificar que o BS foi absorvido pelos chamados relatórios anuais. A partir do ano de 2010, este relatório é denominado pelo IBASE de Relatório de Atividades (IBASE, 2017).

O Relatório de Atividades do IBASE apresenta similaridades com o BSA utilizado pelo CFC. Ambos propõem relatórios de sustentabilidade que podem ser considerados modelos na busca a evidenciação quantitativa da responsabilidade social e ambiental das empresas por meio de indicadores próprios (CFC, 2017; IBASE, 2017)

Também com intuito de auxiliar nos temas de Responsabilidade Social Corporativa no Brasil, surge em 1998 o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Instituto

Ethos), com foco no compartilhamento da organização de conhecimento e práticas de gestão no âmbito empresarial.

As empresas listadas no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), no Índice Carbono Eficiente (ICO2), e especialmente no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA, divulgam relatórios de sustentabilidade, em especial o BS.

A EMBRAPA publica o BS desde o ano de 1997, sendo uma das pioneiras do setor público, no caso dessa empresa estatal, a criação de um indicador foi essencial para o sucesso de seu BS. O indicador de lucro social é um “conceito inovador” que é apurado por meio de outros indicadores do BS (PEREIRA *et al.*, 2010).

Com relação à nomenclatura adotada por este estudo refere-se à mesma adotada pelo CFC, entidade que publicou o BS nos anos de 2005 e 2006, no entanto, a partir do ano de 2007 passou a utilizar em seu relatório de sustentabilidade o nome Balanço Socioambiental (CFC, 2007).

O CFC explica o motivo da adoção da nomenclatura de seu relatório de sustentabilidade, bem como a finalidade de tal publicação (BSA):

O Balanço Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade é um instrumento de gestão que demonstra o nível de comprometimento que a entidade tem com a sociedade e o meio ambiente.

Elaborado em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, este material adota uma metodologia já utilizada nos modelos de balanços anteriores.

[...]

O Balanço está dividido em cinco capítulos: Gestão Institucional, Gestão de Pessoas, Gestão do Registro e Fiscalização, Gestão Socioambiental e Balanço Socioambiental em Dados (2007, p. 7).

Isso não significa abandonar o modelo IBASE ou qualquer outro modelo, e sim melhorar o enfoque dado ao relatório. Logo pode-se observar, numa análise puramente qualitativa das publicações, que grande parte utiliza o enfoque social como base, havendo pouco destaque para questões relacionadas ao meio-ambiente.

Utiliza-se aqui a nomenclatura adotada pelo CFC para a realização deste construto, que pode abranger plenamente, todas as áreas de um BSA, para isso busca-se o melhor encaixe das proposições já realizadas em outros trabalhos sobre o tema.

Propõe-se ainda, algumas melhorias visando a eficiência na coleta e compilação dos dados, por meio de fluxos, uma vez que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são obrigadas a publicar vários relatórios, como o Relatório de Gestão, a Carta de Serviços ao Cidadão, e o Relatório de Autoavaliação.

Além desses relatórios, outros, também de publicação obrigatória por parte das IFES podem compor o BSA, destaca-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Valor Adicionado, que podem subsidiar informações contábeis, em especial com a vigência do MCASP exercício 2017.

2.5 Estruturação de um BSA aplicado à uma IFES

A proposição de um BSA aplicável às IFES passa pela identificação das dimensões do relatório, utilizando como documento base o BSA publicado pelo CFC, entidade que mantém regularidade de publicação desde o ano de 2005, bem como as colaborações de Martins *et al.* (2013) e de Resende *et al.* (2008).

Neste aspecto, a estrutura a ser adotada segue os padrões do CFC, divididos em capítulos, sendo: Gestão Institucional; Gestão de Pessoas; Gestão de Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão Socioambiental; e Balanço Socioambiental em dados.

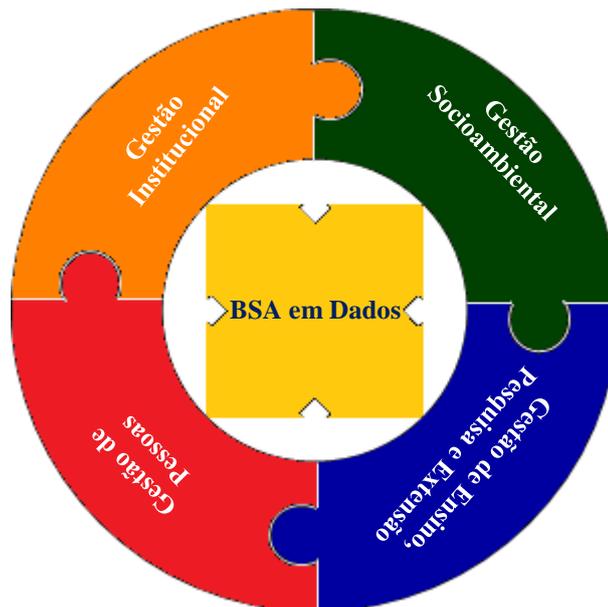


Figura 1: Modelo de estruturação do BSA aplicado à uma IFES

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no BSA do CFC (2007)

O capítulo Gestão Institucional é utilizado para apresentar a estrutura física e organizacional, missão, objetivo e finalidades, entidades de relacionamento, informações econômico-financeiras e perfil da IFES. Incluindo dados históricos, evolução, planejamento estratégico, mapa estratégico, políticas públicas e institucionais, entre outros aspectos relevantes à sociedade.

O capítulo Gestão de Pessoas apresenta o perfil do corpo técnico e docente da IFES e as ações desenvolvidas por ela em benefício de seus colaboradores, incluindo prestadores de serviço terceirizados e estagiários.

O capítulo Gestão de Ensino, Pesquisa e Extensão é um dos mais importantes pois apresenta as atividades promovidas pela IFES, que direta ou indiretamente, causaram impacto em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo de suma importância divulgar dados normalmente não conhecidos pela sociedade, como cursos oferecidos, quantidade de formados, ações de extensão, e pesquisas concluídas ou em andamento, entre outros dados importantes.

O capítulo Gestão Socioambiental é o que foca especificamente em questões ambientais, sendo apresentadas as ações, os projetos e os programas desenvolvidos pela IFES, os quais demonstram sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social e pessoal dos colaboradores e usuários dessa instituição e a comunidade em geral.

O capítulo do Balanço Socioambiental em Dados demonstra as pesquisas de satisfação (autoavaliação) dos servidores e da instituição como um todo, em um modelo IBASE adaptado de Martins *et al.* (2013) e Resende *et al.* (2008). Nesse capítulo pode ser apresentado um relatório sintetizado com os valores investidos e pessoas atingidas pelas ações em comparação com anos anteriores.

Ressalte-se que o BSA, apesar de conter as mais variadas informações, pode ser considerado um relatório de fácil entendimento (LIRA *et al.*, 2011), sendo necessário evitar termos demasiadamente técnicos como os utilizados nos Relatórios de Gestão (RG), pois o objetivo é fazer com que toda comunidade fique ciente das ações da IFES, o uso de recursos como imagens e notas explicativas melhor evidencia essas ações.

Por vezes o BSA é utilizado como ferramenta de *marketing* como aponta Trevisan (2002), o que acaba por desvirtuar sua finalidade. Logo a melhor forma de publicação é aquela que melhor expõe os dados da instituição e de forma simples e de fácil análise, não pode atingir níveis ininteligíveis de complexidade. Pode utilizar-se de fórmulas complexas, mas os resultados devem ser claros e objetivos, utilizando indexadores úteis à gestão.

O BSA tem se tornado mais dinâmico, e pode ser fonte de novas pesquisas, um exemplo desse modelo é o adotado pela EMBRAPA, no sítio eletrônico <bs.sede.embrapa.br/2015/index.html> disponível na *internet*.

Todas IFES pesquisadas possuem portais eletrônicos na *internet*, a transparência é um dos importantes tópicos contemporâneos, especialmente por facilitar o *accountability*. Importa verificar, que com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI) as IFES receberam mais aportes financeiros, e como resultado puderam planejar seus investimentos em tecnologia e em contratações.

O estudo realizado por Andrade *et al.* (2011) avaliou a relação entre a gestão pública e o REUNI de modo a analisar o distanciamento entre as ações gerenciais e o interesse social das IFES. Nessa perspectiva, avançando nos conceitos ali propostos, e avaliando os conceitos já estudados, pode-se considerar o BSA como ferramenta para união desses campos da gestão pública.

Neste contexto, por mais que se tenham diversas informações sobre os órgãos públicos e obrigatoriedade em sua publicação, restam em evidência as questões sociais e culturais do país. A gestão pública brasileira é relativamente nova quando comparada à de outras nações, sendo necessária uma abordagem específica sobre a cultura brasileira da gestão pública.

2.6 Cultura organizacional brasileira e sua relação com o setor público

Quando se trata de cultura organizacional brasileira deve-se observar alguns aspectos importantes para a compreensão da sua relação com a gestão pública. Carbone (2000) afirma não haver diferenças entre Estado e Nação e nesse seguimento a gestão pública brasileira apenas reflete o que se observa do comportamento da sociedade brasileira.

De acordo com Chaves e Marques (2006) a cultura organizacional é ponto central, quando são tratadas questões relativas à modernização das práticas administrativas na gestão pública, pois a partir dela é que podem haver convergências ou divergências do direcionamento a ser adotado.

Ainda de acordo com Chaves e Marques as práticas organizacionais sujeitam-se, conforme valores culturais, à aceitação ou mesmo à resistência, e explicam que:

A gestão pública brasileira é historicamente caracterizada por uma administração patrimonialista, modelo que presume o paternalismo, o nepotismo e o empreguismo, não fazendo distinção entre as esferas de atividade pública e privada. Associadas ao patrimonialismo, encontrava-se as relações clientelistas, ou seja, relações políticas que não ultrapassavam o interesse do líder em obter votos em troca de favores. Outro aspecto característico era o formalismo, que, aliado ao nepotismo, ao corporativismo e ao clientelismo, tinha como resultado o desvio da finalidade pública (2006, p. 3).

Essa abordagem acaba por remeter à “juventude” do Brasil como país livre e democrático, sem ter deixado de lado estas práticas que não condizem com uma gestão pública eficiente, isso ainda interfere na relação do Estado com o Cidadão e do Estado com o Servidor.

Keinert (1994) reconstituiu os Paradigmas da Administração Pública no Brasil, considerando seus períodos, contextos institucionais, fases e características. Nessa acepção, a

autora destaca que a gestão pública brasileira se situa no paradigma da Administração Pública como Administração Pública, conforme Quadro 1.

Paradigma da Administração Pública como:	Período	Contexto Institucional	Fases	Características
Ciência Jurídica	1920-1929	Estado Regulador-Liberal		Legalismo
Ciência Administrativa	1930-1979	Estado Administrativo	1930-1945	Racionalização
		Administração para o Desenvolvimento	1946-1964	Desenvolvimentismo
		Estado Intervencionista	1965-1979	Racionalidade e Competências Técnicas
Ciência Política	1980-1989	Mobilização Social		Democratização
				Conflito de Interesses
				Recursos Escassos
Administração Pública	1990-atual	Redefinição do Papel do Estado		Capacidade Política aliada à Competência Técnica

Quadro 1: Paradigmas da Gestão Pública Brasileira

Fonte: Adaptado de Keinert (1994)

A história da gestão pública brasileira é facilmente compreendida quando se visualiza pelas lentes de diversos autores, entre eles Keinert (1994), Carbone (2000), Chaves e Marques (2006), pois pode-se compreender que, mesmo no ano de 2017, se configuram numa soma desses valores e paradigmas arraigados.

Corroborar neste sentido Andion (2012) ao dizer que há possibilidade do desenvolvimento científico por meio do reconhecimento de outros paradigmas, com base em Morgan (2007), e Burrell e Morgan (2008), como o interpretativista, humanista radical, e o estruturalista radical, e suas correntes, se houver um diálogo entre esses paradigmas e o paradigma emergente e dominante que possui ampla base no paradigma funcionalista.

O aspecto cultural toma vulto neste construto, pois o BSA é um relatório não obrigatório, e diante das constatações dos estudos sobre gestão pública brasileira nota-se pouco interesse em inovação no setor público brasileiro, mesmo que no sentido amplo do conceito (OLIVEIRA *et. al.*, 2015). Contudo, quando inova, conforme Brandão e Bruno-Faria (2013) a Administração Pública frequentemente adota inovações advindas do setor privado.

É certo que não se pode considerar a elaboração e publicação de um BSA como inovação em sentido teórico. Contudo, esse relatório pode fornecer subsídios significativos para novas iniciativas, conforme asseveram Brandão e Bruno-Faria (2013, p. 238) sob esse aspecto é que “[...] a ideia, prática ou processo deve ter sido implementado para que possa ser considerado uma inovação”, compreendendo-se como serviços, produtos ou métodos novos ou que tenham sido significativamente melhorados para aquela entidade.

Ainda a respeito da mudança organizacional no setor público Amorim e Tomaél alertam que:

As dificuldades acarretadas pela implantação de mudanças são muitas, especialmente as advindas de novas propostas tecnológicas. Esta situação se acentua no caso de órgãos públicos, em que a dinâmica de alterações é bastante lenta, aspecto típico dos processos excessivamente burocráticos que carecem de princípios legais que os reconheçam como legítimos (2012, p. 57).

Embora seja difícil romper as barreiras burocráticas e o traço do formalismo, ainda assim é possível inovar no setor público, especialmente quando há pressão social sobre os órgãos públicos e sobre os legisladores. Tangente aos bons hábitos adotados pela iniciativa privada, mesmo que isso jamais force a Administração Pública a encampar a “destruição criativa” proposta por Schumpeter (1984).

Vencer as dificuldades impostas pela burocracia e pela cultura organizacional do setor público brasileiro é ponto chave para a elaboração e publicação do BSA, especialmente nas IFES, entidades de grande importância para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, e muito ligadas ao ensino da sustentabilidade e do meio ambiente.

As IFES, em especial as que oferecem cursos nas áreas de Administração e de Meio Ambiente, em tese, deveriam adotar as práticas tão bem elaboradas cientificamente por seus pesquisadores, esse fato poderia levar a Administração Pública a vencer o sistema complexo, a emergir sobre ele, ultrapassá-lo como sugere Morin (2015).

A partir desse entendimento faz-se necessário evidenciar as convergências da legislação sobre a contabilidade e o meio ambiente, com intuito de evidenciar os caminhos necessários para a adoção de práticas relacionadas à sustentabilidade e à gestão pública, incluindo a elaboração e publicação do BSA.

2.7 Legislação brasileira sobre meio ambiente e contabilidade

A legislação brasileira é ampla, extremamente hierarquizada e burocrática, sem entrar no mérito jurídico, ao efetuar uma análise *lato sensu* é possível notar que a Carta Magna brasileira foi fruto de amplas discussões no período de redemocratização, isso, contudo não impediu a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) de se tornar carregada de legalismo e estabelecer profunda rigidez à Administração Pública.

Sobre esse aspecto Bresser-Pereira (1995, p. 21) criticou a forma legalista que foi dada à administração indireta: “[...] O congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias

empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado[...].”

Apesar desses aspectos e de a CF/1988 ser rígida, formal, dogmática, analítica e dirigente, ela é mutável, e sob essa permissão o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE, 1995) conseguiu alguns avanços, conforme Bresser-Pereira (1999, p. 9, grifo do autor) destaca: “[...] A Reforma Gerencial da Administração Pública Brasileira lançada em 1995 avançou nas três dimensões previstas pelo *Plano Diretor*: a institucional, a cultural e a gerencial[...].” embora tenha fracassado em outros aspectos.

O BSA é um relatório de publicação não obrigatória, não obstante deva cumprir a legislação vigente a respeito dos assuntos que aborde, a exemplo da parte contábil expressa no relatório que se submete às normas emitidas pelo CFC.

2.7.1 Legislação ambiental brasileira

A CF/1988 estabeleceu normas e parâmetros aplicáveis a todos os cidadãos, entre elas diversas relacionadas às questões sociais e ao meio ambiente, tratando-os em diversos capítulos da mesma, quanto às questões sociais é latente no texto constitucional sua visibilidade, pois a mesma é tratada como constituição cidadã.

Buscando proteger todos os interesses sociais, e com relação ao meio ambiente há um capítulo específico sobre o tema, em especial ao artigo 225 que trata: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Existem diversas normas relativas ao tema meio ambiente, conforme a Câmara dos Deputados (2010), mais detalhados no ANEXO C, isso corrobora o sentido legalista e funcionalista da gestão pública brasileira, embora de fato haja necessidade de uma regulamentação efetiva nessa questão, as brechas legais acabam por dificultar a correta responsabilização dos agentes públicos e particulares.

Essa característica legalista tange todos as áreas de atuação da administração pública, provavelmente pelo histórico de gestões e formas não republicanas da política brasileira, quando do nascimento da nova democracia brasileira.

No setor público brasileiro destacam-se as ações promovidas pela A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que tem como objetivos:

[...] estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras[...]
 Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
 Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
 Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
 Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
 Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (MMA, 2009, p. 33).

Destacam-se também as ações do CNJ que pode ser consideradas as mais avançadas na gestão pública brasileira no ano de 2016, em especial com a edição da Resolução 201, de 3 de março de 2015, que além de implantar o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) também previu em seu artigo 24: “O PLS-PJ irá subsidiar, anualmente, o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado pelo CNJ por intermédio do DPJ, no prazo de 180 dias a contar do recebimento do relatório de desempenho dos órgãos.” (CNJ, 2015, p. 12-13).

A iniciativa do CNJ pode ser considerada pioneira e inovadora, apesar de se utilizar das estruturas legalistas, o faz com o sentido socioambiental propriamente dito, pois além de normatizar as publicações obrigatórias dos órgãos do Poder Judiciário, também normatiza a implantação do BSA em sua área de atuação.

2.7.2 Legislação contábil brasileira

O BSA serve como instrumento de *accountability* na medida em que expõe as atividades realizadas pela entidade, aborda informações contábeis, estas sob a égide da legislação pertinente, e por essa lógica sua publicação deve obedecer às normas emanadas do CFC.

Em especial a Norma Brasileira de Contabilidade T 15 (NBC T 15), Resolução CFC nº 1.003/2004, que trata das informações de Natureza Social e Ambiental.

Por consequência, o BSA deve contemplar o proposto pelo CFC na norma NBC T 15:

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;

d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior (2004, p. 3).

Ainda sob essa perspectiva legalista, a mesma norma ainda ressalta que:

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento (CFC, 2004, p. 8).

Neste contexto, é possível notar a forte influência das disfunções burocráticas, mesmo para a elaboração de relatórios não obrigatórios como o BSA, contudo, isso não significa que haja dificuldades para sua elaboração e publicação, apenas que o mesmo deve respeitar algumas normas com finalidade de padronização e validade jurídica para responsabilização, afinal o relatório deve cumprir certos procedimentos e ser assinado por profissionais competentes em suas áreas de atuação.

Além da NBC T 15, são aplicáveis ainda a Resolução CFC nº 550/1983 e suas alterações, que tratam das prerrogativas profissionais e atribuições dos contabilistas, bem como a Resolução CFC nº 803/1996, que trata do Código de Ética Profissional do Contabilista, com suas respectivas atualizações.

No ano de 2016, as Normas Brasileiras de Contabilidade sofreram diversas atualizações, em especial para adoção da convergência às normas internacionais, entrando em vigor no ano de 2017, foram convergidas, durante a elaboração deste trabalho, algumas das normas internacionais aplicadas ao setor público.

Com a publicação, no DOU em 04/10/2016, da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual (Resolução 2016/NBCTSPEC), a Resolução nº 750 de 31/12/1993 restou revogada e com ela as antigas normas aplicadas ao setor público NBC T 16.1, NBC T 16.2, NBC T 16.3, NBC T 16.4, e NBC T 16.5.

Restam algumas das antigas normas ainda com vigência, dentro do cronograma proposto pelo CFC, todas devem ser convergidas até o ano de 2021, bem como adicionadas normas ainda não vigentes no Brasil, bem como outras que foram atualizadas e ainda não convergidas como a NBC T 16.6 que trata das demonstrações contábeis no setor público.

O ANEXO D apresenta as normas de contabilidade aplicadas ao setor público brasileiro que vigiam até o ano de 2016, quando não havia correlação com normas internacionais da área. Por sua vez, o ANEXO E expõe as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público com vigência a partir do ano de 2017 com as correspondências normativas internacionais.

Propõe-se por meio deste estudo, um modelo viável de elaboração e publicação do BSA em uma IFES, e considerando que as IFES são instituições públicas, o BSA ainda deve observar outras normas do próprio CFC, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), especialmente quanto ao tratamento que deve ser dado na forma da NBC T 16.6 (R1), que trata das Demonstrações Contábeis e suas atualizações.

Com a vigência da NBC TSP – Estrutura Conceitual, a partir do ano de 2017, um importante passo foi dado em relação ao *accountability*, pois dá novo propósito aos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) ao evidenciar que o objetivo do setor público é prestar serviços à sociedade e não obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores (CFC, 2016).

O CFC orienta:

Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores (CFC, 2016, p. 4-5).

Reforçando a questão da responsabilização e da importância das informações contábeis, financeiras e não financeiras a STN editou o MCASP Exercício 2017, que também trata das características qualitativas da contabilidade do setor público.

A STN (2016, p.25) diz que: “O objetivo da elaboração da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão” e ainda que:

As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela. (STN, 2016, p. 25)

Compreendidas as etapas relativas à estrutura básica do BSA e as leis e regulamentos que com sua publicação devem ser obedecidos, como causa da convergência entre o meio ambiente, a gestão pública e a contabilidade é possível apontar para a visão do relatório como instrumento de transparência na gestão pública.

2.8 Balanço Socioambiental como instrumento de evidenciação

Um dos objetivos do BSA, talvez o principal, é o de dar visibilidade às ações da entidade, conceito que se refere diretamente à evidenciação (*disclosure*) e prestação de contas e responsabilização (*accountability*), termos que deveriam ser fielmente aplicados à gestão pública, para o cumprimento pleno da prestação de contas.

Em se tratando de *disclosure*, diversos estudos apontam como sendo a apresentação de informações de forma transparente, tempestiva e inteligível, e quanto ao *accountability* como prestação de contas, responsabilidade social, e responsabilização dos gestores (ANDRADE *et al.*, 2011; AUGUSTINHO; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2015; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; OLIVEIRA; CARVALHO; CORRÊA, 2013).

Com efeito, uma forma obrigatória de prestação de contas por parte das entidades públicas, é a apresentação do Relatório de Gestão (RG) ao Tribunal de Contas da União (TCU), que tratou do tema na Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e suas atualizações, a mesma estabeleceu a obrigatoriedade de apresentação às IFES no rol apresentado em seu artigo 2º:

Para efeito desta Instrução Normativa, estão sujeitos à apresentação de relatório de gestão e à constituição de processo de contas os responsáveis pelas seguintes unidades jurisdicionadas ao Tribunal:

I. órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, incluídas as fundações e empresas estatais, bem como suas unidades internas (TCU, 2010, p. 2).

A mesma Instrução Normativa estabeleceu ainda o conceito de Relatório de Gestão em seu artigo 1º, parágrafo único, item II:

II. relatório de gestão: documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro (TCU, 2010, p. 1-2).

Sobre o tema da transparência no setor público e a relação com o RG, Bairral, Silva e Alves (2015) analisaram o nível de transparência pública em RG anuais de entidades públicas federais, e de acordo com a amostra (ANEXO F) concluíram que o índice médio total de transparência pública federal é de cerca de 48%, e afirmam que esse dado revela um nível de transparência ainda baixo.

Bairral, Silva e Alves (2015) informaram ainda que o RG não é plenamente entregue, ou seja, dos itens obrigatórios, em média, 20% não são evidenciados. Competindo ao TCU essa fiscalização, contudo, anualmente é feita uma amostragem pelo órgão fiscalizador, com relação aos órgãos selecionados, o que evidencia a falta estrutura para uma fiscalização plena.

Outrossim, essas questões relativas à não apresentação de todos os dados remete às questões culturais outrora abordadas, no entanto não deve anular a validade das informações contidas nos relatórios apresentados ao TCU, e também com relação às IFES, o próprio TCU elaborou indicadores que se aplicam também à elaboração do BSA.

Pese-se que para elaboração de um BSA para uma IFES têm-se aqui como base o Relatório de Gestão, o Relatório de Autoavaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), as ferramentas criadas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 18/11/2011), e as informações obtidas no portal da própria IFES, entre outras.

A utilização desses dados é estruturada pela chamada mineração de dados (*data mining*), tendo como parâmetro o BS no formato IBASE, de forma semiautomática, contudo, ampliando-se o escopo para uma análise qualitativa dos dados, visto tratar-se de uma única IFES, cujo resultado poderá ser replicado em outras IFES com as devidas adaptações.

Cardoso e Machado (2008), utilizaram o conceito de *data mining* na Gestão do Conhecimento, e acabaram por demonstrar que esse método, associado a outros, é capaz de gerar diversas informações. Nesse aspecto, seria possível adicionar ao BSA informações que em regra não são publicadas pelas IFES.

Dias Sobrinho (2008), fez críticas ao modelo mecanicista e estatística da avaliação utilizada pelo SINAES, deixando de lado análises qualitativas, contudo, no paradigma dominante ainda é necessário que os indicadores façam parte de relatórios como o Relatório de Gestão.

O BSA também pode ser visto como um relatório de avaliação ampla da IFES, pois pode permitir a utilização de dados quantitativos e qualitativos, primários ou secundários, busca-se aqui a idealização de um modelo viável para aplicação em uma IFES, modelo que para ser aplicado necessite apenas de regulamentação interna.

Os indicadores são importantes para análises comparativas, entretanto, devem adotar sempre notas explicativas para sua melhor interpretação, sobre os indicadores do TCU para as IFES trabalhos como os de Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), Ferreira, Santos e Pessanha (2013), Campagnoni e Platt Neto (2015), exploram e evidenciam a importância dos mesmos para as análises de resultados.

A utilização de dados fornecidos aos órgãos de controle, bem como a possibilidade de utilização de dados primários, tanto qualitativos como quantitativos, além da utilização de dados públicos da IFES permite ao BSA, mesmo em um levantamento externo, que o mesmo possa ser considerado confiável para a aplicação da evidenciação e transparência, em especial porque pode sintetizar dados esparsos ou de difícil localização, e também por poder reunir indicadores já consagrados nas avaliações de IFES.

Outro aspecto importante do BSA é que o mesmo permite, no modelo analítico, a inclusão de dados qualitativos sobre a atuação da IFES nas cinco dimensões que abrange, em especial nas questões sociais e ambientais de difícil ou inviável mensuração no modelo sintético.

Os estudos realizados e normas legais utilizados no referencial teórico deste trabalho acabam por, mesmo que involuntariamente, comprovar que a partir do ano de 2010 uma nova corrente surge na gestão pública, convergindo com os instrumentos criados ou reformulados no início desta década, sob essa perspectiva, ao final do ano de 2011 foi sancionada a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI).

Mesmo considerando as disfunções causadas pelo excesso burocrático, pelo legalismo, e pela dominância paradigmática vigente, a LAI surgiu como um novo instrumento de *accountability*, ao forçar a gestão pública a adotar medidas efetivas de evidenciação.

Cavalcanti, Damasceno e Souza Neto (2013), estudaram a questão da observância da LAI pelas autarquias federais brasileiras (ANEXO F), e verificaram que o resultado máximo obtido na amostragem atingiu o nível de 84% da aplicação da LAI, tendo em média o índice de 66% de aplicação da LAI. Ressaltam ainda que em especial as instituições vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), são as que mais descumprem a lei.

2.9 Influências da cultura organizacional das IFES na publicação de relatórios

Considerando que as IFES são órgãos diretamente vinculadas ao MEC, novamente as questões relacionadas à cultura organizacional podem evidenciar os motivos que levam as

entidades responsáveis por parte da educação superior brasileira. (MELLO; ALMEIDA-FILHO; RIBEIRO, 2009; SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Os problemas relacionados com a tríade ensino-pesquisa-extensão, somadas aos enfrentados na gestão institucional foi estudada na, relação de governo/universidade. A escolha de dirigentes é diretamente relacionada às questões de poder, explicando que: “[...] o processo de nomeação de professores para cargos de administração, quando não puramente político, pauta-se na sua competência como professor ou pesquisador, e não como administrador[...]”. (LEITÃO, 1985, p. 6-7).

Leitão (1985, p. 7), ainda explica que: “[...] a universidade não exigiria de seus administradores preparação proporcional à que exige dos docentes e pesquisadores, com implicações evidentes na eficiência da gestão de seus recursos materiais e humanos”.

Mesmo em estudos mais recentes, a abordagem funcionalista acaba por predominar na seleção de docentes, a relação do concurso público para docentes com a real demanda exigida dos mesmos, utilizando as normas e os regulamentos de seleção como parte do parâmetro metodológico, fazem com que os processos de seleção sejam frágeis e possam comprometer o resultado (SIQUEIRA *et. al.*, 2012).

Cabe observar que a própria seleção dos docentes é direcionada ao ensino, em especial da graduação, não tendo muita relação com pesquisa e extensão, a situação piora quando as competências exigidas não abordam experiências com administração, apesar de não ser objetivo final dos docentes. Outro estudo sobre a seleção de docentes nas universidades federais e sua relação com as bancas de seleção foi realizado por Binotto, *et al.* (2014).

Essas abordagens, corroboram que ao longo do tempo pouca coisa mudou em relação aos problemas relacionados à formação de docentes nas práticas administrativas, mesmo que o Decreto nº 94.664 de 23/07/1987 estabelecesse no artigo 3º que: “[...] São consideradas atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior; [...] II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente. [...]” (BRASIL, 1987).

Barbosa e Mendonça (2013), abordaram a questão do professor-gestor em universidades federais e apontaram que apesar do expressivo aumento de investimentos no setor nos últimos anos pouco tem sido feito com relação à qualificação:

[...] poucas universidades federais têm políticas, programas ou ações voltados especificamente para a formação de seus atuais e futuros dirigentes. É essa realidade que vem fomentando a falta de entendimentos dos gestores sobre seus papéis e responsabilidades, bem como dos conflitos e stress incluídos no exercício da atividade de gestão.

Acredita-se que a saída dessa dinâmica seja preparar professores de ensino superior incluindo também em sua formação as competências gerenciais esperadas deles no papel de professor-gestor (*academic manager*). Esse movimento não é importante somente para o alcance de níveis de excelência no ensino, pesquisa e extensão no sistema de ensino superior no Brasil, mas também para que as universidades federais possam cumprir sua missão junto à sociedade (BARBOSA; MENDONÇA, 2013, p. 16, grifo do autor).

Da recomendação de Barbosa e Mendonça (2013), surge uma possível solução para a questão gerencial em IFES, em especial quando essas instituições são responsáveis pela formação de grande parte dos futuros docentes de todos os níveis, essa problemática também foi tratada por Silva (2012) na gestão universitária, e por Mazon e Leite (2013) com relação à educação básica.

Com efeito, também a questão ambiental tem pouca permeabilidade nas IFES, mesmo nas instituições que possuem pesquisas diretamente relacionadas com o meio ambiente e a gestão ambiental, ou mesmo dos programas de pós-graduação em administração e sua relação com a gestão ambiental:

[...] ao contrário do que acontece em outras áreas do conhecimento, como a das engenharias, na qual fica explícita a preocupação da academia quanto ao avanço da busca por sustentabilidade, apenas 25% dos cursos de pós-graduação da área de administração oferecem disciplinas especificamente direcionadas para gestão ambiental e tão somente 6% do total apresentam ferramentas da gestão ambiental. Mesmo considerando-se a característica interdisciplinar do tema e, portanto, que a abordagem de tópicos relacionados à gestão ambiental em distintas disciplinas poderia representar contribuição suficiente para a formação de gestores e/ou professores, observou-se que apenas 51% dos cursos de pós-graduação encontram-se nessa categoria (SINAY *et al.*, 2013, p. 77).

Os mesmos autores ainda concluem que:

Como a produção científica acadêmica depende fortemente da capacitação de professores e estudantes, deduz-se a necessidade de incluir nas grades curriculares da pós-graduação disciplinas e/ou tópicos que colaborem com a formação de profissionais capacitados não apenas para esta produção, mas também para administrar organizações contemporâneas de todos os setores. Igualmente importante, faz-se necessário estimular a formação de um maior número de grupos de pesquisa no tema (SINAY *et al.*, 2013, p. 77).

Além desses fatores, somam-se o excesso de carga de trabalho, uma vez que tanto o quadro de docentes das IFES quanto o quadro de técnicos administrativos não vêm acompanhando o crescimento do número de estudantes que ingressaram nela.

Contudo, a LAI pode significar uma nova oportunidade de direcionamento das IFES rumo à transparência desejada em regimes democráticos, ergo:

A Lei 12.527 representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos.

O desafio, agora, é assegurar a implementação desta Lei. Devemos enfrentar desafios de natureza técnica e tecnológica e também de caráter administrativo, que incluem a necessidade de recursos financeiros e humanos - estes, devidamente capacitados - para garantir a observância do que dispõe a Lei. Além disso, teremos que vencer a cultura do sigilo que, de forma silenciosa e invisível, ainda se constitui um dos grandes obstáculos para a abertura dos governos (CGU, 2011, p. 4).

Temas que parecem tão distantes acabam por convergir quando associados à gestão pública, pois quando aplicados os princípios norteadores da administração pública pode-se compreender que o BSA atende e cumpre critérios legais e morais, atingindo um nível importante de transdisciplinaridade, unindo a gestão ambiental, social, pública, com o *disclosure* e *accountability*.

Não obstante, a transdisciplinaridade do BSA é basilar para abrir espaços na complexa teia do legalismo exagerado, bem como para contrapor paradigmas e permitir a prestação de contas inteligível aos cidadãos, em que pese a elaboração do relatório deva observar procedimentos metodológicos, neste trabalho com foco maior nos procedimentos, analisados no próximo capítulo.

3 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa partiu de um questionamento tangente à possibilidade de elaborar um modelo de Balanço Socioambiental para a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com base em informações disponíveis em relatórios e portais da transparência da instituição.

A UFGD, assim como o próprio sentido da existência do Estado, tem uma função amplamente social, nesse aspecto, presumiu-se a possibilidade de alcançar um nível ainda mais elevado de *disclosure* socioambiental nessa instituição.

Desse modo, o Projeto de intervenção consiste em uma pesquisa exploratória, com finalidade a implantar um modelo de BSA nesta Universidade, fazendo com que as informações socioambientais produzidas pela instituição tenham visibilidade social.

A pesquisa teve como estratégia o levantamento de informações a respeito de relatórios de sustentabilidade implantados em todas as 63 IFES pesquisadas, bem como das publicações do mesmo tema quando aplicados ao setor público. Desse modo, buscou-se modelar um formato de BSA que possibilitasse sua viabilidade na proposta de intervenção a ser elaborada.

3.1 Técnicas de pesquisa

Delinear a forma como a pesquisa será realizada é uma das etapas mais importantes do processo, são inúmeros os conceitos a ela relacionados, entretanto um fator prepondera, conforme Andrade (2003, p. 121), a pesquisa mantém a ideia de que é “[...] um procedimento racional que utiliza métodos científicos.”.

Este trabalho partiu de uma pesquisa exploratória no sentido utilizado por Andrade (2003), na forma de uma pesquisa bibliográfica que coletou trabalhos científicos a respeito dos seguintes temas: Balanço Social, *Accountability*, *Disclosure*, Lei de Acesso à Informação, Inovação, Cultura Organizacional, bem como Relatório de Gestão, especialmente quando relacionados com a Administração Pública e com Instituições Federais de Ensino Superior.

Além disso, ainda como parte da pesquisa exploratória foi feita uma relação das Instituições Federais de Ensino Superior (ANEXO G), na base de dados do, no sítio eletrônico <http://emec.mec.gov.br> (sistema e-MEC). A base é considerada pelo MEC (2016), como:

[...] **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**, base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos das instituições e cursos

de educação superior, editados com base nos processos regulatórios competentes (Portaria Normativa MEC nº 40/2007) (MEC, 2016, grifo do autor).

Utilizando o sistema e-MEC foi realizada uma busca em nível avançado, tendo como filtros os itens apontados:

- 1) Buscar por: Instituição de Ensino Superior;
- 2) Categoria Administrativa: Pública Federal;
- 3) Organização Acadêmica: Universidade;
- 4) Código de verificação.

Desse modo, a busca no sistema ignorou deliberadamente os demais itens de forma a permitir o resultado necessário ao escopo deste trabalho, ou seja, somente foram listadas as Universidades Federais vinculadas ao MEC.

Como resultado dessa busca foram encontradas 63 universidades, tanto em março de 2016, quanto em março de 2017, o sistema e-MEC permite ao pesquisador fazer a exportação do resultado nos formatos de planilha eletrônica (xls), e de documento portátil (pdf), dessa forma facilita-se a utilização dos dados, contudo, para esta pesquisa exploratória inicial somente interessavam os nomes das instituições e suas siglas.

Uma vez listadas as IFES, a segunda etapa dessa pesquisa exploratória inicial baseou-se em uma pesquisa-levantamento conforme Silva (2010), em que a coleta de dados é obtida de uma determinada população, selecionada direta e claramente, da qual se pretende conhecer o comportamento, e por consequência, após listadas as 63 IFES vinculadas ao MEC no ano de 2016, foi elaborada uma pesquisa para identificar se as mesmas possuíam portais eletrônicos na *internet*.

Foi possível observar que todas as IFES continham em suas páginas o Relatório de Gestão, contudo, de difícil localização, pois nem todos estão indexados aos buscadores externos da internet, mesmo quando utilizados os buscadores internos das páginas os resultados são confusos ou ineficientes, a grande maioria não aponta a localização do relatório, fornecendo a impressão de não estarem disponíveis.

A LAI impôs muitas regras, dentre elas a organização do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), porém, a transparência nas IFES ainda carece de maior atenção. Apesar de todas as IFES possuírem página específica (Acesso à Informação) dificuldades são notadas na falta de padronização da localização do ícone ou *link* relativo.

Sob esses aspectos, o Relatório de Gestão pode ser encontrado em todas as IFES na parte específica de “Acesso à Informação”, em seus respectivos portais, conforme determina a

LAI. Entretanto, novamente a falta de padronização dificulta a busca ativa, pois em algumas IFES o relatório é encontrado na guia “Institucional” e em outras na guia “Auditorias”, em que pese as dificuldades de localização, sua publicação pelas IFES é positiva para as pesquisas.

O TCU, como órgão fiscalizador de contas, também possui uma ferramenta que possibilita a busca pelos relatórios de gestão, embora não ofereça alguns filtros como a seleção de IFES somente, possibilita que o pesquisador faça uma busca por entidades vinculadas ao MEC por meio da consulta de relatórios de gestão a partir do ano de 2014.

O método utilizado para busca na página do TCU é baseado na utilização de parâmetros da pesquisa, ignorando-se os demais itens, por meio do portal eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml>:

- 1) Exercício de referência: 2015
- 2) Unidade supervisora: Ministério da Educação (Vinculador)

O sistema do TCU, nas datas em que foram testadas, nos anos de 2016 e 2017, não permitia a exportação do resultado, porém, o problema pode ser contornado quando os mesmos são comparados com a planilha eletrônica gerada pelo sistema e-MEC para conciliação dos dados.

A publicação do Relatório de Gestão por meio das páginas das IFES e do TCU permite que se efetue a comparação manual ou automática (por meio de *softwares* de comparação de arquivos), da conformidade dos documentos, aumentando assim a confiabilidade do relatório.

Após a conciliação dos dados do e-MEC, com as encontradas nas páginas eletrônicas das IFES, e com o resultado da pesquisa no sistema do TCU, foi possível passar à próxima etapa da pesquisa exploratória de levantamento, na qual foram utilizados motores de busca eletrônicos da internet, sendo o *Google Search* (propriedade de *Google Inc.*), e o *Bing* (propriedade de *Microsoft*), considerados importantes motores de busca.

Por meio desses motores de busca, foram utilizados os termos: Balanço Social, Balanço Socioambiental, Relatório de Sustentabilidade, Relatório Social, Relatório Ambiental e Relatório Socioambiental, na forma de pesquisa exata (por meio do uso das aspas no termo pesquisado), num primeiro momento a quantidade de resultados foi muito ampla, e esses possibilitaram verificar que grande parte é relativo a empresas privadas.

Quando as filtragens dos motores de pesquisa foram ajustadas para localização em um site específico (126 buscas, sendo uma com cada motor em cada IFES), por meio dos operadores avançados, o resultado foi o oposto do anterior, com pesquisas realizadas em março

de 2016 e março de 2017, somente uma IFES apresentou resultado para “Balanço Social”, sendo ela a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Na terceira fase da pesquisa exploratória foram feitas buscas internas nos portais eletrônicos das IFES, procurando especialmente o termo “Balanço Social”, realizadas em março de 2016 e março de 2017, sendo encontrado apenas no portal da UFCSPA, em fase anterior da pesquisa bibliográfica foram encontrados artigos que relacionavam IFES ao Balanço Social.

Além da busca pelo motor *Google Search*, efetuou-se busca com o motor *Bing*, como uma forma de triangulação para a melhor verificação dos dados, resultando na obtenção de dados similares, realizadas em março de 2016 e março de 2017, com pesquisas de verificação intermediária nesse período.

As pesquisas nesses motores de buscas apresentaram forte indício da publicação de um BSA pela UFCSPA, fato que foi comprovado ao verificar a publicação do BSA no portal eletrônico da referida IFES, por outro lado, a grande maioria das buscas não surtiu efeito, ou seja, não foram encontrados documentos com os termos buscados.

Essas etapas da pesquisa exploratória de levantamento permitiram comprovar que a grande maioria das IFES não publica o BSA, mesmo quando algumas delas tem vínculo com pesquisadores do tema que publicaram artigos ou outros trabalhos justamente sobre a publicação do BSA em IFES, isso remeteu novamente às questões de cultura organizacional das IFES.

Como resultado, a etapa inicial evidenciou, conforme o ANEXO G, que somente a UFCSPA possui um relatório equivalente ao BSA. O Balanço Social dessa IFES é publicado continuamente desde o ano de 2008, o caso único sugeriu que de fato há alguma questão-problema quando o tema é relacionado ao BSA e às IFES.

Surgiram então alguns subprodutos do resultado encontrado, pois quando confrontados com as pesquisas bibliográficas a respeito da temática principal, uma análise ainda superficial permitiu deduzir que questões sociais e culturais influenciam os gestores das IFES, dentre elas a cultura organizacional do setor público, a legislação, a transparência na administração pública, entre outros.

O estudo avançou na questão da publicação de relatórios de sustentabilidade, e por meio da leitura e interpretação dos Balanços Sociais publicados pela UFCSPA desde o ano de 2008 até o ano de 2015, propôs a elaboração de um Balanço Socioambiental para a UFGD.

A proposição de um BSA para a UFGD também busca evidenciar as formas de superar as questões burocráticas e de cultura organizacional além de propor a publicação dos BSAs analítico (modelo CFC), e sintético (modelo IBASE adaptado).

Sob esses aspectos, esta proposição terá como referências principais, além das publicações do CFC, da UFCSPA, e do IBASE, o Relatório de Gestão da UFGD, bem como os trabalhos de Martins *et al.* (2013) que trataram do tema BS na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e de Resende *et al.* (2008) que trataram do BS na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Nesse contexto, este trabalho possui abordagem predominantemente qualitativa, pois conforme Dalfovo, Lana e Silveira (2008):

Podemos partir do princípio de que a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise.

[...]

Para estudos em Administração de Empresas, essa conceituação pode ser adaptada. Conservando a idéia de que a pesquisa qualitativa não envolve a quantificação de fenômenos, em Administração ela pode ser associada com a coleta e análise de texto (falado e escrito) e a observação direta do comportamento. Evidentemente, existem alguns métodos mais apropriados a tal coleta e análise: entrevistas abertas, observação participante, análise documental (cartas, diários, impressos, relatórios, etc.), estudos de caso, história de vida, etc. (2008, p. 9-10).

O agrupamento e análise de dados será de forma secundária após a elaboração dos modelos de BSA aqui propostos. Quanto aos procedimentos esta pesquisa pode ser enquadrada como pesquisa e análise documental, pois recorre aos documentos primários e secundários emitidos oficialmente pela IFES estudada.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015), abordaram a importância da pesquisa documental em pesquisas de abordagem qualitativa e concluíram que:

[...] a importância da pesquisa documental na abordagem da pesquisa qualitativa, que possibilita a compreensão de casos específicos por meio de registros, ou documentos, seja na sua utilização como método autônomo, seja na complementação em pesquisas qualitativas, em que se utilizam outros métodos de constituição e análise de dados (2015, p. 246-247).

A coleta dos dados teve como base a técnica da pesquisa-levantamento, conforme Silva (2010), pois houve seleção dos dados de forma clara e direta, sendo utilizados os dados dos documentos oficiais emitidos pela IFES pesquisada, entre eles o Relatório de Gestão.

Beuren *et al.* (2006) tratou a respeito de amostragem em pesquisas, nesse sentido este trabalho definiu a amostra por acessibilidade ou conveniência, pois ocorre quando o pesquisador obtém os dados da amostra com maior facilidade de acesso, no caso desta pesquisa

a instituição escolhida para análise foi a UFGD, com o objetivo de desenvolver um modelo de BSA que facilite sua elaboração e publicação.

Por fim, esta pesquisa pode ser enquadrada como descritiva pois, conforme Andrade (2003, p. 124): “Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”.

3.2 Descrição da Situação Problema

A pesquisa exploratória inicial evidenciou que somente uma IFES elabora e publica um relatório análogo ao BSA, também evidenciou que pelo menos outras duas IFES possuem pesquisas relacionadas à elaboração do BSA, além disso foi possível verificar um número considerável de artigos científicos, dissertações e teses elaborados por pesquisadores vinculados às IFES.

Embora essa pesquisa preliminar tenha verificado somente uma IFES elabora relatório análogo ao BSA, por meio de motores de busca externos e internos, isso não esgota a possibilidade de haver algum documento de fato publicado por alguma dessas IFES, pois esses documentos poderiam, em tese, estar sem a necessária indexação aos motores de busca da *internet*.

Nessa perspectiva, por conveniência para esta pesquisa, visando atingir os objetivos propostos pelo PROFIAP, optou-se pela escolha da UFGD para estudar os aspectos que podem levar uma IFES a publicar o BSA, tendo como base a análise de documentos primários e secundários dessa e de outras IFES comparativamente à UFCSPA (única que elabora documento análogo).

Por fim, buscou-se aqui, por meio dos documentos primários e secundários, com a adaptação dos relatórios análogos ao BSA publicados pela UFCSPA, e de acordo com as pesquisas realizadas na FURG e na UFSJ, bem como a análise do BSA do CFC, e do BS da EMBRAPA, formular uma proposta para elaboração do BSA da UFGD e apontar caminhos para sua implementação.

A UFGD foi criada a partir da Lei nº 11.153 de 29 de julho de 2005 que “Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e dá outras providências” (BRASIL, 2005).

Importante observar que para a elaboração do BSA a situação viu-se facilitada pelo artigo 10 da referida Lei: “[...] Art. 10. A implantação das atividades e o consequente início do exercício contábil e fiscal da UFGD deverão coincidir com o 1º (primeiro) dia útil do ano civil subsequente à publicação desta Lei. [...]” (BRASIL, 2005).

Essa situação poderia ter contribuído para a discussão da elaboração de um relatório análogo ao BSA, pois abriu-se um momento de ruptura no paradigma vigente na universidade pesquisada à época, contudo, não foi essa a realidade, e a oportunidade foi perdida e não mais aproveitada (KHUN, 1979).

Nessa perspectiva Almeida (2012) considerou que a UFGD:

[...] inicia suas atividades em janeiro de 2006, sob a tutoria da UFG. Constatamos que tal tutoria envolveu um embate político: por que a UFMS não foi designada como tutora da UFGD? Acreditamos que pelo fato de que muitos sujeitos pertencentes à administração da UFMS eram contrários a criação da UFGD, logo talvez não tivessem interesse efetivo em colaborar no processo de construção de sua materialidade institucional, naquele momento embrionária. Ademais, era um processo de criação e instalação, mas, ao mesmo tempo, implicava numa separação institucional, portanto, um processo carregado de tensões, conflitos políticos e, possivelmente, até de caráter pessoal. Nesse contexto, o MEC designou a UFG como tutora, justificando ser uma instituição do Centro-Oeste com características semelhantes ao que se almejava para a UFGD.

Assim, foi criada e implantada a UFGD - no contexto geográfico da Grande Dourados - uma instituição que, além de produzir conhecimentos, incumbe-lhe formar profissionais socialmente críticos e tecnicamente capacitados a atuar como agentes da transformação social e sujeitos do processo de desenvolvimento regional (2012, p. 141).

As questões históricas, sociais, culturais da implantação da UFGD, analisando diversos documentos oficiais da instituição e demonstrando os avanços obtidos pela mesma no período também foram objeto de estudo de Almeida (2012).

No ano de 2016 a UFGD completou seu décimo ano de efetiva implantação, e muitas conquistas puderam ser observadas, uma expressiva expansão que proporcionou até o momento a criação de diversos cursos de graduação e pós-graduação nas mais diversas modalidades, contudo, algumas ações, continuam “invisíveis” ao cidadão comum, o que acaba por demonstrar um certo afastamento da UFGD com a sociedade.

Nesse aspecto, a situação-problema pesquisada se refere à falta de publicidade, no sentido de transparência das ações sociais e ambientais da UFGD. No portal eletrônico são poucas as inserções relacionadas aos temas, e em sua maioria depois de arquivadas não mais retornam à pauta.

Com base nesses aspectos a proposição de um BSA procura esgotar parte dessa falta de visibilidade institucional, contudo, o BSA também deve ter visibilidade. Sob essa ótica, apenas publicar o BSA e não efetuar qualquer ação de divulgação torna o procedimento inerte.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OPORTUNIDADE DE INTERVENÇÃO

Criada em 2005, por meio da Lei Nº 11.153, de 29 de julho de 2005, tem sua história muito anterior ao seu surgimento legal, desde seu processo de instalação como Centro Pedagógico de Dourados (CPD) ainda na década de 1970, passando pela implantação do Centro Universitário de Dourados (CEUD), campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), nesse período alguns cursos já se consolidavam na cidade de Dourados/MS.

No ano de 2005, sob tutoria da Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) obteve importantes aportes de recursos para ampliação estrutural e de seus cursos, com sua inclusão no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Para o ano de 2017 o orçamento da UFGD foi previsto em R\$ 212.328.781,00, quantia muito superior ao orçamento de seu primeiro ano de implantação R\$ 10.542.446,00, mesmo se considerada a inflação no período. Deve-se considerar o crescimento no número de cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela instituição, bem como a transferência do Hospital Universitário para a UFGD desde janeiro de 2009. Embora a execução desse orçamento não seja plena, especialmente com os cortes ocorridos nos anos de 2016 e 2017

Esse crescimento foi possível graças a um conjunto de ações nas esferas sociais da cidade de Dourados/MS, contudo, desde sua criação até o início ano de 2017 já se passaram 11 (onze) anos, e nesse período muitos dispositivos legais foram criados ou aprimorados, dentre eles a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI).

Com a criação da LAI, os termos *accountability* e *disclosure* começaram a fazer parte das rotinas dos órgãos públicos, contudo, obedecendo os dispositivos legais, cada órgão trata as informações do modo como entende melhor, conforme suas funções sociais.

No caso concreto, a UFGD tem como missão: “Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social” (UFGD, 2013, p. 16).

A UFGD tem como visão: “Ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e por sua filosofia humanista e democrática” (UFGD, 2013, p. 16).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD foi pautado em cinco eixos que orientaram o planejamento do órgão, sendo: “1) Educação Pública, Gratuita e de Qualidade; 2) **Informação, Informatização e Transparência**; 3) **Desenvolvimento Social, Inovação e Inclusão**; 4) Mobilidade e Internacionalização Acadêmica; 5) **Sustentabilidade e Eficiência dos Gastos Públicos**” (UFGD, 2013, p17-18, grifo nosso).

Quanto ao segundo eixo do PDI, extrai-se do mesmo os seguintes dizeres:

Na busca por uma Administração Pública que prime pela melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento – amplamente dialogado – de TI, que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional, auxiliando na solução de alguns dos mais complexos desafios enfrentados pela administração pública atualmente: o de possibilitar a maior efetividade no emprego dos recursos de TI, colaborar para uma gestão integrada, com **publicidade das realizações, resultando em maior benefício para a sociedade e maior transparência no uso de recursos públicos, mas fundamentalmente na publicidade da informação.** (UFGD, 2013, p. 25-26, grifo nosso)

No terceiro eixo é possível identificar mais informações relevantes a este trabalho:

A proposta da extensão universitária atenderá as diretrizes que estão previstas no Plano Nacional de Extensão, para o período de 2012 a 2020, principalmente, no que se refere à formação para o trabalho; à promoção da **sustentabilidade socioambiental**; à promoção humanística, científica e tecnológica do país; à difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação. Em vista disso, é relevante a coerência da **responsabilidade social** com as políticas constantes de relacionamento da Academia com o setor público, o setor privado e o mercado de trabalho. Essas relações deverão resultar em diretrizes institucionais que sejam adequadamente implantadas e acompanhadas, incluídas as ações para o desenvolvimento científico, social, econômico-regional. (UFGD, 2013, p. 28, grifo nosso)

Em mesmo sentido o quinto eixo do PDI descreve:

[...] O PDI é um instrumento para indicar os caminhos referenciais para todos e todas na comunidade universitária da UFGD. É nessa condição que se relaciona **sustentabilidade e eficiência dos gastos públicos**, na medida em que carrega em si **princípios de desenvolvimento social, conservação ambiental, consumo consciente e eficiente dos recursos, economia e combate ao desperdício**. Significa “gastar bem” os recursos públicos. Portanto, executar investimentos com princípios de economia, mas principalmente com **justiça social e sustentabilidade**. [...]

O Eixo em questão se coloca como desafio institucional para que possamos buscar possibilidades de solução para **integrar as considerações ambientais e sociais** na maioria das fases de processos de compra e contratação, com o objetivo de **reduzir os impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos**, e, ao mesmo tempo, ter como desdobramento economia para a administração pública.

Além disso, tem o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais, por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios, avaliando a necessidade de compra e aumentando a eficiência, reconhecendo que para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da **produção do conhecimento e de sua divulgação e troca com a sociedade**, é preciso considerar a complexidade da Universidade como Instituição promotora e, ao mesmo tempo, a “rigidez” da legislação vigente.

É premente se buscar novas relações entre as pessoas e o ambiente, o que exige novas posturas. Cada vez mais pessoas estão se convencendo de que somente **por meio de políticas sociais e ambientais eficientes e integradas, envolvendo os**

diferentes setores, espaços, sujeitos e atividades da sociedade, será possível alcançar o tão almejado desenvolvimento. Esse debate encerra questões não só ambientais, mas econômicas, sociais, políticas, tecnológicas e suas derivações.

A UFGD deu um passo importante no sentido de materialização destes princípios, tendo já assumindo o compromisso institucional de implementar uma Política Ambiental, como um processo dialogado e envolvendo a totalidade dos setores da comunidade acadêmica. Tal objetivo se encontra contextualizado nacional e internacionalmente com a **preocupação em torno da conservação e uso racional de recursos naturais, mas, sobretudo, com o desenvolvimento social.** (UFGD, 2013, p. 35-36, grifo nosso)

O BSA se torna uma ferramenta para a promoção das ações que surgem constantemente nos objetivos, metas, planos, entre outros, por meio dos conceitos de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, responsabilidade social, desenvolvimento, políticas, que a UFGD adota, sem, contudo, tratar de evidenciar plenamente essas ações.

Cabe ressaltar que a UFGD descrevia no ano de 2017, por meio de seu portal de acesso à informação, que nenhum tipo de dado era sigiloso, além disso, a UFGD também possui uma Política de Segurança da Informação e Comunicação (PSIC). É possível resgatar as seguintes observações em conformidade com a LAI:

A UFGD sempre se pautou pela transparência e pela publicidade de seus atos.

Informações sigilosas classificadas

Segundo o Art. 23 da Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado são passíveis de classificação de sigilo (reservada, secreta ou ultrassecreta).

Elas dizem respeito à defesa e à soberania nacionais, ao risco na condução de negociações ou relações internacionais, ao possível risco à vida, segurança ou à saúde da população, dentre outros temas.

O Decreto nº 7.724/2012, que regulamentou a LAI, determina, em seu Art. 45, que o rol das informações desclassificadas nos últimos 12 meses e o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo devem ser divulgados no sítio eletrônico de cada entidade/órgão sujeito à referida Lei.

Diante disto, informamos que, na UFGD, não há informações sigilosas passíveis de classificação que se enquadrem no Art. 23, conforme descrito acima.

Outras informações com acesso restrito.

Dentre as informações que tramitam na UFGD e cujo acesso deve ser restrito, encontram-se:

Aquelas informações enquadradas como pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, nos termos do Art. 31 da LAI.

Aquelas informações que dizem respeito a documentos preparatórios, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, para os quais o acesso será assegurado a partir da edição do ato ou decisão. A restrição de acesso a essas informações encontram respaldo no Art. 20 do Decreto nº 7.724/012.

Aquelas descritas no Decreto nº 7.724/2012, Art. 5º, Â§ 2º, que dizem respeito às informações de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas pela UFGD no exercício de suas competências, cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos. (UFGD, 2017, grifo nosso)

Foi possível efetuar o levantamento dos dados que a UFGD produz, conforme modelo no APENDICE A, contudo, o resultado é um mero modelo, que deve ter suas concepções e dinâmicas ajustadas para um resultado institucional pleno.

Para tanto, deparou-se com uma grande quantidade de percalços listando-se entre eles:

- 1) Constantes interrupções nos serviços de informática da UFGD;
- 2) Falta de *links* entre notícias publicadas no portal da UFGD (anterior e posterior);
- 3) Falta de padronização nas publicações dos órgãos/setores da UFGD;
- 4) Falta de publicação de uma identidade visual da UFGD (fontes, logotipos, ícones);
- 5) Falta de publicação de alguns indicadores (ex.: Graduação);
- 6) Indicadores publicados em formato de difícil visualização (planilhas fechadas);
- 7) Falta de continuidade de algumas ações (ex.: Informativo UFGD);
- 8) Falta de acessibilidade em algumas ações (ex.: Giro UFGD);
- 9) Falta de atualização de dados (ex.: Carta de Serviços; PDI; PSIC);
- 10) Falta de um sistema estruturante que facilite o acesso às informações não resguardadas;

Diante das dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa, buscou-se evitar a utilização de dados solicitados via LAI, com o objetivo de comprovar que havia possibilidade de elaborar um modelo de BSA recorrendo tão somente às publicações disponíveis no portal da UFGD, bem como em portais da transparência do governo federal.

Como já observado, o resultado foi atingido, e dele surgiram proposições para a inversão dos fluxos de acesso às informações e melhorias para a elaboração de um BSA mais dinâmico e acessível, que possa servir de fonte para novas pesquisas, bem como fonte de *accountability* e *disclosure* institucional.

4.1 Apresentação e discussão das alternativas para resolução da situação problema

Diante das mais variadas dificuldades, elaborou-se um modelo de fluxo de informações para a confecção de um BSA, com base nas informações disponibilizadas voluntariamente pela UFGD, resultando no modelo proposto no APENDICE A.

Com base na experiência adquirida no processo de estruturação do modelo de BSA, foi possível observar que o mesmo só terá alcance pleno se a UFGD adotar medidas que tornem esse relatório de sustentabilidade uma política institucional.

Para tanto, a adoção de um BSA pela UFGD, com critérios de continuidade e comparabilidade, se aprovada pelas instâncias superiores e resolvidas pelo Conselho Universitário (COUNI), para que as definições de sua implantação tenham base legal e criem responsabilidade dos demais setores no auxílio à sua estruturação.

Nessa perspectiva, o BSA cumpre diversos quesitos da LAI, bem como observa os parâmetros propostos pelo PDI e outras políticas da UFGD, além de proporcionar maior

visibilidade institucional. Podendo se tornar uma ferramenta com capacidade de motivar outras instituições a adotarem, não só seu modelo, mas também suas práticas. Além disso, possibilita à própria UFGD que revise periodicamente suas práticas e alinhe suas ações às suas políticas.

Diversas são as fontes de informação disponíveis para a elaboração de um BSA para a UFGD, por esse motivo, torna-se importante elencar quais informações são relevantes e quais os melhores modos de torná-las visíveis para a sociedade, assim sendo, a Figura 2 demonstra o fluxo das informações de sua coleta até a formulação do BSA.

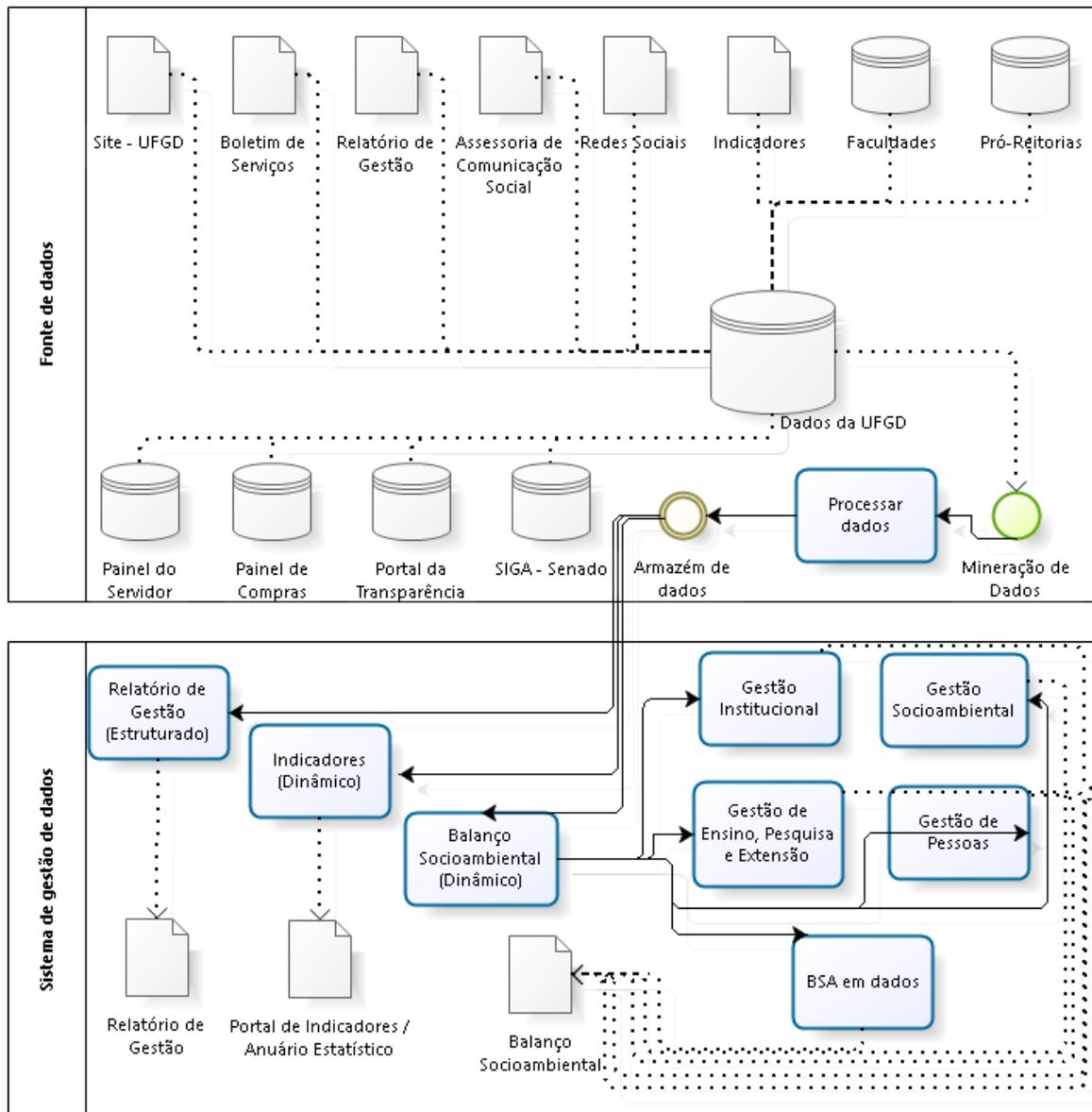


Figura 2: Fluxo das informações até a elaboração do BSA

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2016 e 2017)

Entre as fontes de dados para a elaboração do modelo de BSA para a UFGD, resultante desta pesquisa, conforme Figura 2, constam:

- 1) Portal eletrônico da UFGD;
- 2) Boletim de Serviços da UFGD;
- 3) Relatório de Gestão da UFGD;
- 4) Assessoria de Comunicação Social da UFGD (ACS), ou órgão equivalente;
- 5) Redes Sociais (oficiais ou não oficiais, como páginas de projetos de extensão, empresas júniores, entre outros);
- 6) Planilhas de Indicadores da UFGD;
- 7) Páginas das Faculdades da UFGD;
- 8) Páginas das Pró-Reitorias da UFGD;

Esse conjunto de fontes de dados formam o banco de dados da UFGD, contendo os mais variados tipos de dados que têm origem na instituição, juntamente com os demais sistemas informatizados, podem fornecer qualquer informação necessária para a elaboração dos diversos relatórios institucionais, sua coleta pode ser centralizada no setor de planejamento por meio do *data mining* e outras técnicas, atualizadas periodicamente.

Cumprido ressaltar que alguns dados sofrem um processo de reciclagem, como os dados relativos aos indicadores, e ao Relatório de Gestão (RG), que estão tanto no início quanto no final do ciclo, isso se deve ao fato de os mesmos terem certa periodicidade de publicação, ou seja, dados de um exercício anterior acabam por fornecer dados para o próximo exercício.

Uma vez elaborada a política necessária para implantação do BSA na UFGD, o mesmo poderia demonstrar capacidade de quebra de barreiras quanto à obtenção interna dos dados, como dificuldades encontradas para elaboração de relatórios internos, pois todos os relatórios, a partir de então, teriam a mesma fonte de dados, o Armazém de Dados da UFGD, em processo de implantação.

A adoção de um sistema estruturante, ou sistema que seja capaz de conversar com os demais sistemas facilita a elaboração de relatórios obrigatórios e não obrigatórios, como o Relatório de Gestão, o Balanço Socioambiental, entre outros, bem como torna mais dinâmico o processo de atualização de outros instrumentos como a Carta de Serviços (desatualizada desde o ano de 2010) até a publicação deste trabalho, ou mesmo facilitaria a formulação de novos planos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (que finaliza suas ações no ano de 2017).

4.2 Benefícios gerados pelas alternativas indicadas para resolução da situação problema e contribuição para a organização

A capacidade dinâmica do BSA, possibilita que o mesmo atue em diversas frentes junto à UFGD, seja na formulação de propaganda, seja na divulgação das ações institucionais em todas as áreas de gestão: Gestão Institucional; Gestão de Pessoas; Gestão de Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão Socioambiental; e Balanço Socioambiental em dados.

O BSA pode auxiliar a instituição a programar suas ações futuras de modo que tenham um melhor acompanhamento, fazendo com que os gestores atuem de forma transparente, e consequentemente com responsabilidade socioambiental.

Por esse ângulo pode proporcionar atendimento pleno à LAI, evitando demandas repetitivas de busca de informações, também oferecendo transparência na gestão de recursos, seja de projetos de ensino, de pesquisa ou de extensão, ou recursos administrativos da instituição.

Desse modo, possibilita a formulação de subsídios para uma avaliação contínua, tanto do público interno, quanto do público externo, bem como gera a possibilidade de evidenciação de indicadores úteis para a instituição, avançando assim sobre os indicadores solicitados por órgãos de controle.

Como sugestão para a implantação do BSA, além de todo o referencial já abordado, e dificuldades encontradas, sugere-se:

- 1) Criação de comissão para elaboração do BSA (via COUNI):
 - a. Representantes de Pró-Reitorias e Faculdades;
 - b. Estipulação de cronogramas de estudos;
 - c. Estipulação de dados comuns e importantes;
 - d. Estipulação de dados especiais;
 - e. Estipulação de dados contábeis/financeiros;
 - f. Adoção de modelo padronizado (preferencialmente dinâmico);
 - g. Coleta de dados;
 - h. Alimentação do BSA;
 - i. Publicação do BSA
- 2) Criação de comissão para elaboração de metodologia de Resultado Social;
- 3) Reorganização do portal de notícias da UFGD:
 - a. Notícias referenciadas (com link a similares);
 - b. Acompanhamento de notícias (ações a fazer / ações realizadas);

- c. Criação de mecanismo de palavras-chave (pré-seleção para BSA);
- 4) Organização do Armazém de Dados;
- 5) Publicação periódica, dinâmica e permanente;
- 6) Inverter o fluxo de informações, estruturando o Relatório de Gestão a partir do Armazém de Dados;
- 7) Disciplinar os setores a cumprir prazos para “entrega” de informações:
 - a. Prazos;
 - b. Dados;
 - c. Objetivos;
 - d. Metas.
- 8) Vincular dados ao sistema estruturante.

A adoção dessas medidas, permitirá, no longo prazo, que a UFGD implemente um sistema de informações robusto o suficiente, bem como possibilitará que a instituição consiga determinar, a exemplo da EMBRAPA, o Resultado Social gerado por ela.

O Lucro Social é um conceito desenvolvido pela EMBRAPA, que conforme Pereira *et al.* (2010, p. 533): “[...] que relacionam a receita operacional líquida (ROL) com o total dos indicadores sociais relacionados no balanço social. Torna-se um importante indicador, pois apresenta o quanto do resultado da empresa foi destinado para ações de responsabilidade social[...]”.

Desse modo, em que pesem as diferenças entre a EMBRAPA e a UFGD, o Resultado Social poderia definir índices de produção dessa organização, de modo a possibilitar a visualização do valor das ações implementadas pela UFGD, seja por meio da análise do impacto das tecnologias geradas, ou mesmo das ações de ensino.

Por exemplo, a criação de uma metodologia válida para a determinação do Resultado Social na UFGD pode proporcionar a evidenciação do valor agregado a cada estudante formado pela instituição. Numa definição empírica, poder-se-ia dizer que uma pessoa formada pela UFGD tem seu valor agregado iniciando nos custos de sua formação, ou mesmo no comparativo acumulado de curso equivalente pago, além da expectativa de geração de recursos (expectativa de remuneração do mercado, expectativa de vida, entre outros fatores).

Por fim, reitera-se que o BSA colabora na organização ao criar um relatório que atenda os critérios de *accountability*, que demonstra as ações institucionais, que evidencia as ações sociais, que informa as ações ambientais, e que gera visibilidade da instituição na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar por meio da pesquisa realizada nas Universidade Federais, que somente 01 (uma) das 63 (sessenta e três) elabora um relatório de sustentabilidade, a UFCSPA que elabora um Balanço Social desde o ano de 2008, contudo, o modelo é bastante extenso.

Este trabalho se propôs a elaborar um BSA para a UFGD, que pudesse contemplar informações relevantes e que pudesse evidenciar a instituição para a sociedade, em especial aos grupos que a compõe e aos habitantes da cidade de Dourados/MS.

Por meio do BSA é possível observar informações que não são facilmente visíveis no portal da instituição, como por exemplo o número de vagas dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como o quantitativo de servidores da instituição.

Por ser um relatório flexível, há a possibilidade de incluir outras informações de modo a facilitar a comparabilidade ou mesmo correlações entre dados da UFGD, por exemplo, além do quantitativo de vagas é possível adicionar o quantitativo de acadêmicos matriculados, ou mesmo formados por ano na instituição.

A proposição do BSA da UFGD foi dividida em cinco capítulos, de modo a facilitar a compreensão das informações:

- 1) Gestão Institucional;
- 2) Gestão de Pessoas;
- 3) Gestão de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- 4) Gestão Socioambiental; e
- 5) Balanço Socioambiental em dados.

Cada capítulo tem suas próprias definições de dados a serem publicados, contudo, dada a complexidade das atividades institucionais, algumas informações podem fazer parte de qualquer um dos títulos. No modelo proposto, uma junção dos modelos CFC, EMBRAPA, IBASE, UFCSPA, e de autores da área, é possível evidenciar dados históricos da UFGD.

No modelo (APENDICE A), é possível observar que podem ser utilizadas as mais variadas formas de estrutura, em diferentes formatos. A desarmonia do documento resultante desta pesquisa foi proposital, justamente para evidenciar essas diferentes formas de elaboração. Seja em texto puro, seja por meio de textos e quadros, ou por colunas e fotografias, ou mesmo imagens, imagens e textos, enfim, o critério a ser adotado depende da identidade visual da instituição.

Obviamente, esta pesquisa ainda é uma fase inicial da implantação do BSA na UFGD, muito estudo ainda será necessário para sua consolidação, em especial para o avanço com

relação às metodologias de cálculo dos impactos de tecnologias geradas e do Lucro Social gerado por esta universidade.

Para tanto, ainda será necessário vencer as barreiras da cultura organizacional e dos paradigmas vigentes no setor público brasileiro, um incentivo para romper essa espessa película é o de se elaborar uma BSA histórico, com dados desde a implantação da UFGD no ano de 2006 até o ano de 2016, completando assim um ciclo decenal, para então elaborar anualmente, a partir do ano de 2017, os Balanços Socioambientais da universidade.

O mesmo relatório, após sua consolidação e aplicação de um cálculo de Lucro Social, permitirá também, que os gestores da instituição possam demonstrar a evolução orçamentária e financeira, bem como os benefícios socioambientais e tecnológicos gerados para a comunidade. Dessa forma, angariar os escassos recursos financeiros no cenário de crise que se agrava no ano de 2017.

Apesar de possível, não foi objetivo deste estudo fazer análises quantitativas com relação aos dados aqui obtidos, o modelo aqui proposto insere-se na forma de análise qualitativa, por meio de pesquisas exploratórias, por esse motivo não foram analisadas correlações entre dados.

Contudo, a partir da implantação do BSA, o mesmo servirá como fonte de dados para que diversas pesquisas relacionadas à UFGD possam surgir, aprimorando assim o próprio relatório e especialmente a relação da instituição com o meio social em que está inserido.

Por fim, esta pesquisa demonstrou que todos os dados necessários para a elaboração do BSA estão disponíveis, com menor ou maior dificuldade de localização, e somente com a estruturação de um Armazém de Dados será possível facilitar o *disclosure* institucional, aumentando assim o nível de *accountability*.

Para novas pesquisas sugere-se o aprofundamento na temática BSA e IFES, em especial às formas de evidenciação do “Resultado Social”, também pode ser aproveitado por pesquisadores vinculados à outros órgãos públicos com as devidas adaptações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. **Concepção de desenvolvimento regional construída no processo de criação e implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**. Dourados: [s.n.], 2012. 149 p. Disponível em: <<http://tede.ufgd.edu.br:8080/tede/handle/tede/379>>. Acesso em: 30 Janeiro 2016. Dissertação (Geografia - Mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2012.

AMORIM, F. R. B.; TOMAÉL, M. I. A influência da cultura organizacional na utilização de sistemas de informações em organizações pública. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 56-76, 2012. ISSN 2317-4390. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14588/12244>>. Acesso em: 03 Fevereiro 2016.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 1-19, mar. 2012. ISSN 1679-3951. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5243/3977>>. Acesso em: 10 Fevereiro 2016.

ANDRADE, D. V. P. et al. Disclosure e accountability na gestão pública: uma investigação sobre a evidenciação de recursos para educação no Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 10, n. 28, p. 27-39, dez.-mar. 2011. ISSN 2237-7662. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/1165/1108>>. Acesso em: 12 Fevereiro 2016.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AUGUSTINHO, S. M.; OLIVEIRA, A. G.; GUIMARÃES, I. A. Disclosure e Accountability nas Demonstrações Contábeis Públicas como Instrumentos de Controle Social. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 182-199, art. 4 abr.-jun. 2015. ISSN 1981-8610. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1173/1053>>. Acesso em: 11 Fevereiro 2016.

AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. O. A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de Políticas Públicas: o Resgate de uma Possibilidade. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 20-32, jan.-jun. 2004. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13618/12483>>. Acesso em: 02 Março 2016.

BAIRRAL, M. A.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 643-675, maio-jun. 2015. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/49087/47824>>. Acesso em: 02 Janeiro 2016.

BARBOSA, G. C.; FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 317-344, jul. 2011. ISSN 1982-576. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a05v16n2.pdf>>. Acesso em: 03 Janeiro 2016.

BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. O Professor-Gestor em Universidades Federais: alguns apontamentos e reflexões. **Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 131-154, 2014. ISSN 2238-104X. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/18175/12532>>. Acesso em: 30 Março 2016.

BARRETO, R. A. D. N.; NASCIMENTO, E. F. V.-B. C.; SALES, T. R. R. Sobre a circulação de livros e a leitura na colônia brasileira. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, Sevilla, v. 15, n. 30, p. 45-61, jul.-dez. Espanha. ISSN 1575-6823. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28228768003>>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

BEUREN, I. M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BINOTTO, E. et al. O desafio da escolha e as atribuições da banca na seleção docente nas universidades federais. **planejamento e políticas públicas - ppp**, Brasília, n. 43, jul.-dez. 2014. ISSN 0103-4138. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/358/342>>. Acesso em: 10 Janeiro 2016.

BLEIL, C. et al. Balanço Social no setor público: um estudo de caso em uma prefeitura municipal. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**, Getúlio Vargas, v. 6, n. 12, p. 1-20, jan.-jun. 2011. ISSN 1809-6212. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/70_1.pdf>. Acesso em: 22 Maio 2016.

BRANDÃO, S. M.; BRUNO-FARIA, M. F. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 227-248, jan.-fev. 2013. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v47n1/v47n1a10.pdf>>. Acesso em: 12 Junho 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 94.664 de 23 de julho de 1987**. Brasília: Imprensa Nacional, 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D94664.htm>. Acesso em: 26 Fevereiro 2016.

BRASIL. **Lei Nº 11.153 de 29 de julho de 2005**. Brasília: Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11153.htm>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília: Imprensa Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 08 Janeiro 2016. (Lei de Acesso à Informação).

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 Fevereiro 2016.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à Informação Pública**: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: Imprensa Nacional, 2011. Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacaoainformacao.pdf>>. Acesso em: 13 Novembro 2016. (Cartilha).

BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. **Imprensa Nacional**, Brasília, nov. 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/Mare/Planodiretor/Planodiretor.Pdf>>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Brasília: [s.n.], 2016. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 Março 2016.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Instrução Normativa - TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010**. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CIN%5C20130614%5CINT2010-063.doc>>. Acesso em: 22 Abril 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. La Reforma del Aparato del Estado y la Constitución Brasileña. **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**, Caracas, p. 1-11, jul. 1995. Disponível em: <<http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/004-julio-1995/0025302.pdf>>. Acesso em: 06 Fevereiro 2016.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. Hants: Ashgate, 2008.

CALIXTO, L. Vinte anos de discussão sobre o Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 155, p. 22-35, set.-out. 2005. ISSN 0104/8341. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/637/383>>. Acesso em: 12 Maio 2016.

CALIXTO, L. Responsabilidade social corporativa no Brasil: um estudo longitudinal. In: XXXI-ENANPAD **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C1057.pdf>>. Acesso em: 25 Março 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre meio ambiente**. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 576 p. ISBN 978-85-736-5786-9. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1362/legislacao_meio_ambiente_3ed.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 Janeiro 2016. (Série legislação ; n. 58).

CAMPAGNONI, M.; PLATT NETO, O. A. A evolução dos indicadores de custo por aluno na Universidade Federal de Santa Catarina de 2002 a 2012 conforme metodologia do TCU. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 33-49, maio-ago. 2015. ISSN

1984-3704. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/10977/9554>>. Acesso em: 12 Abril 2016.

CARBONE, P. P. Cultura organizacional do setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2000. ISSN 1982-3134. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6273/4864>>. Acesso em: 25 Maio 2016.

CARDOSO, O. N. P.; MACHADO, R. T. M. Gestão do conhecimento usando data mining: estudo de caso na Universidade Federal de Lavras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 495-528, maio-jun. 2008. ISSN 1982-3134. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6643/5227>>. Acesso em: 10 Janeiro 2016.

CARNEIRO, C. D. R.; TONIOLO, J. C. A Terra ‘quente’ na imprensa: confiabilidade de notícias sobre aquecimento global. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 369-389, abr.-jun. 2012. ISSN 0104-5970. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138063002>>. Acesso em: 30 Abril 2016.

CAVALCANTI, J. M. M.; DAMASCENO, L. M. S.; SOUZA NETO, M. V. Observância da lei de acesso à informação pelas autarquias federais do Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 112-126, out.-dez. 2013. ISSN 1981-5344.

Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1753/1210>>. Acesso em: 12 Fevereiro 2016.

CHAVES, R. C.; MARQUES, A. L. Mudança organizacional no setor público: um estudo sobre o impacto das mudanças instituídas pelo Governo do estado de Minas Gerais numa instituição pública estadual. In: 30º-ENANPAD **Anais**. Salvador: 30º Encontro da ANPAD, 2006. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-0492.pdf>>. Acesso em: 24 Maio 2016.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, maio-ago. 2011. ISSN 0103-4014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a20v25n72.pdf>>. Acesso em: 08 Junho 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Dispõe sobre as prerrogativas profissionais**. Brasília: CFC, 1983. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_560.doc>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**. Brasília: CFC, 2004. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Balço socioambiental 2007**. Brasília: CFC, 2008. 87 p. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/LIVRE/Balanco_Socioambiental/Balanco_socialCFC2007_reduced.pdf>. Acesso em: 12 Março 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1128.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.10- Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1137.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1129.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1130.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.4 - Transações no Setor Público**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1131.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.5 - Registro Contábil**.

Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1132.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis**.

Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1133.doc>. Acesso em: 2016 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1134.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.8 - Controle Interno**. Brasília:

CFC, 2008. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1135.doc>.

Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão**. Brasília: CFC, 2008. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1136.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente**. Brasília: CFC, 2009. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1203.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público**. Brasília: CFC, 2011. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1366.doc>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.doc>>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.doc>>. Acesso em: 28 Dezembro 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Balço Socioambiental 2016: o CFC e sua contribuição para o controle e transparência dos recursos públicos**. Publicação Digital (136 p.). ed. Brasília: CFC, 2017. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/BS2016_FIM_web.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Guia de normas socioambientais do CNJ**. Brasília: [s.n.], 2012. 32 p. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/gestao-socioambiental-cnj/guia_de_normas_socioambientais_do_cnj.pdf>. Acesso em: 02 Dezembro 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 201, de 3 de março de 2015**. Brasília: [s.n.], 2015. 26 p. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2795>>. Acesso em: 02 Dezembro 2016.

COSTA, M. M.; CUNHA, M. B. O bibliotecário no tratamento de dados oriundos da e-science: considerações iniciais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 19, n. 3, p. 189-206, jul.-set. 2014. ISSN 1981-5344. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a10v19n3.pdf>>. Acesso em: 15 Janeiro 2016.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1-13, Sem II 2008. ISSN 1980-7031. Disponível em: <http://redeneq.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf>. Acesso em: 19 Março 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. ISSN 1982-5765. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/11.pdf>>. Acesso em: 22 Março 2016.

DIAS, C. A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set.-dez. 1999. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a4.pdf>>. Acesso em: 26 Fevereiro 2016.

FARIA, J. A. et al. O espaço do meio ambiente na Ciência Contábil: um diagnóstico entre futuros contadores e principais periódicos acadêmicos no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 194, p. 101-115, mar-abr 2012. ISSN 0104/8341. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/rbc/edicoes_anteriores/anterior.php?id=4332>. Acesso em: 10 Outubro 2016.

FEREIRA, M. C.; SANTOS, W. J. L.; PESSANHA, J. F. M. Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. **Revista de Contabilidade do**

Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 104-124, jan.-abr. 2013. ISSN 1984-3291. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5889/4263>>. Acesso em: 10 Junho 2016.

FREY, M. R.; MARCUZZO, J. L.; OLIVEIRA, C. O Balanço Social como ferramente de transparência para o setor público municipal. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 75-92, out. 2008. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/909/688>>. Acesso em: 29 Maio 2016.

GUIMARÃES, H. W. M. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 211-219, Out.-Dez. 1984. ISSN 0034-7590. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n4/v24n4a31.pdf>>. Acesso em: 17 Janeiro 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório de Atividades 2016**. Rio de Janeiro: IBASE, 2017. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/download/10162/>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

KEINERT, T. M. M. Análise da evolução do campo de conhecimento em Administração Pública através dos paradigmas dominantes nos diversos períodos entre 1900-92. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, maio-jun. 1994. ISSN 0034-7590. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901994000300004.pdf>. Acesso em: 17 Março 2016.

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 324 p. ISBN 978-8527301114.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. In: 4º-CIAIQ **Anais**. Aracaju: 4º Congresso ibero-Americano em Investigação Qualitativa e 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 2015. p. 243-247. Disponível em: <<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>>. Acesso em: 29 Março 2016.

KROETZ, C. E. S. Auditoria do Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 28, n. 116, p. 19-31, mar.-abr. 1999. ISSN 0104/8341.

LANA, C. A. M. et al. Um estudo das ações para divulgar e consolidar o Balanço Social no Brasil. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 4, n. 2, p. 164-174, jul.-dez. 2011. ISSN 1983-6635. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/895/667>>. Acesso em: 19 Maio 2016.

LEITÃO, S. P. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etzioni e Rice. **Revista de Administração Pública**, v. 19, n. 4, p. 1-26, out.-dez 1985. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/10050/9051>>. Acesso em: 01 Fevereiro 2016.

LIMA, M. M. **O contrato natural em Michel Serres: Possibilidades e Limites**. Recife: O autor, 2012. 111 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10672>>. Acesso em: 02 Fevereiro 2016.

MALAQUIAS, R. F.; VERGARA, N. R.; SILVA, E. C. Convergência contábil e conhecimento sobre normas internacionais de contabilidade: uma análise do entendimento dos futuros profissionais de dois países. **Ambiente Contábil**, Lagoa Nova, v. 9, n. 1, p. 185-203, jan.-jul. 2017. ISSN 2176-9036. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/download/8398/7869>>. Acesso em: 10 Março 2017.

MALDONADO, T. V.; SILVA, A. T.; OLIVEIRA, F. P. L. L. Análise da produção científica da temática Balanço Social na base de dados REDALYC. In: **XI-CNEG Anais**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2015. p. 1-21. ISBN 1984-9354. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_160_0.pdf>. Acesso em: 16 Março 2016.

MARTINS, A. S. R. et al. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 49-70, abr. 2013. ISSN 2175-8069. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p49/24555>>.

MARTINS, A. S. R. et al. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 49-70, jan.-abr 2013. ISSN 2175-8069. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p49/24555>>. Acesso em: 06 Janeiro 2016.

MAZON, C. C. X.; LEITE, L. P. O mal-estar docente em gestores escolares. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 304-318, 2013. ISSN 1809-5267. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/802/791>>. Acesso em: 22 Janeiro 2016.

MAZZIONI, S.; GALANTE, C.; KROETS, C. E. S. Delineamento de um modelo de Balanço Social para Prefeituras Municipais. In: **EAC-FEA-USP Anais**. São Paulo: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos62006/367.pdf>>. Acesso em: 10 Março 2016.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. Proposta de um modelo de Balanço Social para fundações universitárias. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 3, p. 274-286, set.-dez. 2007. ISSN 1984-8196. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/5613/2815>>. Acesso em: 22 Maio 2016.

MELLO, A. F.; ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R. J. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos de Pesquisa em Educação - PPG/ME FURB**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 292-302, set.-dez. 2009. ISSN 1809-0354. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/about/contact>>. Acesso em: 25 Junho 2016.

- MORGAN, G. **Imagens da organização**. Tradução de Whitaker Bergamini e Roberto Coda. São paulo: Atlas, 2007. 422 p.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 120 p. ISBN 978-85-205-0598-4.
- NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. Mudanças climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 22-27, jul.-set. 2007. ISSN 2317-6660. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252007000300012&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 Março 2016.
- OLIVEIRA, A. G.; CARVALHO, H. A.; CORRÊA, D. P. Governança Pública e Governabilidade: Accountability e Disclosure possibilitadas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público como Instrumento de Sustentabilidade do Estado. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 91-104, art. 6 jan.-mar. 2013. ISSN 1981-8610. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/256/713>>. Acesso em: 19 Maio 2016.
- OLIVEIRA, A. N. et al. O que se discute sobre Inovação no Setor Público Brasileiro: Análise do período entre 2000 (pós LRF) e 2014. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 216-237, jun.-dez. 2015. ISSN 2358-7024. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/download/3233/pdf>>. Acesso em: 12 Novembro 2016.
- OLIVEIRA, M. D. et al. Balanço Social como instrumento de transparência dos recursos públicos. In: XVI-ENGEMA **Anais**. São Paulo: Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2014. p. 1-15. ISBN 2359-1048. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/274.pdf>>. Acesso em: 19 Janeiro 2016.
- PEREIRA, R. C. et al. Balanço social e o indicador de lucro social para empresas cidadãs: o caso Embrapa. **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 519-543, jul.-dez. 2010. ISSN 1984-9834. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/download/74/68>>. Acesso em: 16 Fevereiro 2016.
- PEROTTONI, M. A. Balanço social: responsabilidade padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 134, p. 50-59, mar.-abr. 2002. ISSN 0104/8341. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/412/203>>. Acesso em: 26 Junho 2016.
- PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 15, n. 36, p. 21-34, dez. 2004. ISSN 1808-057X. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Março 2016.
- RESENDE, L. L. et al. Balanço Social na Universidade Federal de São João del-Rei: ética e transparência na universidade pública. In: XIII-SEGET **Anais**. Resende: XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2008. p. 1-15. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/550_ARTIGO_SEGET.pdf>. Acesso em: 12 Janeiro 2016.

RIBEIRO, E. B. A censura inquisitorial e o tráfico de livros e ideias no Brasil colonial. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 1-16, jan.-abr. 2012. ISSN 1807-6971. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_6_Eneida_Beraldi_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 26 Maio 2016.

RIBEIRO, L. M. D. P.; PEREIRA, J. R.; BENEDICTO, G. C. As reformas da administração pública brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas. In: XXXVII-ENANPAD **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. p. 1-15. Disponível em: <<http://200.144.182.143/escolausp/wp-content/uploads/2015/05/Reformas-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-ANPAD-2013.pdf>>. Acesso em: 17 Janeiro 2016.

RICO, E. M. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 18, p. 73-82, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a09v18n4.pdf>>. Acesso em: 15 Março 2016.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX-CIGU **Anais**. Florianópolis: IX Congresso Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009. p. 1-17. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836?show=full>>. Acesso em: 20 Maio 2016.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; VALE, C. C.; CINTRÓN, G. Monitoramento do ecossistema manguezal: estrutura e características funcionais. In: TURRA, A.; DENADAI, M. R. **Protocolos para o Monitoramento de Habitats Bentônicos Costeiros - Rede de Monitoramento de Habitats Bentônicos Costeiros - ReBentos**. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, 2015. Cap. 4, p. 62-80. ISBN 978-85-98729-25-1. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/48874>>. Acesso em: 29 Janeiro 2016.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2004. ISSN 1676-5648.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. 460 p. ISBN 0415107628. Revised, 2006.

SERRES, M. **O contrato natural**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, F. M. V. A transição para a gestão universitária: o. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. II, n. 4, p. 72-91, out.-dez. 2012. ISSN 1984-6975. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/1452/951>>.

SILVA, R. W. C.; PAULA, B. L. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Terra Didática**, Campinas, v. 5, p. 42-49, 2009. ISSN 1980-4407. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v5/pdf-v5/TD_V-a4.pdf>.

SINAY, M. C. F. et al. Ensino e pesquisa em Gestão Ambiental nos programas brasileiros de pós-graduação em administração. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 55-82, maio-jun. 2013. ISSN 1678-6971. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a04v14n3.pdf>>.

SIQUEIRA, E. S. et al. Seleção de Docentes em Universidades Federais: uma análise dos regulamentos. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 725-748, out. 2012. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/354>>.

SOUZA, E. P. S. Publicação de revistas científicas na Internet. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, São José do Rio Preto, p. 24-28, jan.-mar. 2006. ISSN 0102-7638. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382006000100006&lng=en&nrm=iso>.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p. ISBN 8522429286.

TORT, A. C.; NOGAROL, F. Revendo o debate sobre a idade da Terra. **Revista Brasileira de Ensino de Física (Online)**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 1-9, Jan.-Mar. 2013. ISSN 1806-9126. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172013000100026&lng=en&nrm=iso>.

TREVISAN, F. A. Balanço social como instrumento de marketing. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 02-12, dez. 2012. ISSN 1676-5648. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200017&lng=en&nrm=iso>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Carta de serviços**. Dourados: UFGD, 2010. 76 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br//arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/carta-de-servicos.pdf>>. Acesso em: 04 Maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de desenvolvimento institucional 2013-2017**. Dourados: UFGD, 2013. 253 p. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ADMINISTRACAO-UFGD/PDI%20UFGD%202013_2017.pdf>. Acesso em: 02 Março 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI-2013-2017 /Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados: [s.n.], 2013. 231 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br//arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/pdi.pdf>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Política ambiental para a UFGD (Resolução n.º 06 de 15 de fevereiro de 2013)**. Dourados: UFGD, 2013. 15 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br//arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/politica-ambiental.pdf>>. Acesso em: 29 Novembro 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de gestão de logística sustentável**. Dourados: UFGD, 2014. 42 p. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/divisao-gestao-ambiental/plano-de-logistica-sustentavel-ufgd>>. Acesso em: 10 Junho 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Política de segurança da informação e comunicações da Universidade Federal da Grande Dourados**. Ver. 1.2. ed. Dourados: UFGD, 2014. 13 p. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/COIN/Pol%C3%ADtica%20de%20Seguran%C3%A7a%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Comunica%C3%A7%C3%B5es%20da%20UFGD_Aprovada_COSIC.pdf>. Acesso em: 04 Janeiro 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Estrutura organizacional da UFGD (Resolução n.º 129 de 12 de agosto de 2015)**. Dourados: UFGD, 2015. 19 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ADMINISTRACAO-UFGD/Res.%20129-2015%20estrutura%20UFGD-1.pdf>>. Acesso em: 16 Setembro 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Diagnóstico ambiental da Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados: UFGD, 2016. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/diagnostico-ambiental/index>>. Acesso em: 03 Janeiro 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Relatório do plano de gestão de logística sustentável da UFGD 2014/2015**. Dourados: UFGD, 2016. 15 p. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/divisao-gestao-ambiental/plano-de-logistica-sustentavel-ufgd>>. Acesso em: 03 Janeiro 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Informações dos protocolos sigilosos da Universidade Federal da Grande Dourados. **UFGD**, 2017. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/setor/acessoainformacao/informacoes-classificadas>>. Acesso em: 05 Março 2017.

ZULAUF, W. E. O meio ambiente e o futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 85-100, mai-ago. 2000. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n39/v14a39a09.pdf>>.

ANEXO A

Calendário da Convergência no País	
NORMA	PUBLICAÇÃO
NBC TSP Estrutura Conceitual	Setembro/2016
NBC TSP 1 – Receita de Transações sem Contraprestação	Outubro/2016
NBC TSP 2 – Receita de Transações com Contraprestação	Outubro/2016
NBC TSP 3 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Outubro/2016
NBC TSP 4 – Estoques	Dezembro/2016
NBC TSP 5 - Concessões de Serviços Públicos	Dezembro/2016
NBC TSP 6 – Propriedades para Investimento	Agosto/2017
NBC TSP 7 – Ativo Imobilizado	Agosto/2017
NBC TSP 8 – Ativo Intangível	Agosto/2017
NBC TSP 9 – Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos não Geradores de Caixa	Agosto/2017
NBC TSP 10 – Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa	Agosto/2017
NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Março/2018
NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Março/2018
NBC TSP 13 – Balanço Orçamentário	Março/2018
NBC TSP 14 – Encargos de Empréstimos e Financiamentos	Março/2018
NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados	Março/2018
NBC TSP 16 – Demonstrações Contábeis em Separado	Setembro/2018
NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas	Outubro/2018
NBC TSP 18 – Investimento em Coligadas e Negócios Conjuntos	Outubro/2018
NBC TSP 19 – Contratos Conjuntos	Outubro/2018
NBC TSP 20 – Evidenciação de Participações em Outras Entidades	Outubro/2018
NBC TSP 21 – Combinações de Atividades e Entidades no Setor Público	Outubro/2018
1ª Revisão das normas vigentes	Outubro/2018
NBC TSP 21 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Erros	Agosto/2019
NBC TSP 22 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio	Agosto/2019
NBC TSP 23 – Eventos Subsequentes	Agosto/2019
NBC TSP 24 – Contratos de Construção	Agosto/2019
NBC TSP 25 – Operações de Arrendamento Mercantil	Abril/2020
NBC TSP 26 – Agricultura	Abril/2020
NBC TSP 27 – Instrumentos Financeiros: Apresentação	Abril/2020
NBC TSP 28 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Abril/2020
NBC TSP 29 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Abril/2020
NBC TSP 30 – Divulgação de Informação Contábil sobre o Setor Governo Geral	Fevereiro/2021
NBC TSP 31 – Informação por Segmento	Fevereiro/2021
NBC TSP 32 – Evidenciação de Partes Relacionadas	Fevereiro/2021
NBC TSP 33 – Adoção Inicial	Fevereiro/2021
Novas normas (publicadas pelo IPSASB/IFAC a partir de 01/2017)	Setembro/2021
2ª Revisão das normas vigentes	Setembro/2021

Quadro 2: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: calendário de convergência

Fonte: Adaptado de CFC (2017), disponível em <http://cfc.org.br/noticias/plano-de-convergencia-na-contabilidade-publica-preve-implantacao-de-procedimentos-ate-2021/>

ANEXO B

Autores	Ano / Evento	Título	Objeto estudado	Setor /Esfera
Carlos Alberto Serra Negra; Fabrícia Souza Teixeira; Rosemeyre Francisca do Carmo.	2001 (Revista)	O balanço social na gestão das instituições de ensino superior	Balanço Social – Proposição de Modelo	Público - Privado
Cristina Melim Petrelli	2004 (Revista)	O balanço social como uma ferramenta gerencial no processo de transparência entre universidade e sociedade	Balanço Social - <i>Disclosure</i>	Público - Privado
Blênio César Severo Peixe; Simone de Souza Becker.	2005 (Revista)	Um estudo comparativo: balanços sociais das prefeituras das cidades de São José – Santa Catarina e de Florianópolis – Santa Catarina	Balanço Social – Comparativo com análise de dados	Público / Municipal
Sady Mazzioni; Celso Galante; Cesar Eduardo Stevens Kroets.	2006 (Congresso)	Delineamento de um modelo de balanço social para Prefeituras Municipais	Balanço Social – Proposição de Modelo	Público / Municipal
Sady Mazzioni; João Eduardo Prudêncio Tinoco; Antonio Benedito Silva Oliveira.	2007 (Revista)	Proposta de um modelo de balanço social para Fundações Universitárias	Balanço Social – Proposição de Modelo	Público - Privado
Márcia Rosane Frey; Juliana Luisa Marcuzzo; Carine de Oliveira	2008 (Revista)	O balanço social como ferramenta de transparência para o setor público municipal	Balanço Social - <i>Accountability</i>	Público / Municipal
Leandro Lima Resende; Diego Leão Teixeira; Fernanda Costa de Andrade; Roberto do Nascimento Ferreira.	2008 (Congresso)	Balanço social na Universidade Federal de São João Del-Rei: ética e transparência na universidade pública	Balanço Social – Aplicação de Modelo e Análise de dados	Público / Federal
Elizângela Gerssi Pires	2009 (Congresso)	Balanço social: um instrumento de transparência na Nova Gestão Pública	Balanço Social – Proposição de Modelo	Público / Municipal

Continua.

continuação.

Autores	Ano / Evento	Título	Objeto estudado	Setor /Esfera
Taciana Mareth; Dalva Salvalaio; Cristiane Freitas Ribeiro.	2010 (Revista)	Balanço social em uma instituição de ensino superior no Rio Grande do Sul	Balanço Social – Análise de dados das publicações da instituição	Privado / Público Não Estatal
Rozana Carvalho Pereira; Mayra Batista Bitencourt Fagundes; Elisabeth de Souza Andrade; Leonardo de Oliveira Dresch; Glenda de Almeida Soprane	2010 (Revista)	Balanço social e o indicador de lucro social para empresas cidadãs: o caso Embrapa	Balanço Social – Análise de dados das publicações da instituição	Público / Federal
Claudecir Bleil; Josieli Gatto; Juciléia Giacomini Lopes; Luciane Lovatto de Matos Sauer.	2011 (Revista)	Balanço Social no Setor Público: um estudo de caso em uma Prefeitura Municipal	Balanço Social – Aplicação de Modelo e Análise de dados	Público / Municipal
Zarah Barbosa Lira Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Jeronymo José Libonati José Francisco Ribeiro Filho	2011 (Revista)	Balanço social como instrumento para avaliação das ações sociais de instituições públicas: uma proposta à Fundação Joaquim Nabuco	Balanço Social – Aplicação de Modelo com análise de dados	Público / Federal
Alex Sandro Rodrigues Martins; Alexandre Costa Quintana; Flávia Verônica Silva Jacques; Daiane Pias Machado.	2013 (Revista)	O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande	Balanço Social – Aplicação de Modelo com análise de dados	Público / Federal
José Marcos Mariano; Flávio Ribeiro; Romualdo Douglas Colauto.	2013 (Revista)	Indicadores Socioambientais da Prefeitura Municipal de Curitiba	Balanço Social – Aplicação de Modelo com análise de dados	Público / Municipal

Continua.

continuação.

Autores	Ano / Evento	Título	Objeto estudado	Setor /Esfera
Dreisse Silva Rodrigues; Jorgia Rita B. da Costa; Lucinéia Mendes da Silva.	2014 (Revista)	Balço socioambiental da Prefeitura de Jussara - GO	Balço Socioambiental – Aplicação de Modelo com análise de dados	Público / Municipal
Marilene Dias de Oliveira; Gabriel Jonas Martiniano de Araújo; Adriana Domingues Marques de Castro; Irani Aparecida Reinaldo; Laércio Baptista da Silva.	2014 (Congresso)	Balço social como instrumento de transparência dos recursos públicos	Balço Socioambiental – Aplicação de Modelo com análise de dados	Público / Municipal
Daniela Di Domenico; Sady Mazzioni; Vanderlei Gollo; Janes Villani Geremia.	2015 (Congresso)	O nível de evidenciação das práticas sociais por meio do Balço Social na Prefeitura do Município de São Lourenço do Oeste - SC	Balço Social – Aplicação de Modelo e Análise de dados	Público / Municipal
Naiane Gouveia da Silva; Francisco Bentes Cunha; Marcos Azevedo; Ana Claudia de Araujo Moxotó.	2016 (Revista)	Balço Social no setor público: uma análise comparativa no governo do Estado do Amazonas	Balço Social – Aplicação de Modelo e Análise de dados	Público / Estadual
Gilvan Dias de Lima Filho Cristine Sousa Barros	2016(Revista)	A utilização do balanço social como instrumento de otimização das informações contábeis nas organizações públicas	Balço Social – Teórico Descritivo	Público / Global

Quadro 3: Publicações sobre Balço Social e sua aplicação ao Setor Público

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em revistas e eventos pesquisados.

ANEXO C

Norma	Ano	Parte aplicável / Ementa
Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967	1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências
Lei nº 6.225, de 14 de julho de 1975	1975	Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão e dá outras providências
Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975	1975	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais
Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977	1977	Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências
Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providência
Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980	1980	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências
Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981	1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985	1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988	1988	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Capítulo VI – Do Meio Ambiente: Artigo 225

Continua...

continuação...

Norma	Ano	Parte aplicável / Ementa
Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989	1989	Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências
Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989	1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências
Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989	1989	Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991	1991	Dispõe sobre a política agrícola
Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993	1993	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências
Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998	1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	2000	Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências

Continua...

continuação...

Norma	Ano	Parte aplicável / Ementa
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005	2005	Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006	2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências
Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007	2007	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei no 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências
Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007	2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências
Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008	2008	Regulamenta o inciso VII do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei no 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências

Continua.

continuação.

Norma	Ano	Parte aplicável / Ementa
Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008	2008	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras
Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009	2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências
Lei nº 12.561, de 25 de maio de 2012	2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015	2015	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências

Quadro 4: Principais leis brasileiras sobre meio ambiente

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em: Câmara dos Deputados. Legislação brasileira sobre meio ambiente. 3. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010. 576 p.; e demais legislações.

ANEXO D

Norma	Resolução CFC	Nome da Norma	Correlação com o IFAC
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	não há
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis	não há
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	não há
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público	não há
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil	não há
NBC T 16.5	1.133/08	Demonstrações Contábeis	não há
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	não há
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno	não há
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão	não há
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	não há
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há

Quadro 5: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: antes da convergência (2008-2016)

Fonte: Adaptado de CFC (2012), disponível em: http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBC_TSP_28022012.pdf

ANEXO E

Norma	Resolução CFC	Nome da Norma	Correlação com o IFAC
NBC TSP Estrutura Conceitual	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	<i>Conceptual Framework</i>
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC T 16.6 R1	DOU 31/10/14	Demonstrações Contábeis	não há
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	não há
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno	não há
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão	não há
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	não há
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há

Quadro 6: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: iniciada a convergência (2017)

Fonte: Adaptado de CFC (2016), disponível em: http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TSP_04012017.pdf

ANEXO F

Autor	Objetivo	Objeto de Estudo	Resultado
Dalliane Vanessa Pires Andrade; Natália Veloso Caldas de Vasconcelos; Hélio Roberto Hékis; Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz; Jamerson Viegas Queiroz. (2011)	<i>Disclosure</i> na aplicação de recursos para a educação	Município do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2005 a 2009	De 167 municípios pesquisados, dez não enviaram informações em pelo menos um dos anos analisados, e 43 não aplicaram recursos mínimos exigidos por lei. Necessidade de informações mais claras para favorecer o controle social.
Sônia Maria Augustinho; Antonio Gonçalves de Oliveira; Inácio Andruski Guimarães (2015)	<i>Disclosure</i> como melhorar a compreensibilidade do cidadão médio sobre a informação contábil contida nas demonstrações contábeis pública	P residentes das entidades comunitárias da cidade de Curitiba, conforme Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Femoclam), 1150 entidades, em agosto de 2013	Dos 103 investigados na pesquisa, 57% possuem pouco conhecimento quanto à informação contábil pública. Sugere-se facilitar o entendimento das informações publicadas pelos órgãos públicos.

Continuação.

Continuação.

Autor	Objetivo	Objeto de Estudo	Resultado
Maria Amália da Costa Bairral; Adolfo Henrique Coutinho e Silva; Francisco José dos Santos Alves; (2015)	Transparência no setor público, para verificar o nível de divulgação da informação pública apresentado nos relatórios de gestão anuais e os incentivos que afetam essa divulgação	Entidades públicas federais no ano de 2010	Das 115 entidades públicas federais pesquisadas, 48% tem um baixo nível de transparência; 80% tem deficiência na divulgação de informações obrigatórias; e apenas 19% praticam evidenciação voluntária. Como contribuição do estudo aponta-se: (a) apresentar o atual estágio, antes das <i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Ipsas), das práticas de transparência pública nos relatórios de gestão anuais das entidades públicas federais; (b) demonstrar oportunidades de melhorias na evidenciação da informação pública nos relatórios de gestão; e (c) destacar a necessidade do integral atendimento às práticas de evidenciação obrigatórias, condição para uma apropriada prestação de contas (<i>accountability</i>) dos gestores.
Glauber de Castro Barbosa; Fátima de Souza Freire; Vicente Lima Crisóstomo; (2011)	Análise de indicadores de gestão das IFES e desempenho dos discentes no ENADE	Indicadores dos Relatórios de Gestão das IFES no período de 2006 a 2008	52 IFES investigadas. Alguns indicadores de gestão parecem ser capazes de influenciar o desempenho discente, em especial os relativos ao custo por aluno.

continua.

Continuação.

Autor	Objetivo	Objeto de Estudo	Resultado
Mariana Campagnoni; Orion Augusto Platt Neto. (2015)	Análise de indicadores, custo corrente / aluno equivalente nas IFES, caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Indicadores do Relatório de Gestão da UFSC no período de 2002 a 2013, com e sem custo do Hospital Universitário (HU)	Observou-se uma elevação nos custos evidenciados pelos indicadores, causada principalmente pelo aumento dos custos correntes totais com e sem HU, considerando que não houve uma variação significativa no número de alunos equivalentes.
Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti; Larissa Mayara da Silva Damasceno; Manoel Veras de Souza Neto. (2013)	Analisa a conformidade dos sítios eletrônicos das autarquias federais, em relação à Lei de Acesso a Informação	Autarquias federais listada no sítio eletrônico da Advocacia Geral da União (AGU) em janeiro de 2013	Amostra aleatória de 30 das 156 autarquias federais. Os resultados demonstraram que, em média, 66% da amostra cumpriram com os itens e, em pontos específicos, como classificação das informações sigilosas, cópias de contratos, disponibilização de relatórios em formatos de planilha/texto e estruturação da informação, houve descumprimento acima de 90%
Marlon Cruz Ferreira; Waldir Jorge Ladeira dos Santos; José Francisco Moreira Pessanha. (2013)	Verificar quais indicadores insumos exercem mais influência no desempenho das universidades	IFES com base no Relatório de Gestão e indicadores do TCU entre 2008 e 2010	53 IFES pesquisadas. Os indicadores de qualidade do corpo docente e o grau de envolvimento com a pós-graduação apresentaram-se como os mais importantes para obtenção de melhores resultados na avaliação da CAPES e para uma integralização curricular mais expedita. Ademais, uma investigação regional permitiu inferir uma similaridade do desempenho das universidades com a concentração de renda no Centro-Sul do Brasil.

continua.

Continuação.

Autor	Objetivo	Objeto de Estudo	Resultado
Antonio Gonçalves Oliveira; Hilda Alberton Carvalho; Dayanne Paretti Corrêa. (2013)	Discutir a importância da Contabilidade Aplicada ao Setor Público como ferramenta útil à efetividade da Governança e da Governabilidade Públicas aderentes a uma visão de sustentabilidade aplicável à gestão do Estado	Meios, de investigações bibliográficas e documental e da observação teórico-empírica concernentes à aderência da <i>disclosure</i> (transparência) e da <i>accountability</i> (responsabilidade social de prestar contas à sociedade) à Gestão Pública	Foi possível constatar uma forte inter-relação entre os termos, haja vista o fato de a Contabilidade evidenciar os resultados e as ações dos governos a partir da governança (o meio/o como) relacionada com a governabilidade (poder e ações políticas), e também que ambas são orientadas para a sustentabilidade do Estado. Sobre a sustentabilidade do Estado, constatou-se ainda que esta é mais abrangente que o próprio termo “sustentabilidade”, o qual, em muitas vezes, é reduzido à visão ecoambiental e não considera importantes variáveis de cunho financeiro (equilíbrio) e econômico-social inerentes à função social do Estado

Quadro 7: Estudos sobre *disclosure*, *accountability*, *transparência* e indicadores no setor público

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em revistas e periódicos pesquisados.

ANEXO G

IFES	SIGLA	PORTAL ELETRÔNICO	RELATÓRIO DE GESTÃO (PORTAL)	RELATÓRIO DE GESTÃO (TCU)	BSA
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	http://portal.ufgd.edu.br/	Sim	Sim	Não
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	http://www.ufcspa.edu.br/	Sim	Sim	Sim
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	http://www.unir.br/	Sim	Sim	Não
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	http://www.ufabc.edu.br/	Sim	Sim	Não
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	http://novoportal.unipampa.edu.br/	Sim	Sim	Não
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	http://ww1.uft.edu.br/	Sim	Sim	Não
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	http://www.univasf.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	http://www.unilab.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade de Brasília	UNB	http://www.unb.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal da Bahia	UFBA	https://www.ufba.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	http://www.uffs.edu.br	Sim	Sim	Não
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	https://www.unila.edu.br/	Sim	Sim	Não

continua.

Continuação

IFES	SIGLA	PORTAL ELETRÔNICO	RELATÓRIO DE GESTÃO (PORTAL)	RELATÓRIO DE GESTÃO (TCU)	BSA
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	http://www.ufpb.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	http://www.ufal.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Alfnas	UNIFAL-MG	http://www.unifal-mg.edu.br/portal/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	http://www.ufcg.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Goiás	UFG	https://www.ufg.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	http://www.unifei.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	http://www.ufjf.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Lavras	UFLA	http://www.ufla.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	http://www.ufmt.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	https://www.ufms.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	https://www.ufmg.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	http://www.ufop.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	http://portal.ufpel.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	https://www.ufpe.br/ufpenova/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Roraima	UFRR	http://ufr.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	http://ufsc.br/	Sim	Sim	Não

continua.

Continuação

IFES	SIGLA	PORTAL ELETRÔNICO	RELATÓRIO DE GESTÃO (PORTAL)	RELATÓRIO DE GESTÃO (TCU)	BSA
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	http://site.ufsm.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	http://www2.ufscar.br	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ	http://www.ufsj.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	http://www.unifesp.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Sergipe	UFS	http://www.ufs.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	http://www.ufu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal de Viçosa	UFV	http://www.ufv.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Acre	UFAC	http://www.ufac.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	http://www.unifap.br/public/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	http://www.ufam.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Cariri	UFCA	http://www.ufca.edu.br/portal/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Ceará	UFC	http://www.ufc.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	http://www.ufes.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	http://www.unirio.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	http://portais.ufma.br/PortalUfma	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	http://www.ufob.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	http://www.ufopa.edu.br/	Sim	Sim	Não

continua.

Continuação

IFES	SIGLA	PORTAL ELETRÔNICO	RELATÓRIO DE GESTÃO (PORTAL)	RELATÓRIO DE GESTÃO (TCU)	BSA
Universidade Federal do Pará	UFPA	https://www.portal.ufpa.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Paraná	UFPR	https://www.ufpr.br/portalufpr/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Piauí	UFPI	http://www.ufpi.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	https://ufrb.edu.br/portal/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	https://www.ufrj.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	http://www.furg.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	http://ufsb.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Sul E Sudeste do Pará	UNIFESSPA	https://www.unifesspa.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	http://www.ufvjm.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	http://www.uftm.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal Fluminense	UFF	http://www.uff.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	https://portal.ufra.edu.br/	Sim	Sim	Não

Continuação					
IFES	SIGLA	PORTAL ELETRÔNICO	RELATÓRIO DE GESTÃO (PORTAL)	RELATÓRIO DE GESTÃO (TCU)	BSA
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	http://www.ufrpe.br/br	Sim	Sim	Não
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	http://portal.ufrj.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	https://ufersa.edu.br/	Sim	Sim	Não
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	http://www.utfpr.edu.br/	Sim	Sim	Não

Quadro 8: *Lista de Instituições Federais de Ensino*

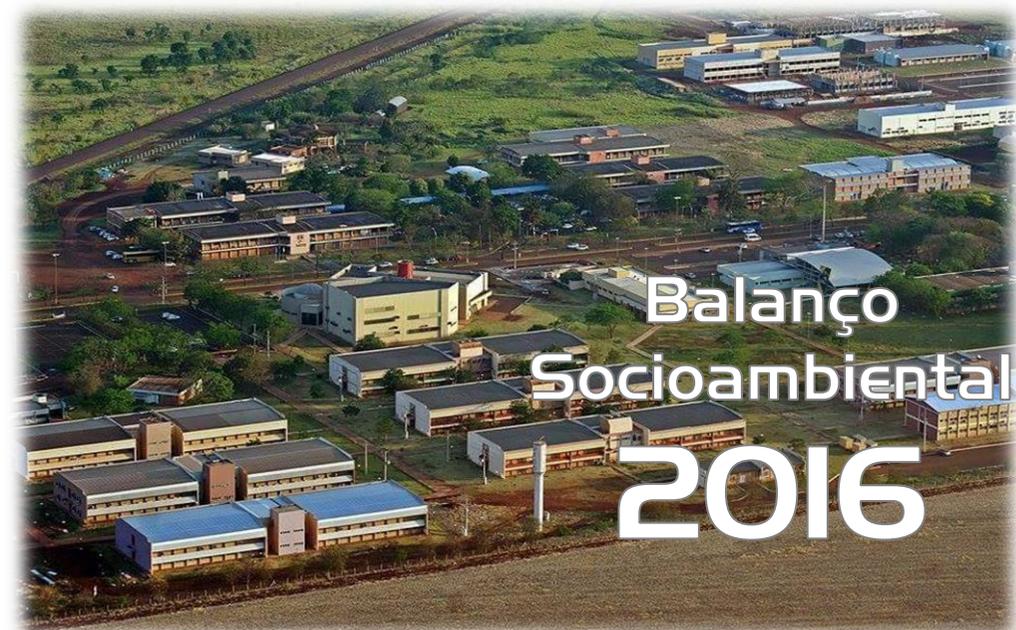
Fonte: Elaborado pelo autor (Baseado nos portais eletrônicos das IFES, Sistema e-MEC, e TCU, 2016)

APÊNDICE A**MODELO DE BSA**

UFGD

Universidade Federal da Grande Dourados

Balanco Socioambiental 2016



Administração Superior

Reitora:

Prof.^a Dr.^a Liane Maria Calarge

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Marcio Eduardo de Barros

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Prof. Dr. Caio Luis Chiariello

Pró-Reitoria de Administração

Técnico-Administrativo Vander Soares Matoso

Pró-Reitoria de Ações Comunitária e Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Pablo Christiano Barboza Lollo

Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e de Planejamento

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Severino da Costa

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

Prof.^a Dr.^a Paula Pinheiro Padovese Peixoto

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof.^a Dr.^a Kely de Picoli Souza

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Prof.^a Dr.^a Juliana Rosa Carrijo Mauad

Balanco Socioambiental

Responsável pela consolidação do Balanco Socioambiental (Modelo):
Mauro Roberto da Cunha Junior

Colaboração:

Prof.^a Dr.^a Vera Luci de Almeida

Economista Rozimare Marina Rodrigues Rivas

Administrador Franz Maciel Mendes

Fotos:

Acervo UFGD

Franz Maciel Mendes

Capa:

Mauro Roberto da Cunha Junior

Modelos e Referências:

CFC (2016)

EMBRAPA (2016)

UFCSPA (2015)

IBASE

Dados de 2015 e2016

SUMÁRIO

GESTÃO INSTITUCIONAL	Erro! Indicador não definido.	BASES DE ESTUDOS.....	99
HISTÓRICO DA UFGD.....	91	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFGD - HU-UFGD	100
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA - FACE	93	LINHA DO TEMPO	101
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRARIAS - FCA.....	93	CULTURA ORGANIZACIONAL	102
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS – FCBA.....	94	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	103
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS – FACET.....	94	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	104
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS– FCH.....	95	GESTÃO DE PESSOAS	113
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FCS.....	95	BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS	115
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS – FACALE	96		
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - FADIR	96		
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAED.....	97		
FACULDADE DE ENGENHARIA – FAEN.....	97		
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA – FAIND.....	98		
FACULDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD.....	98		
FAZENDA EXPERIMENTAL	99		

APRESENTAÇÃO

Palavras da Reitoria...

Balço Socioambiental

A UFGD tem como missão: “Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social”, e tem seus objetivos e metas pautados em cinco eixos que orientam seu planejamento: “1) Educação Pública, Gratuita e de Qualidade; 2) Informação, Informatização e Transparência; 3) Desenvolvimento Social, Inovação e Inclusão; 4) Mobilidade e Internacionalização Acadêmica; 5) Sustentabilidade e Eficiência dos Gastos Públicos.”. (PDI, 2013)

Sob esse aspecto, o presente Balço Socioambiental surge como ferramenta que suporta o cumprimento dessas metas e objetivos ao dar visibilidade das ações institucionais da UFGD.

Este modelo foi proposto no intuito de iniciar um novo ciclo de *accountability* e *disclosure* na instituição auxiliando nas ações de Responsabilidade Social e Ambiental Universitárias.

Mauro Roberto da Cunha Junior

(Este documento é um modelo)

GESTÃO INSTITUCIONAL

HISTÓRICO DA UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD nasceu do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. O CEUD, antes Centro Pedagógico de Dourados – CPD começou a funcionar no município em 1971 e passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

Na década de 70, o campi de Dourados abrigava os cursos de História, Letras, Agronomia e Pedagogia. Em 1980, foram implantados os cursos de Geografia, Ciências Contábeis e Matemática. Em 1991, o Centro abriga o curso de Ciências Biológicas e nessa década começa a funcionar também o curso de Análise de Sistemas e os primeiros cursos de pós-graduação, o Mestrado em Agronomia e em História. Já em 2000, foram implantados os cursos de Medicina, Direito, Administração, os mestrados em Entomologia e Conservação da Biodiversidade e em Geografia e o primeiro doutorado da região, em Agronomia.

Em face dessa notável ampliação das atividades, tornou-se necessário promover a ampliação das instalações – sendo que, em conjugação com essa necessidade, começou a ganhar corpo a ideia da constituição, em Dourados, de uma cidade universitária, voltada ao ensino superior público, gratuito e de boa qualidade. O projeto então de Cidade Universitária ganhou amplo apoio da comunidade, das lideranças políticas de Dourados e das cidades vizinhas, e caminhou para sua plena concretização.

Apesar do crescimento do campus da UFMS de Dourados e da criação da UEMS, estas instituições públicas não conseguem atender à imensa demanda da região por ensino superior. Isso é comprovado pelo incremento significativo de instituições privadas de ensino superior. A cidade de Dourados apresentava como uma das mais estruturadas de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção.

No contexto do programa federal Avança Brasil (2000-2003), no qual o País foi delimitado geograficamente em nove eixos nacionais de integração e desenvolvimento, a cidade de Dourados e seu espaço regional foram inseridos no Eixo Sudoeste. Esse Eixo teve como uma de suas funções essenciais permitir a integração territorial com os países limítrofes, por constituir, na visão

governamental, um espaço geográfico privilegiado, estratégicas no processo de desconcentração da produção, estratégica de eficiência e competitividade, capacidade de difusão, importância do setor terciário, desafio do desemprego estrutural e integração com o Mercosul.

Assim, no interior dessas diretrizes estratégicas, a ampliação das pesquisas e dos estudos parece inserir-se positivamente, na medida em que produz conhecimento acadêmico sobre essa realidade. Trata-se de um espaço que abrigava uma modernização contínua em busca de competitividade, que foi incentivada pela implantação de uma Universidade autônoma administrativa e financeiramente, com destaque para a verticalização do conhecimento e da tecnologia produzida regionalmente.

A cidade de Dourados e seu entorno têm suas potencialidades econômicas representadas pela infraestrutura já instalada, assentada numa malha rodoviária bem estruturada; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pelo potencial de profissionais qualificados e mercado regional que devem solidificar a agroindústria e a indústria tradicional. Assim, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderia assumir sistematicamente a função, no contexto regional, de laboratório difusor de experiências de alta produtividade no país em termos agropecuários e agroindustriais, em busca de mercados nacionais e internacionais.

Em razão disso, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS), em 2000, por ocasião da elaboração de seu plano de desenvolvimento regional, dividiu o território estadual em oito regiões de planejamento, mantendo, nesse conjunto, a denominação Região da Grande Dourados para o espaço geográfico cuja cidade-polo é Dourados, representando uma área polarizada pela cidade de Dourados no contexto social, econômico e cultural de Mato Grosso do Sul. A comprovação da Universidade Federal da Grande Dourados – Projeto de Criação e Implantação - se afirmou no próprio fluxo de acadêmicos que convergiam para o campus de Dourados e que extrapolava a "região da Grande Dourados", abrangendo outras regiões denominadas Sul-Fronteira e Leste.

Além dos aspectos ambientais e de biodiversidade da região da Grande Dourados, um outro aspecto singular consistia no fato de grande parte dos municípios que a

A UFGD

compunha estarem situados na fronteira com a República do Paraguai, o que lhe conferia características econômicas, sociais, políticas e culturais que exigiam atenção especial do ponto de vista científico e acadêmico. Tendo em conta tais processos, os espaços fronteiriços foram considerados áreas privilegiadas para estudos sistematizados que contemplavam a diversidade cultural própria da formação histórica da sociedade fronteiriça. Há que se registrar, ainda, em 17 dos 36 municípios apontados como integrantes da região, a presença da população indígena Guarani (Kaiowá/Ñandeva), que constitui ainda hoje como a maior população indígena do Estado e representa, historicamente, importante papel na construção da identidade socioeconômica e cultural da região.

Para atender aos anseios da sociedade regional visando ao desenvolvimento sustentável, surgia então o projeto de criação da UFGD apresentando vocações como responsabilidade cidadã e social; estudos de preservação dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade; aplicação do conhecimento científico e tecnológico para exploração do potencial econômico da região; e desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria.

Aproveitando o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, do governo federal, cria-se então em 2005 a UFGD, sob tutoria da Universidade Federal de Goiás – UFG, com investimentos públicos em infraestrutura física e de pessoal e na criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, com pretensões de incorporação do Hospital Universitário à estrutura da nova Universidade.

A Instituição, inicialmente com seus sete cursos de graduação, passa a se expandir consideravelmente depois com a sua inclusão no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Vê ampliado seus cursos de graduação, de pós-graduação, o número de docentes e técnicos administrativos e a oferta de vagas para estudantes de todo o Brasil. Com uma política de educação inclusiva, a UFGD começa a ofertar vagas também para ensinos diferenciados, como para comunidades indígenas e de assentamentos rurais, e para municípios polo da região através da Educação a Distância.

Foi a primeira do Brasil a apresentar o Plano de Expansão Acadêmica ao governo federal, com projeto de ampliação e metas ambiciosas em todas as áreas, em

consonância com o Plano Nacional de Educação. A UFGD prossegue com a missão de gerar e socializar conhecimentos, saberes e valores por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, tendo como norte a transparência, a ética e o compromisso e a responsabilidade social, promovendo o debate democrático e a igualdade de oportunidades para todos. (<http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/historico>)

FACULDADES E CURSOS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA - FACE

A Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) foi instituída em 2006, com a implantação da UFGD. O curso de Ciências Contábeis foi implementado no ano de 1986, o curso de Administração em 2000, o curso de Economia em 2009. Com essa experiência, diversas foram as ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: semana acadêmica, visitas técnicas, projetos de ensinamentos, ciclo de palestras, publicações de trabalhos científicos em congressos e revistas. Além dos cursos de graduação, a FACE oferece também o Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, criado no ano de 2011, e o Mestrado Profissional em Administração Pública em rede, criado no ano de 2013, buscando especializar ainda mais os egressos para o mercado de trabalho. <http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/face>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Administração

Ciências Contábeis

Ciências Econômicas

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado em Agronegócios

Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - FCA

A origem da FCA ocorreu em 1978, quando foi criado o Curso de Agronomia no antigo Centro Pedagógico de Dourados, da UEMT (Universidade Estadual de Mato Grosso), criando administrativamente o Departamento de Agronomia (DAG), que, mais tarde foi transformado em Departamento de Ciências Agrárias (DCA).

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/fca>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Agronomia

Engenharia Agrícola

Engenharia de Aquicultura

Zootecnia

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado e Doutorado em Agronomia

Mestrado em Engenharia Agrícola

Mestrado em Zootecnia

FACULDADES E CURSOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS – FCBA

A partir da criação da UFGD em 2005, deu-se origem a nove novas Faculdades, entre elas a FCBA. Esta assumiu os cursos de Ciências Biológicas, já existentes na UFMS, e implantou o curso de Gestão Ambiental. Em 2008 o advento do REUNI permitiu que a FCBA implantasse mais um curso: Biotecnologia. A criação do mesmo contribuiu com o desenvolvimento da UFGD e com a expansão do ensino público gratuito e de qualidade.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/fcba>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Biotecnologia

Ciências Biológicas - Licenciatura

Ciências Biológicas - Bacharelado

Gestão Ambiental

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado e Doutorado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade

Mestrado em Biologia Geral/Bioprospecção

FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS – FACET

A Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia - FACET foi instituída em 21 de setembro de 2006 conforme Portaria N.º 0433/2006 - Reitoria, a partir de uma estrutura departamental herdada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul denominada Departamento de Ciências Exatas – DEX. O DEX era responsável direto por dois cursos de graduação: Matemática – Licenciatura Plena (Matutino) e Análise de Sistemas (Noturno), contando apenas com dez professores efetivos, professores substitutos e um técnico-administrativo.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/facet>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Engenharia da Computação

Física

Matemática

Química - Bacharelado

Química - Licenciatura

Sistemas de Informação

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização em Ensino de Matemática no ensino médio

Especialização em Educação Matemática e Ensino de Ciências

Mestrado e Doutorado em Ciências e Tecnologia Ambiental

Mestrado em Química

Doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade

Mestrado Profissional em Ensino de Física

Mestrado Profissional em Matemática

FACULDADES E CURSOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS- FCH

A Faculdade de Ciências Humanas – FCH, criada em setembro de 2006, é uma das unidades integrantes da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, implantada em janeiro desse mesmo ano. Originou-se do Departamento de Ciências Humanas – DCH, vinculado ao Campus Universitário de Dourados – CPDO (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). A trajetória da formação desse Campus teve início em 1971 com a criação do Centro Pedagógico de Dourados – CPD, da ainda então Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/fch>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Ciências Sociais

Geografia

História

Psicologia

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização PROJOVEM

Especialização em Estudos de Gênero e Interculturalidade

Especialização em Residência Agrária

Mestrado em Sociologia

Mestrado em Antropologia

Mestrado e Doutorado em História

Mestrado e Doutorado em Geografia

Mestrado em Psicologia

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FCS

A implantação do curso de Medicina ocorreu anteriormente à criação da UFGD, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), instituição que deu origem a UFGD. Iniciou-se com uma turma de 50 alunos em março de 2000, após uma pactuação feita entre a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Prefeitura de Dourados, Governo de Mato Grosso do Sul e Associação Médica da Grande Dourados (AMGD).

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/fcs>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Medicina

Nutrição

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização em Saúde Pública

Residência em Medicina de Família e Comunidade

Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde

FACULDADES E CURSOS

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS – FACALE

O curso de Letras começou a funcionar em 1971 e, desde sua implantação, vem atendendo às necessidades da comunidade douradense e de municípios circunvizinhos, especialmente, no que se refere ao aprimoramento da formação de professores de Língua Portuguesa, de Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa na Educação Básica (5ª série a 8ª série; 6º ano ao 9º ano; e ensino médio). Objetivando estender a sua área de abrangência, foi implantada a habilitação em Português/Literatura e, em 2000, a modalidade bacharelado com habilitação em Tradutor e Intérprete e Secretário Bilíngue, com opções em Língua Espanhola e Língua Inglesa.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/facale>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Arte Cênicas

Letras

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização em Letras

Especialização em Linguística

Especialização em Teatro, Poéticas e Educação

Mestrado em Letras

FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - FADIR

A Faculdade de Direito e Relações Internacionais, que mantém os cursos de Direito e Relações Internacionais, reflete a expectativa da comunidade regional que, em pesquisa institucional realizada em 1999, por uma equipe de professores, técnicos administrativos e alunos do antigo Centro Universitário de Dourados, presidida pelo Professor Mário Geraldini, indicou como expectativa da comunidade o curso de Direito juntamente com os de Medicina, Psicologia, Odontologia, Administração de Empresas e Rural, Medicina Veterinária, Educação Física, Jornalismo, Arquitetura e Farmácia/Bioquímica.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/fadir>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Direito

Relações Internacionais

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização em Direito Humanos e Cidadania

Especialização em Segurança Pública e Cidadania

Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos

FACULDADES E CURSOS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAED

A Faculdade de Educação da UFGD foi criada em setembro de 2006, a partir do antigo DED - Departamento de Educação do Campus de Dourados da UFMS e atualmente oferece os cursos de graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena, Licenciatura em Educação Física e Licenciatura Intercultural Indígena, mais os cursos de Pós-Graduação Especialização em Formação de Profissionais da Educação e Mestrado em Educação, além do curso-projeto de Licenciatura e Bacharelado em Letras/LIBRAS.

O curso de Pedagogia, o mais antigo da FAED, foi implantado no antigo CPD - Centro Pedagógico de Dourados em 1979, como uma extensão do curso de Corumbá e a partir de 1983, passou a ter sede na cidade Dourados. No ano de 2009, a FAED mudou suas atividades para seu novo prédio sede e avançou em seu processo de consolidação com a instalação de seis laboratórios e infraestrutura para seus grupos de pesquisa, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/faed>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Educação Física

Pedagogia

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização em Docência na Educação Infantil

Especialização em Educação Física Escolar

Especialização em Formação de Profissionais da Educação

Mestrado e Doutorado em Educação

FACULDADE DE ENGENHARIA – FAEN

A Faculdade de Engenharia - FAEN foi criada em 28 de maio de 2010 a partir do desmembramento da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET). Atualmente, a Unidade Acadêmica oferece cinco cursos de graduação: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/faen>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Engenharia de Alimentos

Engenharia de Energia

Engenharia de Produção

Engenharia Civil

Engenharia Mecânica

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos

FACULDADES E CURSOS

FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA – FAIND

O ano de 2012 é um marco para a Universidade Federal da Grande Dourados e para o Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá, pois se conquista a instalação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), com a publicação da Portaria nº 435 de 21 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 29/05/2012.

A primeira ação em favor da comunidade indígena foi a criação do curso de formação superior específica para professores Guarani e Kaiowá que emergiu em 2002, através da iniciativa do Movimento de Professores da primeira turma do Curso Normal em Nível Médio "Formação de Professores Guarani e Kaiowá – Ára Verá" (espaço/tempo iluminado), realizado pela Secretaria de Estado de Educação e Mato Grosso do Sul, e das comunidades indígenas dessas etnias.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/faind>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Licenciatura Indígena Teko Arandu

Licenciatura em Educação do Campo

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização em Educação Intercultural

FACULDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

A Faculdade de Educação a Distância – EaD foi recentemente criada e representa um grande avanço nas políticas de acesso à educação superior na UFGD. Desde 2010, o setor atuava como diretoria, ofertando cursos de graduação e de pós-graduação a distância, e no dia 12 de agosto de 2014 passou ao patamar de faculdade após aprovação do projeto pelo Conselho Universitário da UFGD.

É realidade a consolidação do setor da Educação a Distância na Universidade, o que demonstra o crescimento obtido pela área em quatro anos de existência em sua estrutura física e de pessoal. Hoje, a EaD já possui um prédio próprio em construção e tem equipe de técnicos e professores capacitados para a oferta dos cursos à comunidade.

<http://portal.ufgd.edu.br/faculdade/ead>

CURSOS DE GRADUAÇÃO

Bacharelado em Administração Pública

Licenciatura em Pedagogia

Licenciatura em Computação

Licenciatura em Física

Licenciatura em Letras/Libras

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ensino de Sociologia no Ensino Médio

Especialização em Gestão Pública Municipal

Especialização em Gestão Pública

Especialização em Gestão em Saúde

Especialização em Matemática

FAZENDA EXPERIMENTAL E BASES DE ESTUDOS

FAZENDA EXPERIMENTAL

Desde 2007, a UFGD conta com uma Fazenda, com área de 294 hectares. Desses, 100 hectares são cultivados e neles são desenvolvidos diversos tipos de pesquisas, especialmente sobre produção de soja e de milho. Boa parte desses experimentos são conduzidos em parceria com a Fundação MS, com a Embrapa, além de outras instituições e empresas.

Na Fazenda Experimental, pesquisadores da UFGD estão analisando diferentes plantas oleaginosas, com potencial para produção de biocombustíveis e que podem ser usadas em sistemas de rotação, intercalando entre os cultivos de soja e milho. O objetivo dessas pesquisas é apontar quais plantas apresentam melhor potencial produtivo no solo e clima de MS.

Outro cultivo que tem ganhado espaço na Fazenda é a cana-de-açúcar, assim como áreas de pesquisa em espécies frutíferas – das mais comuns, como a manga, até espécies exóticas como a pitaiá.

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/faeca/index>

BASES DE ESTUDOS

Localizadas em pontos estratégicos do Mato Grosso do Sul, atualmente, a UFGD conta com quatro Bases de ações de pesquisa, extensão e ensino. O principal objetivo é contribuir para a junção de acadêmicos, pesquisadores, docentes e comunidades na realização de projetos que beneficiem o desenvolvimento de cada localidade. São três acordos de cooperação técnica que viabilizam a implantação das bases externas da UFGD, localizadas nas cidades de Sidrolândia, Nova Andradina e Ponta Porã, além da guarda provisória de uma área em Corumbá.

BAÍA NEGRA

Com 18 apartamentos, um refeitório e duas casas, a base de estudos está localizada em Corumbá, na Área de Preservação Ambiental (APA), região do Pantanal. A Baía Negra possui, ainda, uma área de floresta para desenvolvimento de estudos e projetos em prol da sustentabilidade econômica e ambiental do entorno.

ASSENTAMENTOS ELDORADO II E SANTA OLGA

Com o objetivo de ampliar o alcance das experiências desenvolvidas pela Universidade em áreas de assentamentos rurais, a UFGD assinou acordo de cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que cede uma área na cidade de Sidrolândia e outra em Nova Andradina. Elas ficam dentro dos assentamentos Eldorado II e Santa Olga, respectivamente, e trabalham com ações voltadas ao meio ambiente, saúde, educação e economia.

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APA

Em um acordo de cooperação técnica com a prefeitura de Ponta Porã, a UFGD recebeu a concessão de uma área de 11 hectares, localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Apa. Nela são desenvolvidas ações que garantam o desenvolvimento sustentável do local, envolvendo a participação de acadêmicos e da comunidade. O espaço será transformado em um Parque Natural Municipal, ao lado da nascente do rio Apa, local de grande riqueza biológica, compreendendo o bioma Cerrado, com influência do Chaco e da Mata Atlântica.

<http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/bases-estudos-ms>

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFGD - HU-UFGD

A implantação e o funcionamento do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (HU-UFGD) se deram no ano de 2003, quando foi denominado “Santa Casa de Dourados”. A instituição era mantida, inicialmente, pela Sociedade Douradense de Beneficência (SODOBEN). A partir de 2004, a Santa Casa de Dourados passou a receber o nome de “Hospital Universitário de Dourados” e começou a ser administrado pela Fundação Municipal de Saúde, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Dourados, conforme compromissos firmados com a sua mantenedora anterior, a SODOBEN.

Por meio da Lei Municipal Nº 3.118, de 2008, o Poder Executivo Municipal autorizou a doação da área à UFGD, que poderia usar suas edificações para atendimento hospitalar via Sistema Único de Saúde (SUS) e para atividades de hospital-escola. Tendo o Ministério da Educação (MEC) dado o sinal verde para o recebimento da doação, o Conselho Universitário da UFGD aprovou a criação do Órgão Suplementar “Hospital Universitário”, que passou a fazer parte da estrutura administrativa da Universidade. Assim, a UFGD passou a administrar o HU-UFGD a partir de 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, o Hospital é vinculado aos Ministérios da Saúde e da Educação e é mantido com recursos dos governos Federal, Estadual e Municipal.

Ao atingir os objetivos evidenciados em seu planejamento, o HU-UFGD pretende se transformar em um polo estratégico em Mato Grosso do Sul no que tange à formação de recursos humanos e à produção e à disseminação de ciência e tecnologia na área da saúde. Ao mesmo tempo, se constituirá na referência em assistência pública à saúde da população distribuída em 35 municípios da região da Grande Dourados, além de atender à população de fronteira (Paraguai) e indígena.

A partir do ano de 2013 a UFGD contratou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para realizar sua gestão, conforme contrato nº 30/2013 assinado no dia 26 de setembro de 2013.

Com a finalidade de dar prosseguimento ao processo de recuperação dos hospitais universitários federais, foi criada, em 2011, por meio da Lei nº 12.550, a Ebserh, uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação. Com isso, a empresa passa a ser o órgão do MEC responsável pela gestão do Programa de Reestruturação e que, por meio de contrato firmado com as universidades federais que assim optarem, atuará no sentido de modernizar a gestão dos hospitais universitários federais, preservando e reforçando o papel estratégico desempenhado por essas unidades de centros de formação de profissionais na área da saúde e de prestação de assistência à saúde da população integralmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

<http://www.ebserh.gov.br/web/hu-ufgd/nossa-historia>

LINHA DO TEMPO



MISSÃO E VISÃO



PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

I – A gratuidade do ensino em seus diferentes níveis e modalidades, cuja responsabilidade é da união, e igualdade de condições para ingresso e permanência na Universidade;

II – A proteção da liberdade acadêmica contra o exercício abusivo de poder interno ou externo à instituição, assegurando o respeito à diversidade de ideias, à liberdade de ensinar e pesquisar, de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, sem discriminação de qualquer natureza;

III – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, vedada duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

IV – A universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;

V – A flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos estudantes, às peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa;

VI – A gestão democrática, mediante deliberação em órgãos colegiados compostos por membros da comunidade universitária, escolhidos em processo eleitoral, e da comunidade local, regional ou nacional, garantida a prevalência da representação docente;

VII – A unidade de patrimônio e de administração;

VIII – A articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, em especial com as entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica;

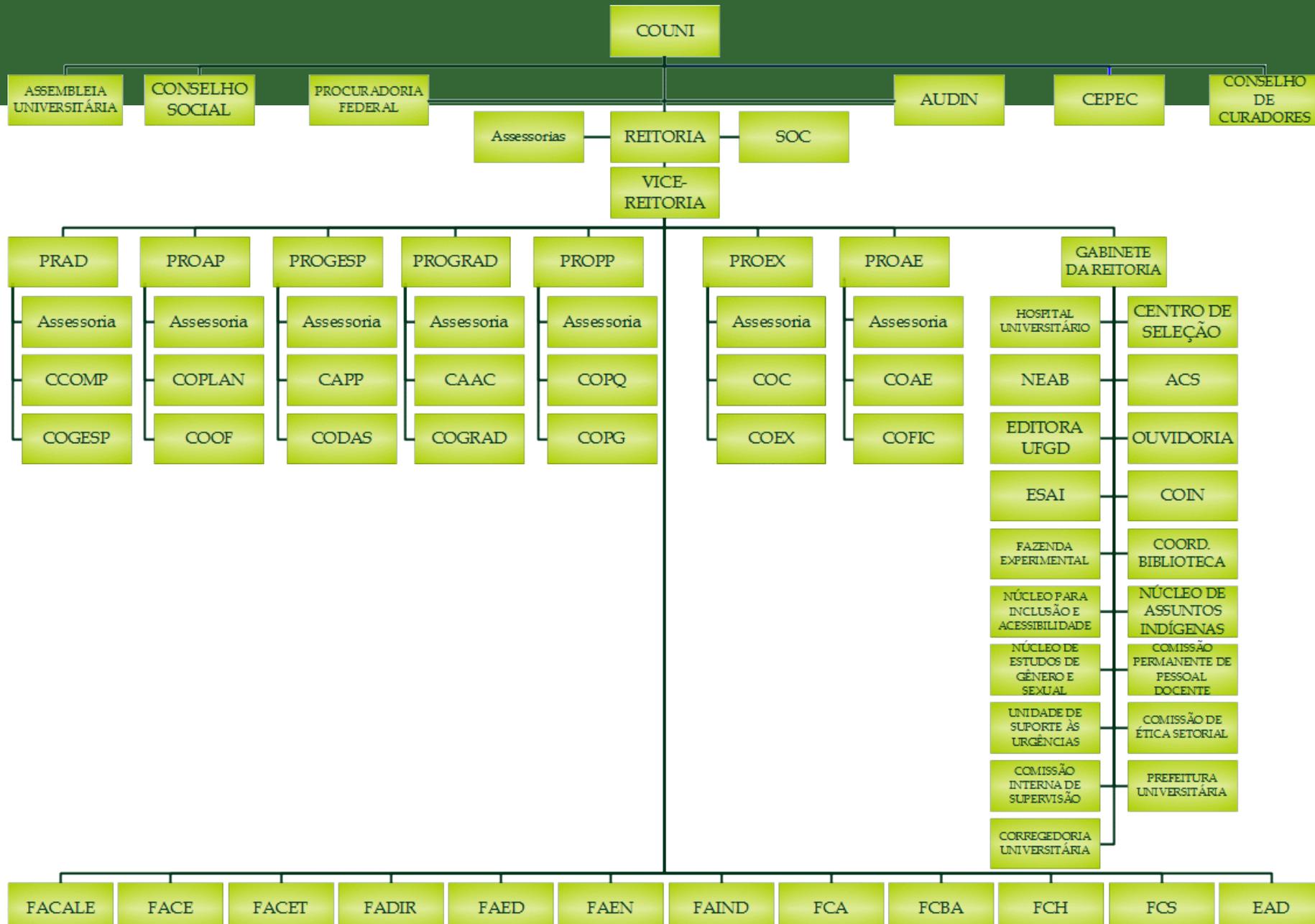
IX – A estrutura orgânica acadêmica com base em Faculdades;

X – a institucionalização do planejamento acadêmico e administrativo e da avaliação institucional interna e externa, abrangendo seus cursos e programas, com a participação de docentes, estudantes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil;

XII – a racionalidade de organização, com plena utilização de recursos materiais e humanos e garantia de condições dignas de trabalho aos docentes e técnico-administrativos;

XIII – o pleno aproveitamento da capacidade de atendimento institucional, inclusive pela admissão de alunos não regulares, mediante processo seletivo ou avaliação de capacidade, quando da ocorrência de vagas em atividades ou disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

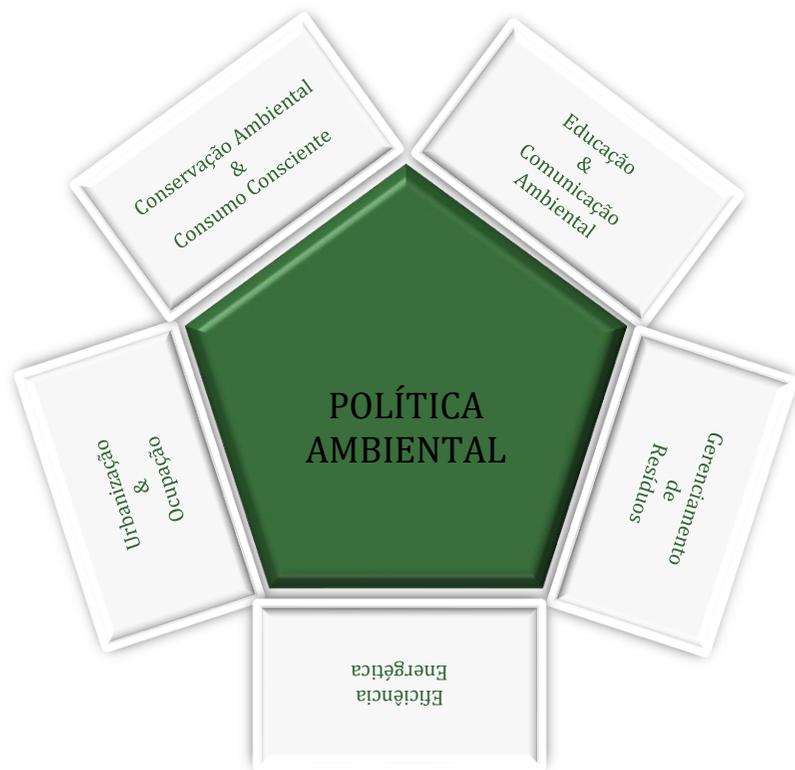


Referência: Resolução nº 129 de 12/08/2015
 Fonte: COPLAN/PROAP/UFGD

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A UFGD E O MEIO AMBIENTE

Com o intuito de orientar e ordenar a modernização da universidade, a UFGD instituiu sua Política Ambiental visando guiar seu processo de expansão e consolidação baseado nos princípios éticos e de responsabilidade com seus limites e potenciais ambientais.



POLÍTICA AMBIENTAL Resolução nº. 06 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013 – COUNI/UFGD



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Resultado do trabalho da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, criado pela Portaria nº 1.346 de 27/12/2013, o PLS da UFGD consiste essencialmente em indicadores e sugestões de boas práticas de sete áreas de atuação:



O PLS-UFGD apontou a utilização dos seguintes indicadores:

I – Materiais de Consumo:		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Papel		
Consumo per capita	Unidades utilizadas / Total de Servidores	Anual
Gasto com aquisição	Valor (R\$) gasto com a compra	Anual
Copos descartáveis		
Consumo per capita	Quantidade de copos de água	Anual
Consumo per capita	Quantidade de copos de café	Anual
Gasto com aquisição	Valor (R\$) gasto com a compra (água e café)	Anual

II – Energia Elétrica:		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo per capita	Quantidade de kwh consumidos	Mensal e Anual
Gasto per capita	Valor (R\$) da fatura	Mensal e Anual

III – Água e Esgoto:		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo per capita	Quantidade de m ³ de água	Mensal e Anual
Gasto per capita	Valor (R\$) da fatura	Mensal e Anual

IV – Coleta Seletiva (Destinação):		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Papel para reciclagem	Quantidade (kg) de papel	Mensal e Anual
Papelão para reciclagem	Quantidade (kg) de papelão	Mensal e Anual
Plástico para reciclagem	Quantidade (kg) de plástico	Mensal e Anual
Metais para reciclagem	Quantidade (kg) de metais	Mensal e Anual
Cartuchos de tinta e toners para reutilização	Quantidade de cartuchos e toners	Mensal e Anual
Cartuchos de tinta e toners para reciclagem	Quantidade de cartuchos e toners	Mensal e Anual
Total de material reciclável destinado (kg)	Papel + papelão + plástico + metal	Mensal e Anual
Destinação de Lâmpadas	Quantidade (kg) destinada	Anual
Destinação de pilhas e baterias	Quantidade (kg) destinada	Anual

V – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho:		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Participação dos servidores nos programas e/ou nas ações voltadas para qualidade de vida no trabalho	Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida / Total de servidores da instituição	Anual

VI – Telefonia Fixa e móvel:		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto por ramal/linha	R\$ / (número de ramais + número de linhas)	Mensal e Anual

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

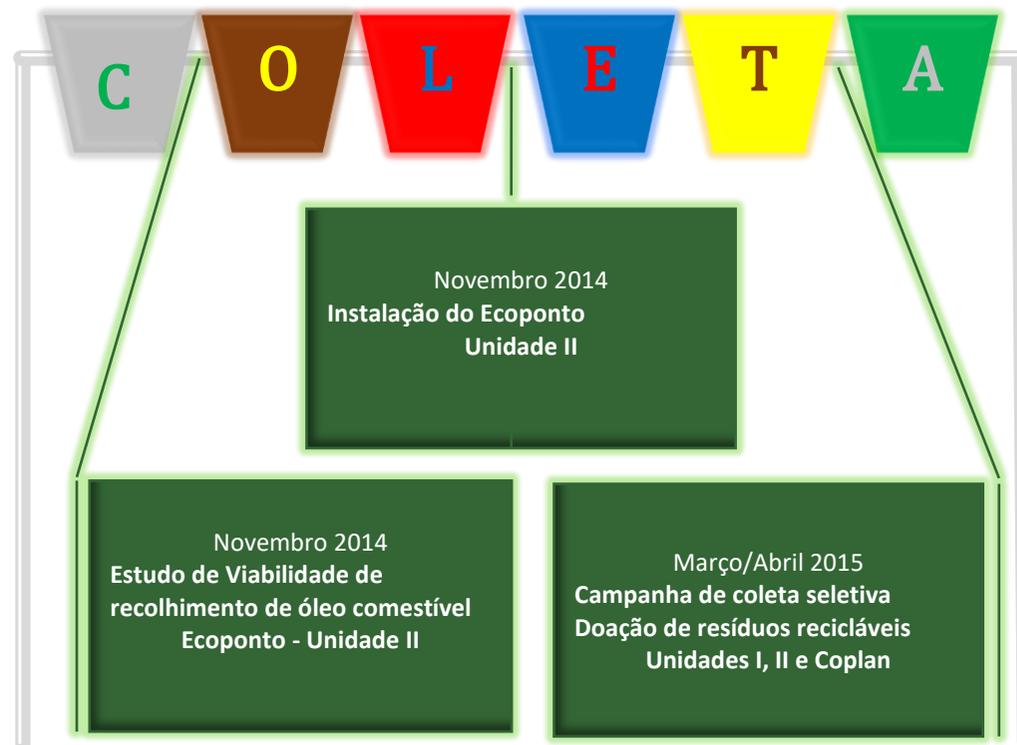
Em setembro de 2016 foi divulgado o Relatório do plano de gestão de logística sustentável da UFGD 2014/2015, que teve como objetivo evidenciar o conteúdo programático da UFGD, no exercício dos anos 2014/2015, apresentando as metas, aproveitamentos, dificuldades e resultados.

Dados:

Item descrição	Quantidade total consumida	Valor total consumido
Papel sulfite branco, A4, 75gr/m ²	5706 (resmas)	R\$57.173,03
Cartucho para impressoras variadas	754	R\$62.630,71
Toner para impressoras variadas	26	R\$2.868,00
Copo descartável 200ml	1656 (pacotes)	R\$3.714,60
Copo descartável 700ml	9 (pacotes)	R\$44,46
Papel toalha, 23cmx27cm, pacote com 1250 folhas	215	R\$2.444,64
Papel toalha, tipo scott, 14cmx22cm, embalagem com 02 rolos de 60 folhas cada	197	R\$457,38
Papel higiênico, rolo com 500 metros	89	R\$261,00
Papel higiênico extrafino, folha dupla, pacote com 04 rolos medindo 30m x 10cm	83	R\$85,56
Papel higiênico folha simples pacote com 04 rolos	297	R\$534,60
Lâmpada fluorescente, tipo tubular, 32/40W	1075	R\$3.678,00
Lâmpada luz mista, 250W, 220V	167	R\$1.071,05
Lâmpada fluorescente, tipo compacta, 25W	164	R\$759,42
Lâmpada vapor de mercúrio	10	R\$307,00
Pacote de canudos, 500 unidades	12	R\$134,40
Copo descartável, pacote com 100 unidades, 180ml	200	R\$658,00
Guardanapos, 20cmx20cm, pacote com 50 folhas	2.665	R\$1.332,50
Papel toalha, 20cmx21cm, pacote com 1000 folhas	30	R\$210,00

Adaptado do Relatório do plano de gestão de logística sustentável da UFGD 2014/2015 (2016)

Ações:



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

17/08/2016

O curso de Engenharia de Alimentos em parceria com o curso de Engenharia Química da UEMS disponibilizou 5 ecopontos no campus da UFGD para a coleta de óleo vegetal.

O projeto tem a participação de acadêmicos, e apoio da Empresa Júnior de Engenharia de Alimentos e da Empresa Ecobios.

Um dos objetivos é reduzir o impacto ambiental causado pelo descarte incorreto do resíduo, e visa o reaproveitamento do mesmo com a facilidade de descartá-lo nos pontos existentes.

O resíduo é reciclado e pode ser utilizado na produção de biodiesel, e também gera outros subprodutos que podem ser utilizados pelas indústrias.

A empresa Ecobios faz o recolhimento periódico dos resíduos descartados e efetua um pré-limpeza para então fazer a destinação às outras indústrias.

<https://youtu.be/AoZGVoFcQu4?t=67>



17/03/2015

Servidores e estudantes de outras unidades da UFGD já podem contar, a partir desta semana, com a coleta seletiva de material reciclável. A medida vinha sendo adotada desde outubro do ano passado, mas a coleta se limitava ao Ecoponto existente na Unidade 2.

Agora, os prédios da Unidade 1, Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR), Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) e Educação a Distância (EAD) vão receber o caminhão da coleta a cada 15 dias.

Os funcionários responsáveis pela limpeza dos prédios já foram orientados sobre a separação do material. A proposta é contar com a colaboração de cada servidor para que, dentro de seu próprio setor, tome o cuidado de não misturar, no mesmo recipiente, lixo orgânico (cascas de frutas, guardanapos usados, restos de comida, dentre outros) com material reciclável (papel, vidro, etc).

<http://portal.ufgd.edu.br/noticias/coleta-seletiva-se-expande-para-outros-predios-da-ufgd>

05/02/2016

A reforma na creche da UFGD teve pintura total nas áreas interna e externa, rebaixamento do pátio externo, cobertura da caixa de areia do parquinho, adequação de uma das salas de atividade com instalação de janela na altura das crianças, além de pequenos reparos gerais.

O CEI é mantido por um acordo de cooperação entre a UFGD e a Prefeitura Municipal de Dourados. A Universidade fica responsável pela manutenção predial e o município cede os profissionais e desenvolve o projeto pedagógico. Dentro da UFGD, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE) é o órgão que auxilia na gestão da creche.

O CEI UFGD entrou em atividade em 2011 e atende a cerca de 80 crianças de quatro meses a cinco anos de idade. O prédio onde funciona a creche possui 442 m² e foi construído com recursos federais, no valor de R\$ 486 mil, oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
<http://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-realiza-reforma-no-centro-de-educacao-infantil>



08/03/2016

Desenvolvido com um grupo de empreendedoras sociais, assentadas da reforma agrária e Quilombolas, beneficiárias de projetos da ITESS.

São produzidas e comercializadas refeições, com a utilização de hortaliças orgânicas e outros gêneros, oriundos da agricultura familiar, dos próprios assentamentos e quilombo.

São priorizados no cardápio pratos típicos do cerrado e do Mato Grosso do Sul, como galinhada com pequi, carreteiro de charque, vaca atolada, macarronada caseira, galinhada e mini-feijoada. As sobremesas servidas são doces caseiros advindos das próprias comunidades como o doce da abóbora e mamão em compotas, doce de leite cremoso, ambrosia, doce de leite em cubos. Não são oferecidos refrigerantes, somente sucos naturais.

Em 2015, foram realizados 36 almoços do dia 04 de março ao dia 16 de dezembro, o número de comensais variou de 11 a 79 com um total de 1500 refeições servidas nesse período.

<http://itessufgd.blogspot.com.br/2016/03/um-dos-projetos-que-temos-na-itess-e-o.html>



GESTÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

GRADUAÇÃO

Até dezembro de 2016 a UFGD possuía os seguintes cursos:

Cursos de Graduação EaD – UFGD (sem fluxo contínuo – 2017)				
Nome do Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Duração
Administração Pública – Porto Murinho	Bacharelado	Integral	40	4 anos
Administração Pública – Costa Rica	Bacharelado	Integral	40	4 anos
Licenciatura em Computação – Rio Brilhante	Licenciatura	Integral	45	4 anos
Licenciatura em Computação – São Gabriel do Oeste	Licenciatura	Integral	45	4 anos
Licenciatura em Computação – Bela Vista	Licenciatura	Integral	45	4 anos
Licenciatura em Computação – Miranda	Licenciatura	Integral	45	4 anos
Licenciatura em Computação	Licenciatura	Integral	45	4 anos
Pedagogia – Bataguassu	Licenciatura	Integral	40	4 anos
Pedagogia – Miranda	Licenciatura	Integral	40	4 anos
Pedagogia – Japorã	Licenciatura	Integral	40	4 anos
Total			380	

Cursos de Graduação EaD – UFGD (sem fluxo contínuo – 2017)				
Nome do Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Duração
Letras - Língua Portuguesa-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)- Dourados	Licenciatura	Integral	30	4 anos
Total			30	

Cursos de Graduação EaD – UFGD (sem fluxo contínuo – 2014)				
Nome do Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Duração
Licenciatura em Física – Bela Vista	Licenciatura	Integral	30	4 anos
Licenciatura em Física – Camapuã	Licenciatura	Integral	30	4 anos
Licenciatura em Física – Rio Brilhante	Licenciatura	Integral	30	4 anos
Total			90	

Cursos de Graduação Presencial – FAIND/UFGD				
Nome do Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Duração
Licenciatura em Educação do Campo	Licenciatura	Pedagogia de Alternância	120	4 anos
Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	Pedagogia de Alternância	70	4 anos
Total			190	

Cursos de Graduação Presencial - UFGD

Nome do Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Duração
Administração	Bacharelado	Noturno	50	4 anos
Agronomia	Bacharelado	Integral	50	5 anos
Artes Cênicas	Licenciatura ou Bacharelado	Noturno	60	4 anos
Biotecnologia	Bacharelado	Integral	55	4 anos
Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	30	4 anos
Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	30	4 anos
Ciências Contábeis	Bacharelado	Noturno	50	4 anos
Ciências Econômicas	Bacharelado	Noturno	50	4 anos
Ciências Sociais	Licenciatura ou Bacharelado	Matutino	60	4 anos
Direito	Bacharelado	Noturno	54	5 anos
Educação Física	Licenciatura	Noturno	50	4 anos
Engenharia Agrícola	Bacharelado	Integral	50	5 anos
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Integral	51	5 anos
Engenharia de Aquicultura	Bacharelado	Integral	60	5 anos
Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	60	5 anos
Engenharia de Computação	Bacharelado	Integral	60	5 anos
Engenharia de Energia	Bacharelado	Integral	51	5 anos
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Integral	60	5 anos
Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	52	5 anos
Física	Licenciatura	Vespertino	60	4 anos
Geografia	Licenciatura ou Bacharelado	Noturno	70	4 anos
Gestão Ambiental	Bacharelado	Integral	50	4 anos
História	Licenciatura ou Bacharelado	Noturno	60	4 anos
Letras	Licenciatura	Noturno	70	4 anos
Matemática	Licenciatura	Matutino	51	4 anos
	Licenciatura	Noturno	60	4 anos
Medicina	Bacharelado	Integral	80	6 anos
Nutrição	Bacharelado	Integral	60	4,5 anos
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	60	4 anos
Psicologia	Bacharelado	Integral	60	5 anos
Química	Bacharelado	Integral	30	4 anos
Química	Licenciatura	Vespertino	30	4 anos
	Licenciatura	Noturno	60	4 anos
Relações Internacionais	Bacharelado	Noturno	54	4 anos
Sistemas de Informação	Bacharelado	Noturno	51	4 anos
Zootecnia	Bacharelado	Integral	50	5 anos
Total			1939	
Capacidade Máxima Instalada (Vagas x Tempo de Duração)			8634	

GESTÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

Até dezembro de 2016 a UFGD possuía os seguintes cursos:

Nome do Curso	Modalidade (<i>Stricto Sensu</i>)	Vagas	Conceito Capes
Agronegócios	Mestrado Acadêmico	15	3
Agronomia	Mestrado Acadêmico	20	5
Antropologia	Mestrado Acadêmico	15	3
Biologia Geral/Bioprospecção	Mestrado Acadêmico	15	3
Ciências e Tecnologia Ambiental	Mestrado Acadêmico	17	4
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado Acadêmico	12	3
Ciências da Saúde	Mestrado Acadêmico	20	4
Educação	Mestrado Acadêmico	24	4
Engenharia Agrícola	Mestrado Acadêmico	20	3
Entomologia e Conservação da Biodiversidade	Mestrado Acadêmico	20	4
Fronteiras e Direitos Humanos	Mestrado Acadêmico	15	3
Geografia	Mestrado Acadêmico	22	4
História	Mestrado Acadêmico	20	4
Letras	Mestrado Acadêmico	30	4
Psicologia	Mestrado Acadêmico	14	3
Química	Mestrado Acadêmico	15	4
Sociologia	Mestrado Acadêmico	15	3
Zootecnia	Mestrado Acadêmico	20	3
Total		329	
Administração Pública em Rede Nacional	Mestrado Profissional	20	3
Ensino de Física	Mestrado Profissional	10	4
Matemática em Rede Nacional	Mestrado Profissional	15	5
Total		45	
Agronomia	Doutorado	15	5
Biotecnologia e Biodiversidade	Doutorado	03	4
Ciências e Tecnologia Ambiental	Doutorado	10	4
Ciências da Saúde	Doutorado	08	4
Educação	Doutorado	12	4
Entomologia e Conservação da Biodiversidade	Doutorado	12	4
Geografia	Doutorado	12	4
História	Doutorado	10	4
Total		82	

Nome do Curso	Modalidade (<i>Lato Sensu</i>)	Vagas
Direito	Especialização	-
Docência na Educação Infantil	Especialização	-
Educação Especial	Especialização	55
Educação Física Escolar	Especialização	-
Educação Intercultural	Especialização	-
Educação Matemática e Ensino de Ciências	Especialização	40
Estudos de Gênero e Interculturalidade	Especialização	-
Formação de Profissionais na Educação	Especialização	-
Letras	Especialização	-
Linguística	Especialização	-
Projovem	Especialização	-
Residência Agrária	Especialização	-
Saúde Pública	Especialização	-
Segurança Pública e Cidadania	Especialização	-
Teatro	Especialização	-
Total		95
Residência Médica	Residência	18
Residência Multiprofissional em Saúde	Residência	12
Medicina de Família e Comunidade	Residência	2
Total		32
Ensino de Sociologia no Ensino Médio	Especialização - EaD	60
Especialização em Gestão Pública Municipal	Especialização - EaD	60
Especialização em Gestão Pública	Especialização - EaD	60
Especialização em Gestão em Saúde	Especialização - EaD	60
Especialização em Matemática	Especialização - EaD	60
Total		300

GESTÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

EXTENSÃO

Até 23/03/2017 a UFGD cadastrou ações de extensão no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (sigproj) nas seguintes áreas:

Ações de extensão por área	Situação	Total
Comunicação	Recomendada - em andamento - normal	04
Direitos Humanos e Justiça	Recomendada - em andamento - normal	23
Meio Ambiente	Recomendada - em andamento - normal	06
Tecnologia e Produção	Recomendada - em andamento - normal	45
Cultura	Recomendada - em andamento - normal	39
Educação	Recomendada - em andamento - normal	43
Saúde	Recomendada - em andamento - normal	42
Trabalho	Recomendada - em andamento - normal	14
Desporto	Recomendada - em andamento - normal	00
	Total	216
Comunicação	Concluído - com relatório final	14
Direitos Humanos e Justiça	Concluído - com relatório final	103
Meio Ambiente	Concluído - com relatório final	45
Tecnologia e Produção	Concluído - com relatório final	337
Cultura	Concluído - com relatório final	63
Educação	Concluído - com relatório final	183
Saúde	Concluído - com relatório final	126
Trabalho	Concluído - com relatório final	15
Desporto	Concluído - com relatório final	00
	Total	886
Todas	Recomendada - em andamento - normal	216
Todas	Recomendada - em andamento - sem relatório	03
Todas	Recomendada - em andamento - com relatório parcial	00
Todas	Concluído - sem relatório final	329
Todas	Concluído - com relatório final	889
	Total	1437
Total de Ações de Extensão Cadastrados no sigproj		1508



24/01/2017

O Projeto de Extensão Centro de Formação da UFGD está sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFGD e objetiva oferecer à comunidade cursos de extensão de Línguas e Preparatórios para o ENEM e o Vestibular, com custos acessíveis, buscando a inserção do cidadão nos meios sociais e culturais, e visando proporcionar aos estudantes de Dourados e Região maior competitividade para acesso a universidades públicas.

O Centro é dividido em dois eixos:

- Eixo Formação em Línguas;
- Eixo Cursinho Pré-Vestibular

No ano de 2017 serão oferecidas turmas nas línguas inglesa, espanhola, japonesa, francesa e alemã.

No ano de 2017 serão oferecidos dois módulos intensivos: Preparatório para o ENEM e Intensivão da UFGD.

<http://portal.ufgd.edu.br/pro-reitoria/proex/programa-centro-formacao-ufgd>

A Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da Universidade Federal da Grande Dourados (ITESS/UFGD) oferece, entre os meses de abril de 2017 e setembro de 2018, o curso "Capacitação Avançada em Economia Solidária", em parceria com a Incubadora ELOS, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

PROJETOS EM ANDAMENTO - 2016

- Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários como estratégia para desenvolvimento local sustentável na região da Grande Dourados (com recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC);
- Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias para o Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura no Território da Cidadania da Grande Dourados;
- Projeto Restaurante Escola de Empreendedorismo Social e Solidário - Bistrô Eco Sol;
- Projeto Horta didática agroecológica;
- Projeto Gastronomia aplicada a produtos da horta;



GESTÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

03/03/2017

A UFGD abriu inscrições para a seleção de estudantes para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Ensino Médio (PIBIC-EM). O processo seletivo visa conceder bolsas de iniciação científica para estudantes matriculados no Ensino Médio de escolas públicas ou técnicas mediante sua participação em atividades de pesquisa científica e tecnológica, nas diversas áreas de conhecimento, sob a orientação de professores da UFGD.

Entre os requisitos para o estudante poder participar, ele deve estar regularmente matriculado no Ensino Médio regular ou técnico de escola pública, dispor de no mínimo oito horas semanais para desenvolver as atividades relacionadas ao programa, e não ter vínculo de trabalho nem receber bolsa de instituições públicas ou privadas, durante toda a vigência da bolsa. <http://portal.ufgd.edu.br/noticias/estudantes-do-ensino-medio-podem-participar-de-projetos-de-iniciacao-cientifica-da-ufgd>



20/03/2017

Alunos e professores dos cursos de Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos, Nutrição e Medicina participaram de uma Ação Social na sede da Usina Biosev, em Rio Brillante (MS), nos dias 13, 14 e 15 de março.

Durante os três dias da Ação, eles ofereceram diversos serviços aos colaboradores da empresa: aferição de pressão arterial, medição de glicemia, avaliação e orientação nutricional, curso de fabricação de sabonetes medicinais, orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis, doenças relacionadas ao trabalho, dengue, dentre outras atividades.

Esse evento foi um piloto das ações do Programa de Extensão da PROEX UFGD + SAÚDE que busca aglutinar as ações relacionadas à saúde e qualidade de vida realizadas pela comunidade acadêmica da UFGD.

A Biosev é a segunda maior processadora de cana-de-açúcar do mundo, emprega mais de 15 mil colaboradores e possui 11 unidades agroindustriais, divididas em 4 polos nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de um terminal próprio no porto de Santos (SP). Para atendimento de sua responsabilidade social a empresa organiza ações sociais para seus associados e moradores dos municípios onde tem polo. <http://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-participa-de-acao-social-em-parceria-com-a-usina-biosev-de-rio-brilhante>

28/06/2016

Foi inaugurada na segunda-feira (27) a Sala de Vacinas da Cidade Universitária de Dourados, consolidando o resultado de uma parceria entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a Secretaria de Saúde Municipal.

Trata-se da 43ª Sala de Vacina instalada no município que já está em funcionamento desde as 13h de ontem (27) com a Campanha de atualização vacinal da população de jovens e adultos da Cidade Universitária. Inicialmente, as doses disponíveis para que o público-alvo seja imunizado são de Hepatite B, Dupla Adulto ou Dupla Bacteriana, Febre Amarela e Tríplice Viral.

O projeto original da Sala justifica que os frequentadores do espaço interinstitucional formado pelas duas Universidades possuem baixa participação nas ações e serviços de prevenção, promoção em saúde ofertada pela rede básica de saúde, principalmente por permanecerem a maior parte do tempo nos afazeres da universidade, sejam eles estudantes, docentes ou técnicos.



<http://www.noticias.ms.gov.br/sala-de-vacina-da-uemsufgd-vai-imunizar-publico-da-cidade-universitaria/>

GESTÃO DE PESSOAS

09/03/2017

Os servidores do Escritório de Assuntos Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (ESAI/UFGD) realizam, desde 1º de março, um curso online de gestão de projetos internacionais.

Financiado pela União Europeia e com duração de três meses, o curso integra uma das ações do Projeto Poncho. Capiteado pela Universidad de las Palmas de La Gran Canaria (ULGPC), o Projeto Poncho visa aprimorar o processo de internacionalização de Universidades da América Latina por meio da transferência de know-how especializado.

No Brasil, apenas a UFGD e mais quatro universidades foram selecionadas para fazer parte deste projeto. O ESAI considera o aperfeiçoamento do quadro de servidores essencial para o processo de internacionalização da Universidade, oportunizando, cada vez mais, a ampliação das oportunidades de um mundo globalizado.
<http://portal.ufgd.edu.br/noticias/servidores-da-ufgd-realizam-curso-de-gestao-de-projetos-internacionais>



08/08/2016

Docentes e técnicos administrativos que entraram na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) a partir do ano de 2011 foram o foco da Chamada para Auxílio Financeiro aos Pesquisadores Ingressantes da UFGD.

As seis propostas receberão aproximadamente R\$ 58 mil de recurso financeiro da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFGD, para ser aplicado em material de consumo ainda neste semestre. O resultado final foi publicado em 30 de junho e a avaliação das propostas foi realizada por uma comissão composta por representantes da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, membros do Comitê Interno de Pesquisa da COPQ/PROPP e consultores externos ad hoc. Das 32 propostas submetidas, 19 foram da grande área Ciências da Vida, 11 da grande área Ciências Exatas e duas da grande área Ciências Humanas. Vale ressaltar que, das 32 propostas, duas foram enviadas por técnicos administrativos (uma de Ciências da Vida e uma de Ciências Exatas), envolvendo as duas categorias de servidores.
<http://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-incentiva-pesquisa-de-novos-servidores>

06/09/2016

A Ouvidoria-Geral da Universidade Federal Grande Dourados (UFGD), em parceria com a Assessoria de Comunicação, lançou em 05 de setembro, em sua rede social, uma campanha contra o assédio moral no ambiente de trabalho. Ainda durante esta semana, será lançada, também, a campanha contra o assédio sexual.

As campanhas foram planejadas após tratativas adotadas diante de algumas denúncias recebidas pela Ouvidoria. O principal foco das duas campanhas é educação e esclarecimento sobre os temas, a fim de instigar as pessoas a buscar mais informações sobre esses tipos de assédio.

É importante ressaltar que nem todos os casos que chegam até a Ouvidoria configuram situação de assédio, mas o setor está capacitado para receber pessoas de toda a comunidade acadêmica que se sintam nessas situações, inclusive para orientá-las sobre como proceder.

<http://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-lanca-campanha-contra-assedios-moral-e-sexual-no-ambiente-de-trabalho>



08/08/2016

Com base nas demandas recebidas pela Ouvidoria nos anos de 2015 e 2016, o projeto UFGD Sem Opressão foi proposto e aprovado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura com o objetivo de contribuir para a conscientização e erradicação das opressões nas relações pessoais ocorridas no ambiente administrativo e universitário da UFGD. Ele será composto por 4 rodas de conversa para falar sobre diferentes tipos de violências e discriminações.

A roda “Violência contra mulher no ambiente de trabalho: Mulheres sem opressão” é o primeiro evento do projeto. Os próximos, previstos para acontecer ao longo de 2017, irão tratar sobre assédio moral, racismo e LGBTIfobia.

Com este projeto, a Ouvidoria da UFGD pretende, além de prestar atendimento às manifestações dos cidadãos, promover o aprimoramento constante de políticas e serviços públicos para que haja modificações de pensamentos e atitudes, assim como trocas de experiências sobre algumas temáticas consideradas polêmicas.
<http://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-sem-opressao-roda-de-conversa-abordara-violencia-contra-mulher-no-ambiente-de-trabalho>

GESTÃO DE PESSOAS

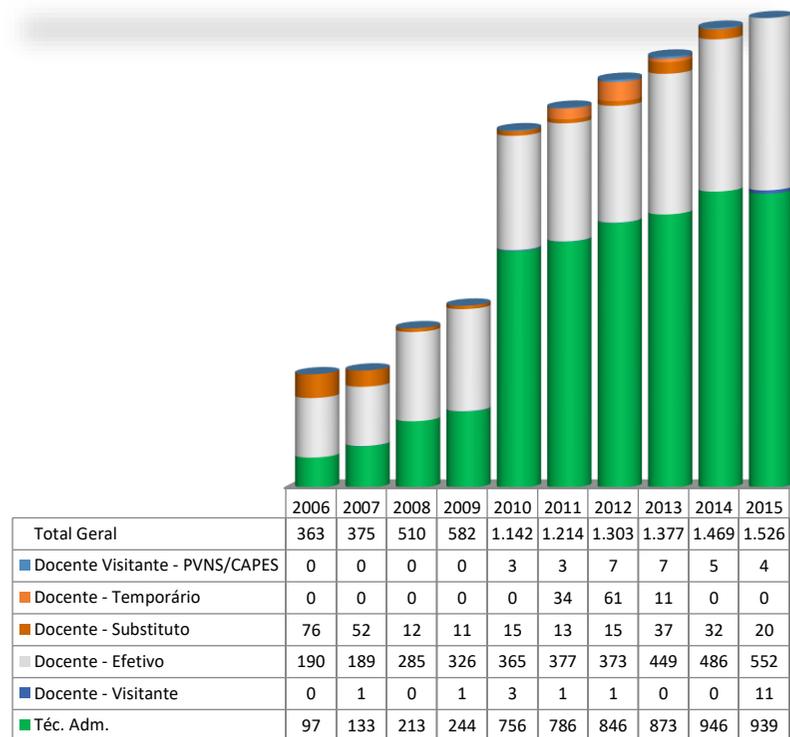
Cursos de Capacitação – Cronograma 2017

<http://portal.ufgd.edu.br/secao/capacitacao/inscricoes-cronograma>

Cursos	Vagas	Carga horaria	Início do Curso	Modalidade
Comunicação Pública e Lei de Acesso à Informação	60	20	Fevereiro	EAD
Nova Ortografia	40	40	Fevereiro	EAD
Raciocínio lógico e Matemática Básica	30	40	Março	Presencial
Informática Básica	30	44	Março	Presencial
Gestão Patrimonial – Noções Básicas	60	40	Março	EAD
Lei 8112/90 (Título I, II e III)	60	40	Abril	EAD
Libre Calc - Básico	30	40	Abril	EAD
Contratos Administrativos e Convênios	60	40	Maio	EAD
Primeiros Socorros e Combate a Incêndio	30	40	Maio	EAD e Presencial
Segurança em Laboratório- Agente Químico	40	60	Maio	EAD e Presencial
Processo Licitatório	60	50	Maio	EAD
Gestão Patrimonial – Desfazimento de Bens Públicos	60	40	Junho	EAD
Análise de Dados Estatístico	40	40	Junho	Presencial
Lei 8.112/90 (Título IV e V)	60	40	Junho	EAD
Libras – Intermediário	60	60	Julho	EAD e Presencial
Segurança em Laboratório – Agente Biológicos	40	44	Agosto	EAD e Presencial
Redação Oficial	60	40	Agosto	EAD
Gestão da Segurança da Informação	60	20	Agosto	EAD
Direitos Humanos e Políticas Públicas	40	40	Setembro	Presencial
Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho	20	40	Setembro	Presencial
Gestão de Documentos	60	40	Outubro	EAD
Direitos Humanos – e Diversidade Sexual	40	40	Outubro	Presencial

Histórico do quadro de Servidores por ano

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>



BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

Dados da Gestão de Pessoas:

Quadro - Total de servidores, por ano.											
Categoria / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	(%) Evolução (2006 - 2015)
Docente - Efetivo	190	189	285	326	365	377	373	449	486	552	191%
Docente - Substituto	76	52	12	11	15	13	15	37	32	20	-74%
Docente - Temporário	0	0	0	0	0	34	61	11	0	0	-
Docente - Visitante	0	1	0	1	3	1	1	0	0	11	-
Docente Visitante - PVNS/CAPES	0	0	0	0	3	3	7	7	5	4	-
Téc. Adm.	97	133	213	244	756	786	846	873	946	939	868%
Total Geral	363	375	510	582	1.142	1.214	1.303	1.377	1.469	1.526	305%

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP. Dados de Professor Visitante Nacional Sênior - PVNS/CAPES fornecidos pela PROPP.
Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

Quadro - Evolução do número de Estagiários do Pró-Estágio ativos (2006-2015).			
Ano	2006	2015	(%) Evolução (2006 - 2015)
Estagiários	44	59	34%

Fonte: Em 2006 base de dados fornecida pela PROGRAD. Em 2015 dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.
Nota: Considerou-se como critério na consolidação dos dados os contratos de estágios vigentes em 31/dez de cada ano.
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

Técnicos Administrativos:

Quadro - Número de Técnicos Administrativos em 2015, por classe e qualificação.

Classe	ENSINO MEDIO/TÉCNICO	GRADUACAO (NIVEL SUPERIOR COMPLETO)	ESPECIALIZACAO (NIVEL SUPERIOR)	MESTRADO	DOCTORADO	Total Geral
A	7	1	0	0	0	8
B	2	4	3	0	1	10
C	26	11	6	0	0	43
D	114	196	191	56	3	560
E	0	95	164	54	5	318
Total Geral	149	307	364	110	9	939

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.

Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

Quadro - Histórico do número de Técnicos Administrativos ativos (HUUFGD + UFGD), por classe.

Téc. Adm.	Classe	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
HUUFGD					5	484	492	488	469	439	411
	B	0	0	0	0	9	10	9	9	7	7
	C	0	0	0	1	29	30	31	31	30	27
	D	0	0	0	2	285	283	275	264	246	225
	E	0	0	0	2	161	169	173	165	156	152
UFGD		97	133	213	239	272	294	358	404	507	528
	A	10	10	10	9	9	9	8	8	8	8
	B	6	6	6	6	6	4	4	3	3	3
	C	18	17	14	13	13	13	17	17	17	16
	D	43	59	125	149	172	193	224	239	322	335
	E	20	41	58	62	72	75	105	137	157	166
Total Geral		97	133	213	244	756	786	846	873	946	939

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.

Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

Técnicos Administrativos:

Quadro - Histórico do número de Técnicos Administrativos UFGD e HU, por cargo.

CARGO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ADMINISTRADOR	3	15	15	14	25	27	34	37	44	45
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	2	3	6	6	11	10	11	16	18	18
ARQUITETO E URBANISTA			1	1	1	1	1	3	2	3
ARQUIVISTA							1	1	1	1
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	26	38	80	81	169	175	191	196	238	234
ASSISTENTE SOCIAL	1	1	2	2	6	6	6	7	7	8
AUDITOR							2	2	2	2
AUX EM ADMINISTRACAO	10	9	8	8	8	8	13	13	12	12
AUXILIAR DE AGROPECUARIA	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2	2	2	2	30	31	31	31	31	29
AUXILIAR DE LABORATORIO	3	3	3	3	12	11	10	10	8	8
AUXILIAR OPERACIONAL	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
AUXILIAR RURAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA	3	4	5	4	5	5	7	9	9	7
BIOMEDICO					2	2	2	3	3	3
CONTADOR	1	3	3	3	9	10	16	15	16	17
DIAGRAMADOR							1	1	1	1
ECONOMISTA		2	2	2	3	3	3	3	3	3
ENFERMEIRO-AREA					41	42	46	45	46	46
ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO							1	1		1
ENGENHEIRO-AREA			3	3	5	5	6	8	11	16
ESTATISTICO							1	1	1	1
FARMACEUTICO					4	4	5	5	5	5
FARMACEUTICO BIOQUIMICO					7	7	6	6	6	5
FARMACEUTICO-HABILITACAO							1	1	1	1
FISIOTERAPEUTA					8	8	8	8	8	8
JORNALISTA				1	1	1	3	4	4	4
MEDICO VETERINARIO				1	1	1	1	2	2	2
MEDICO-AREA	1	1	1	2	70	78	82	79	74	72
MOTORISTA	4	4	2	2	2	2	2	2	2	1
NUTRICIONISTA-HABILITACAO					3	3	3	3	3	3

OPERADOR DE MAQ AGRICOLAS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1		
PRODUTOR CULTURAL											1	1	
PROGRAMADOR VISUAL						1	2	2	2	2	2	2	
PSICOLOGO-AREA	1	1				2	3	6	6	6	6	6	
REDATOR						1	3	3	3	3	3	3	
REGENTE											1	1	1
REVISOR DE TEXTOS											1	2	3
REVISOR DE TEXTOS BRAILLE											1	1	1
SECRETARIO EXECUTIVO	2	4	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	
SERVENTE DE LIMPEZA	4	4	4	4	3	3	3	2	2	2	2	2	
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1	6	8	6	9	11	13	14	16			
TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO						1	1	3	3	3	3	3	
TECNICO DE LABORATORIO AREA	10	11	29	52	78	92	88	90	114	118			
TECNICO DESPORTIVO											1		
TECNICO EM AGROPECUARIA	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	6	7	10	11	14	15	20	24	24	25			
TECNICO EM CONTABILIDADE	1	3	3	3	5	6	7	7	7	8			
TECNICO EM EDIFICACOES											1	1	
TECNICO EM ELETROICA							1	2	3	3	3	3	
TECNICO EM ELETROTECNICA											1	1	
TECNICO EM ENFERMAGEM							175	169	175	167	163	152	
TECNICO EM QUIMICA											1	1	
TECNICO EM RADIOLOGIA							14	14	14	13	13	13	
TECNICO EM REFRIGERACAO											1	1	
TRADUTOR INTERPRETE							1	1	1	1	2	2	2
TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS											2	2	2
VIGILANTE	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	
Total Geral	97	133	213	244	756	786	846	873	946	939			

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.
 Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

Quadro - Histórico do número de Técnicos Administrativos, por gênero.

Téc. Adm.	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
F	54	68	111	126	433	437	462	479	505	500
M	43	65	102	118	323	349	384	394	441	439
Total Geral	97	133	213	244	756	786	846	873	946	939

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.
 Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

Docentes

Quadro - Histórico do número de Docentes efetivos, por gênero.										
Docentes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
F	69	67	109	130	142	148	146	183	200	230
M	121	122	176	196	223	229	227	266	286	322
Total Geral	190	189	285	326	365	377	373	449	486	552

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.

Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

Quadro - Histórico do número de Docentes efetivos, por lotação.										
Docentes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FACALE	14	14	22	26	28	29	30	36	34	35
FACE	13	13	22	26	26	25	22	30	30	35
FACED	0	0	0	0	0	0	0	0	7	8
FACET	33	33	50	55	49	56	54	65	77	88
FADIR	10	10	18	19	23	23	24	26	26	27
FAED	16	15	22	25	32	29	28	26	29	38
FAEN	0	0	0	0	24	24	23	35	40	45
FAIND	0	0	0	0	0	0	4	14	16	25
FCA	31	30	37	44	46	47	46	51	55	56
FCBA	19	19	35	36	41	43	43	45	47	47
FCH	32	33	46	53	49	53	53	63	63	70
FCS	22	22	33	41	44	45	43	53	62	78
PROGRAD	0	0	0	1	3	3	3	5	0	0
Total Geral	190	189	285	326	365	377	373	449	486	552

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.

Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

Docentes

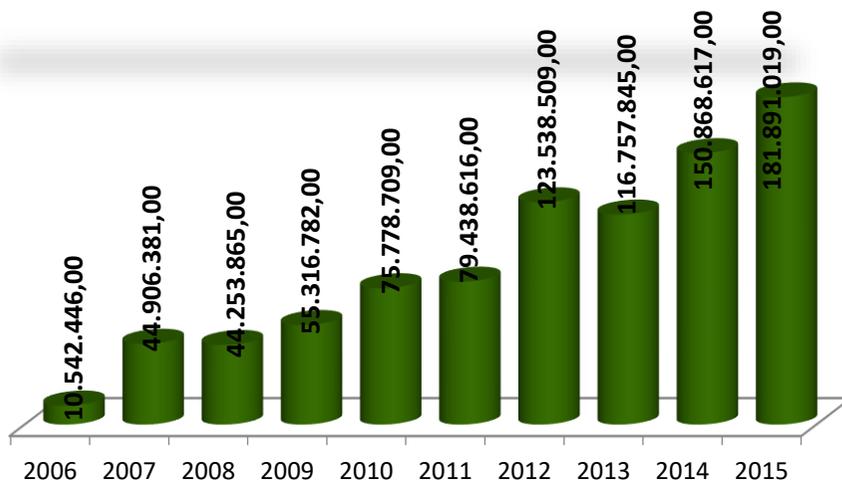
Quadro - Número de Docentes efetivos em 2015, por Titulação Reconhecida e Lotação.					
LOTAÇÃO	GRADUACAO (NIVEL SUPERIOR COMPLETO)	ESPECIALIZACAO NIVEL SUPERIOR	MESTRADO	DOCTORADO	Total Geral
FACALE	0	0	15	20	35
FACE	0	0	20	15	35
FACET	0	0	35	53	88
FADIR	0	0	14	13	27
FAED	0	0	8	30	38
FAEN	0	0	13	32	45
FAIND	0	1	12	12	25
FCA	0	0	1	55	56
FCBA	0	0	5	42	47
FCH	0	0	2	68	70
FCS	3	18	18	39	78
EAD	0	2	4	2	8
Total Geral	3	21	147	381	552

Fonte: Dados dos Sistemas Extrator - SIAPE e DW - SIAPE. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.
Nota: Considerou-se como critério na consolidação das informações todos os servidores ativos, afastados e cedidos em 31/dez de cada ano.
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/gestao-pessoas>

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL EM DADOS

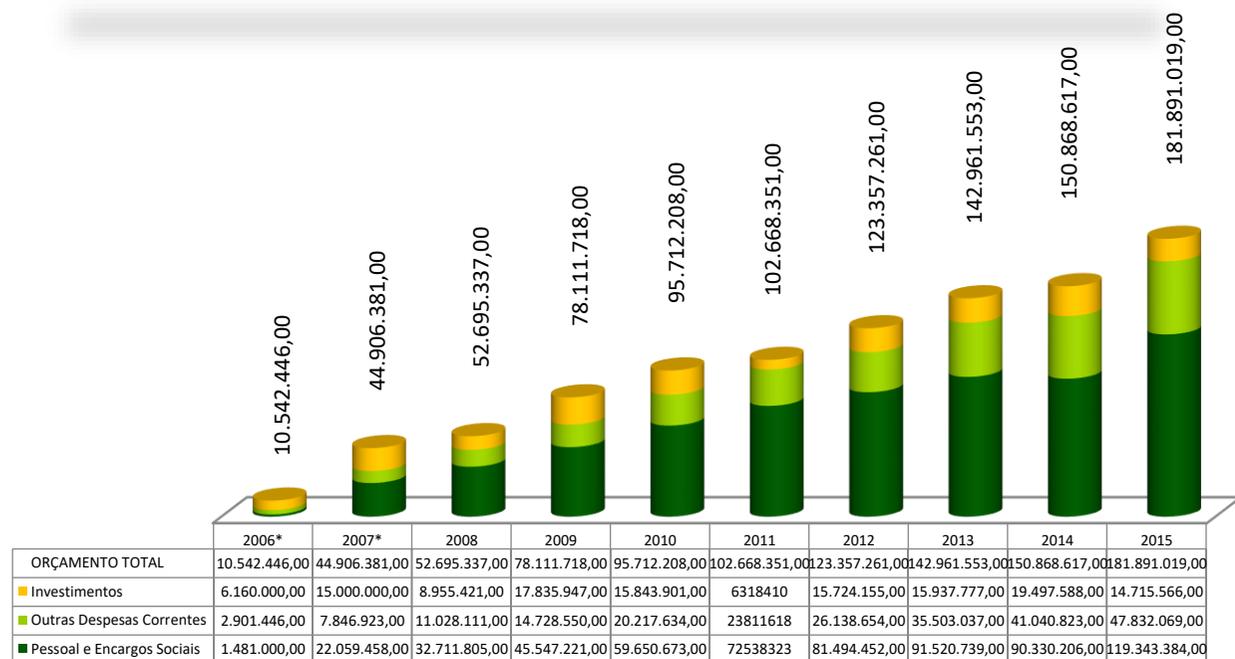
Orçamento / Patrimônio

Orçamento Lei Orçamentária Anual - LOA (em R\$)



Fonte: MPO e Relatório de Gestão. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.
Nota: Os dados de 2015 referem-se a PLOA.

Orçamento LOA e Emendas parlamentares (em R\$)



Fonte: MPO e Relatório de Gestão. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.
Nota: Os dados de 2015 referem-se a PLOA.

REFERÊNCIAS

Modelo de Referências:

Referências:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Carta de serviços**. Dourados: UFGD, 2010. 76 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/carta-de-servicos.pdf>>. Acesso em: 04 Maio 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2013-2017**. Dourados: UFGD, 2013. 253 p. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ADMINISTRACAO-UFGD/PDI%20UFGD%202013_2017.pdf>. Acesso em: 02 Março 2016.

_____. **Política ambiental para a UFGD (Resolução n.º 06 de 15 de fevereiro de 2013)**. Dourados: UFGD, 2013. 15 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/politica-ambiental.pdf>>. Acesso em: 29 Novembro 2016.

_____. **Plano de gestão de logística sustentável**. Dourados: UFGD, 2014. 42 p. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/divisao-gestao-ambiental/plano-de-logistica-sustentavel-ufgd>>. Acesso em: 10 Junho 2016.

_____. **Estrutura organizacional da UFGD (Resolução n.º 129 de 12 de agosto de 2015)**. Dourados: UFGD, 2015. 19 p. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ADMINISTRACAO-UFGD/Res.%20129-2015%20estrutura%20UFGD-1.pdf>>. Acesso em: 16 Setembro 2016.

_____. **Diagnóstico ambiental da Universidade Federal da Grande Dourados**. Dourados: UFGD, 2016. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/diagnostico-ambiental/index>>. Acesso em: 03 Janeiro 2017.

_____. **Relatório do plano de gestão de logística sustentável da UFGD 2014/2015**. Dourados: UFGD, 2016. 15 p. Disponível em: <<http://portal.ufgd.edu.br/divisao/divisao-gestao-ambiental/plano-de-logistica-sustentavel-ufgd>>. Acesso em: 03 Janeiro 2017.

Sites Consultados:

<http://portal.ufgd.edu.br>

<http://portal.ufgd.edu.br/setor/indicadores/index>

<http://www.ufcspa.edu.br/index.php/documentos-institucionais>

<http://bs.sede.embrapa.br/>

<http://itessufgd.blogspot.com.br/>

<http://www.ebserh.gov.br/web/hu-ufgd>

Modelo de Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C972b Cunha Junior, Mauro Roberto Da
Balanço Socioambiental da UFGD: Ano 2017 / Mauro Roberto Da Cunha Junior -- Dourados: UFGD, 2017.
37f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Vera Luci de Almeida

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia,
Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Balanço Socioambiental. 2. Relatório de Sustentabilidade. 3. Disclosure. 4. Accountability. 5. UFGD. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.